

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

ELIANA CLAUDIA NAVARRO KOEPEL

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E BANCO MUNDIAL
(BIRD): DIRETRIZES INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO
(ANÁLISE CRÍTICA)**

MARINGÁ
2005

ELIANA CLAUDIA NAVARRO KOEPEL

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E BANCO MUNDIAL
(BIRD): DIRETRIZES INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO
(ANÁLISE CRÍTICA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dra. Guaraciaba Aparecida Tullio.

**MARINGÁ
2005**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

K78o Koepsel, Eliana Claudia Navarro
Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Banco Mundial (BIRD) : diretrizes internacionais para a educação (análise crítica) / Eliana Claudia Navarro Koepsel. - Maringá, PR : [s.n.], 2005.
133 p : il.

Orientador : Prof. Dr. Guaraciaba Aparecida Tullio
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação, 2005.

1. Trabalho e educação. 2. Transformação social. 3. Organismos internacionais. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação. II. Título.

CDD 21.ed. 370
344.01

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIANA CLAUDIA NAVARRO KOEPEL

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E BANCO MUNDIAL
(BIRD): DIRETRIZES INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO
(ANÁLISE CRÍTICA)**

Dissertação aprovada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Educação, Curso de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, pela seguinte banca examinadora:

Professora Doutora Lízia Helena Nagel (CESUMAR)

Professor Doutor Hélio Honda (UEM)

Professora Doutora Guaraciaba Aparecida Tullio (UEM)
(Orientadora)

Ao meu esposo, Roberto, pelo carinho,
paciência e, sobretudo, pelo
companheirismo.

À Andréia e ao Roberto, meus filhos, que
dão sentido especial à minha vida.

À Edinéia, minha irmã e colega do curso de
mestrado, pelo grande apoio e carinho
recebidos durante este trajeto.

À professora e orientadora Guaraciaba,
pelo respeito, seriedade e dedicação
demonstrados no processo de orientação
deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo objetivou alcançar, na atualidade, os limites históricos dos fundamentos da defesa filosófica da educação do homem traduzido como indivíduo marcado pela liberdade (o princípio do direito natural) e como ser voltado para o exercício do trabalho (princípio de utilidade). No processo contemporâneo de internacionalização do capital, as organizações de cunho mundial - como o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) - têm se preocupado com a educação, chegando, inclusive, a formular diretrizes para o ensino escolar. O conjunto das instruções emanadas desses organismos coloca a educação como o meio, por excelência, para proporcionar uma arrancada rumo à construção de uma vida melhorada. Nesse contexto, a escola não só passa a ser ressaltada em importância como, pedagogicamente, é convocada a atualizar seus conhecimentos e práticas para capacitar-se a fazer frente, com êxito, à complexidade de um mundo em rápida transformação. A palavra de ordem volta-se para a atualização do trabalhador-cidadão: objetivou-se não só dotá-lo de conhecimentos sobre o trabalho para adaptá-lo às novas formas de realizar o trabalho, mas também sensibilizá-lo para querer se reproduzir nessa forma num mundo marcado pela automação. Uma análise que recai sempre na subjetividade do sujeito na forma de educação moral. Em geral, a tentativa de questionamento desses princípios é vista como um desvario; mesmo assim, porém, parece importante insistir no alinhamento primordial da análise proposta: a determinação histórica das idéias, sem perder de vista sua base material. A pesquisa interroga “velhos” pressupostos filosóficos como determinantes principais da historiografia educacional, a qual, ao ficar subordinada a tais pressupostos, não consegue dar conta, teoricamente, das contradições e do processo de desenvolvimento das forças produtivas traduzidas pela ciência aplicada à produção, que leva a uma decrescente participação do trabalhador no emprego assalariado. A perspectiva crítica que aqui se coloca diz respeito à própria ordenação da consciência: entender que os processos de arranjo da sociedade capitalista se apresentam de maneira complexa e contraditória é, precisamente, entender a história, e não de apenas defender um conjunto de idéias abstratas.

Palavras-chave: trabalho – educação – transformação social – organismos internacionais.

ABSTRACT

The current study aimed to reach, at the present time, the historical limits of philosophical defense foundations of human being educations, translated as individual marked by freedom (The Natural Right Principle) and as being looking for the labor exercise (The Usefulness Principle). In the contemporary process of internationalization of the capital, worldwide organizations like World Bank (IBRD) and International Labor Organization (ILO) are concerning about education, reaching, to define guidelines for school teaching. The instructions set coming from those organizations put the education as mean by excellence to provide a start heading to build a better life. In that context, the school is not only important, but, educationally, is summoned to update their knowledge and practices to qualify themselves to resist, successfully, to the complexity of a world in a fast transformation. The focus turn back to work-citizen update: it was aimed not only to endow him with knowledge about work to adapt him to the new way to accomplish their job, but also, to touch him to want to reproduce the labor model in a world marked by automation. An analysis that always relapses in the individual subjectivity as moral education. In general they try on questioning those principles is seen as a raving; even so, however, it seems important to insist on the primordial proposal analysis alignment: a historical determination of ideas, without losing their material base focus. The research interrogates “old” philosophical concepts as decisive of educational historiography, of which, when being subordinated to such concepts can not handle it, theoretically, of contradictions and of process of development of productive forces, translated by science when applied to production, which takes to a decreasing participation of workers in the regular paid job. The critical perspective that here presents is about the conscience ordination itself: to understand that the capitalist society arrangement process come in a complex and contradictory way, actually, to understand the history, and not only to defend the abstract ideas group.

Key-Word: work, education, social transformation, international organizations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
-------------------------	----

PRIMEIRA PARTE

PENSAMENTO BURGUEÊS E MARXISMO: PRIMEIROS APONTAMENTOS

1	TRABALHO E FILOSOFIA POLÍTICA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	18
2	PRODUÇÃO INDUSTRIAL, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E ACUMULAÇÃO	39
3	DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	57

SEGUNDA PARTE

OIT E BIRD: A NEGAÇÃO DA RAZÃO HISTÓRICA

4	A DEFESA DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL COMO BUSCA DA FELICIDADE E DA ORDEM ...	82
5	A DEFESA DA TECNOLOGIA NO TRABALHO E O DOGMA DA EMPREGABILIDADE	97
6	EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DE CONHECIMENTO: A CIÊNCIA BURGUESA REDUZIDA À DIDÁTICA	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111

REFERÊNCIAS	118
ANEXO I - DECLARACIÓN RELATIVA A LOS FINES Y OBJETIVOS DE LA ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO	125
ANEXO II – ILUSTRAÇÕES	129

ILUSTRAÇÕES

- 01 LUZ, Cátia. Pobreza na Suíça: líderes políticos e empresariais elegem a miséria como tema do Fórum Econômico Mundial. **Época**, n. 350, p. 33, 31 jan. 2005. 1 fotografia.
- 02 Juan Somavia, Diretor Geral da Oficina Internacional do Trabalho (OIT), e a sede da OIT na Genebra. 1 fotografia. Disponível em:
<<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/inf/download/leaflet/pdf/leaflet2001.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2005.
- 03 Grupo do Banco Mundial. 1 fotografia da página eletrônica. Disponível em:
<<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 11. fev. 2005.

INTRODUÇÃO

Objetivou-se nesta introdução apresentar a construção da presente pesquisa sem a pretensão de esgotar e/ou aprofundar, na mesma, a análise. Para tanto, buscou-se a explicitação das formas que marcam a ordenação da primeira e da segunda partes num entrelaçamento almejado que aponta para o conjunto da investigação apresentada, onde as próprias partes ganham significado. Tanto na primeira quanto na segunda parte a preocupação esteve voltada para a construção histórica do pensamento, sem perder de vista sua base material. A perspectiva crítica que aqui se colocou traduziu como questão fundamental o papel conservador da historiografia educacional na ordenação internacional de projetos para a educação de massas, a chamada, na contemporaneidade, de educação básica.

Em rigor, buscou-se o entendimento histórico dos fundamentos da defesa filosófica do homem como cidadão-trabalhador, ou melhor, como sujeito naturalmente marcado pela liberdade (o princípio do direito natural) e pela competência profissional (o princípio da utilidade).

Na primeira parte, intitulada “Pensamento Burguês e Marxismo: primeiros apontamentos”, constituída de três capítulos, explicitou-se a construção da ideologia na sociedade que expressa a burguesia como classe dominante e o marxismo como sua crítica principal. Se num primeiro momento, politicamente, a burguesia em constituição tinha como interlocutores a Igreja e a Monarquia despótica, como negação de uma forma de pensar que entravava um desenvolvimento já em curso na Europa, culminando, na Inglaterra, na chamada Revolução Gloriosa, de 1688-1689 e, na França, na Revolução Francesa, de 1789, um segundo momento (meados do século XIX em diante) expressa todo o esforço desta classe na tentativa de

naturalização da sociedade estabelecida como explicação absoluta da vida dos homens. Nesse sentido, a caracterização dos estudos marxianos é apresentada como o esforço para a superação desta ideologia e exercício de um fazer científico na discussão da sociedade e da educação. Tomar esse encaminhamento é buscar o terreno da história como ciência da totalidade concreta, entendendo-a como a ciência capaz de dar conta das contradições e do significativo desenvolvimento da sociedade capitalista. Como explicou Karl Marx (1818-1883) na “Contribuição à crítica da economia política”,

Os economistas do século XVII [...] começaram sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabaram sempre por formular, através de análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevaram até ao Estado, às trocas internacionais e ao mercado mundial. Este segundo método é evidentemente, o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (1983, p. 218-219).

Na segunda parte, constituída também de três capítulos e denominada “OIT e BIRD: a negação da razão” procurou-se analisar a historiografia educacional apresentada por dois organismos internacionais: a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como BIRD ou Banco Mundial (BIRD), buscando entender mais particularmente o que os mesmos colocaram por trabalho e por educação ao pretenderem fornecer, de forma internacional, paradigmas educacionais. O que está em questão é a própria forma dominante de pensar reproduzida e/ou ampliada por esses dois organismos internacionais.

As diretrizes educacionais ordenadas pela OIT e pelo BIRD impuseram-se via Estado brasileiro aos educadores de tal forma que qualquer tentativa de questionamento passa a ser visto como um desatino. Mesmo assim, parece importante insistir no alinhamento primordial da análise proposta: a determinação histórica das idéias. Se hoje a miséria, o desemprego, a desigualdade social e educacional como fenômenos dominantes na sociedade contemporânea abrem toda uma tentativa de análise da sociedade, concomitantemente, o retrocesso se impõe na forma de luta para naturalizar e subordinar o trabalho à liberdade e competência profissional, enquanto possibilidade de superação desses fenômenos. Neste exercício, organizações de cunho mundial, principalmente o BIRD e a OIT, têm voltado uma atenção toda especial para a educação, inclusive formulando diretrizes para o ensino escolar. Representantes de uma harmonia universal, as recomendações internacionais desses dois organismos são hoje consideradas inquestionáveis. No livro introdutório aos “Parâmetros Curriculares Nacionais” pode-se entender quanto os encaminhamentos da educação brasileira estão conectados aos compromissos internacionais formulando uma visão única da educação:

Em 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Unesco, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. Dessa conferência, assim como a Declaração de Nova Delhi – assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo –, resultam posições consensuais na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos [...] (BRASIL, 1997a, p. 14).

É no encaminhamento de ações para a sociedade marcada pelo avanço tecnológico que a OIT e o BIRD voltam-se para o fazer da escola. A educação nela entendida deve capacitar o pobre de qualidades apropriadas para que ele consiga ser um cidadão-trabalhador feliz e empregável no processo da automação. No entender do BIRD, por exemplo, o que falta nas sociedades em desenvolvimento é a oportunidade para que os pobres saiam deste estado, cabendo à sociedade, sobretudo, não só criar novas condições de trabalho, mas também mais serviços de

educação - uma defesa que pode ser observada, não necessariamente, em documentos especificamente voltados à educação.

No informe “Desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza”, a defesa do direito é traduzida de forma enfática: “Los pobres no tienen acceso a libertades fundamentales de acción y decisión que los más acomodados dan por descontadas. Con frecuencia carecen de viviendas y alimentos y de servicios de educación y salud adecuados, y estas privaciones les impiden adoptar el tipo de vida que todos deseamos para nosotros mismos” (BIRD, 2000, p.1). E, mais ainda, é a falta de condições para os pobres se apresentarem no mercado ao emprego como trabalhadores competentes impedem os mesmos de saírem do estado de privação em que vivem: “[...] Los exiguos activos con que cuentan, la falta de acceso a los mercados y la escasez de oportunidades de empleo les impiden salir de su situación de pobreza material” (BIRD, 2000, p.1). A palavra de ordem é capacitar o pobre para o trabalho e criar emprego. A OIT, sob a mesma perspectiva, no texto “Aprender y formarse para trabajar en la sociedad del conocimiento”, defende que

Los esfuerzos educativos y de formación tendrán que centrarse en ayudarles a obtener nuevas calificaciones que aumenten sus posibilidades de encontrar empleo por su propia cuenta y en las nuevas industrias incipientes. (...) El tercer frente consiste en disponer de una capacidad en materia de educación y formación que sirva para hacer frente a la creciente vulnerabilidad de muchos grupos de población (por ejemplo, las mujeres, los jóvenes y los trabajadores escasamente calificados) que, por falta de educación y de calificaciones, se han empobrecido o corren el peligro de caer en la trampa de la pobreza. Todo ello habrá de centrarse en el desarrollo de sus calificaciones fundamentales, entre ellas la alfabetización y el cálculo elemental. El desarrollo de las calificaciones, apoyado por otras medidas económicas y sociales, reforzará su empleabilidad, les ayudará a desarrollar actividades productivas y generadoras de ingresos (ya sea mediante un empleo asalariado, ya por medio de un empleo independiente) y fomentará su integración en la corriente principal de la vida económica y social (OIT, 2004a, p. 9-10).

Para esses organismos a educação constitui-se num artifício-chave para o progresso não apenas do indivíduo, mas também da nação. Outra questão que permeia esse pensamento é a preocupação com a ordem social:

Considerando que existen condiciones de trabajo que entrañan tal grado de injusticia, miseria y privaciones para gran número de seres humanos, que el descontento causado constituye una amenaza para la paz y armonía universales; y considerando que es urgente mejorar dichas condiciones, por ejemplo, en lo concerniente a reglamentación de las horas de trabajo, fijación de la duración máxima de la jornada y de la semana de trabajo, contratación de la mano de obra, lucha contra el desempleo, garantía de un salario vital adecuado protección del trabajador contra las enfermedades, sean o no profesionales, y contra los accidentes del trabajo, protección de los niños, de los adolescentes y de las mujeres, pensiones de vejez y de invalidez, protección de los intereses de los trabajadores ocupados en el extranjero, reconocimiento del principio de salario igual por un trabajo de igual valor y del principio de libertad sindical, organización de la enseñanza profesional y técnica y otras medidas análogas (OIT, 2003b, Preámbulo).

Enfim, todo o direcionamento educacional volta-se para alcançar um almejado progresso com ordem. Nesse sentido, algumas das limitações que decorreriam de uma leitura anistórica do trabalho, entendido como exercício da liberdade, como eterno direito do cidadão, deve ser atribuída a um compromisso com a naturalização da ordem social constituída - na verdade, uma das formas de luta de classes que fica mais clara a partir da explicitação do contexto histórico, da ordenação dos objetivos e das motivações que levaram à criação da OIT e do BIRD.

Historicamente, a OIT foi criada em 1919, ao término da 1ª Guerra Mundial, quando se reuniu a Conferência pela Paz, em abril de 1919, primeiro em Paris e, em seguida, em Versalhes. Pelo que se pôde observar através da leitura dos textos produzidos pelo documento, a idéia geral que move esta organização, no sentido declarado do texto, é a defesa da classe trabalhadora. As motivações atribuídas à sua fundação resumem-se, especialmente, em justificativas de ordem humanitária, política e econômica. Sob uma dada alegação

humanitária expõe-se uma pretensa luta contra a situação dos trabalhadores, a sua miséria e a injustiça social que esta miséria representa:

La situación de los trabajadores, a los que se explotaba sin consideración alguna por su salud, su vida familiar y su progreso profesional y social, resultaba cada vez menos aceptable. Esta preocupación queda claramente reflejada en el Preámbulo de la Constitución de la OIT, en que se afirma que ‘existen condiciones de trabajo que entrañan ... injusticia, miseria y privaciones para gran número de seres humanos’ (OIT, 2003c, p. 1).

Ideologicamente, o caráter político declarado reside, sobretudo, numa preocupação com a eliminação da possibilidade de conflitos sociais, devido, principalmente, à não-melhora das condições reais da situação dos trabalhadores numa sociedade capitalista - condições estas analisadas sempre pelo plano moral: “[...] El Preámbulo señala que el descontentamento causado por la injusticia ‘constituye una amenaza para la paz y a armonía universales’” (OIT, 2003c, p.1).

O caráter econômico, analisado sob o parâmetro da defesa do progresso com ordem, refere-se à necessidade da fixação de diretrizes internacionais para evitar que países, ao adotarem medidas de reforma social que certamente levassem ao aumento dos custos de produção, ficassem em situação de desvantagem em relação aos seus competidores comerciais. Foi precisamente nesse sentido que todos os países membros dessa organização foram convocados a adotar os objetivos expostos na Constituição da OIT (ver anexo).

Na prática, um país só passa a ser considerado um Estado membro da OIT – fazer uso dos benefícios de natureza comercial, tecnológica e financeira – se, efetivamente, assumir e seguir suas determinações. Tanto é que a admissão de um Estado na qualidade de membro só se efetiva após o voto da maioria, o que significa, dois terços dos delegados governamentais presentes votantes (Capítulo I, Artigo 1, §2-4), e após a comunicação do governo interessado

da aceitação formal das obrigações que emanam da Constituição dessa Organização ao Diretor Geral da Oficina Internacional do Trabalho.

O Banco Mundial foi fundado vinte e cinco anos depois da OIT, em 1944. Inicialmente, ajudou a reconstruir a Europa após a Guerra. O trabalho de reconstrução, conforme se pode ler nos documentos sobre o mesmo banco, permaneceu com um enfoque importante devido aos desastres naturais, emergências humanitárias e necessidades de reabilitação pós-conflitos. Atualmente, sua atuação inclui a defesa da redução da pobreza, como injustiça e ameaça à paz e à ordem social.

Duas observações parecem importantes neste momento. A primeira: se a contradição que rege a sociedade pautada no capital não fica declarada nos discursos da OIT e do BIRD, a própria noção de conhecimento que esse discurso pleiteia para a classe trabalhadora, para ser cientificamente compreendida, não pode perder de vista a contradição que rege a relação capital-trabalho e, nela, o movimento das transformações operadas pela ciência aplicada à produção. A segunda é que ao colocar o emprego como uma coisa essencial na vida do homem na atualidade, a OIT e o BIRD mostram, inclusive, certo medo diante do significativo desenvolvimento das forças produtivas manifestadas pela ciência aplicada à produção. A OIT, em janeiro de 2004, informou que “[...] el desempleo mundial registró una nueva alza y afecta ya a 185,9 millones de personas, con lo cual se mantuvo en niveles históricos pese a los signos de recuperación económica registrados tras dos años de recesión” (OIT, 2004e). Diante do desemprego que a OIT registrou, mas historicamente não compreendeu, a defesa da educação voltou-se, acentuadamente, para a (re)qualificação do trabalhador como cidadão, ou seja, como homem que exercita o próprio direito ao conhecimento sobre o trabalho e ao próprio trabalho como traçado maior da liberdade. É uma questão que também aparece na

legislação educacional brasileira como um dos princípios justificadores da educação permanente. Nos “Parâmetros Curriculares Nacionais” (livro introdutório) pode-se perceber toda uma proximidade com o discurso da OIT e do BIRD:

Desde a construção dos primeiros computadores, na metade deste século, novas relações entre conhecimento e trabalho começaram a ser delineadas. Um de seus efeitos é a exigência de um reequacionamento do papel da educação no mundo contemporâneo, que coloca para a escola um horizonte mais amplo e diversificado do que aquele que, até poucas décadas atrás, orientava a concepção e construção dos projetos educacionais. Não bastava visar à capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos das especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”. Isso coloca novas demandas para a escola. A educação básica tem assim a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente (BRASIL, 1997a, p. 34-35).

As formas pelas quais o pensamento do BIRD, da OIT e do Estado se aproxima e se distancia do concreto numa defesa ora da felicidade, da educação, da ordem como limites naturais ora da (re)qualificação do trabalhador – sempre caracterizado como tal, bem como a compreensão histórica desse pensamento, foram questões presentes no processo de estudo e redação da dissertação e apontam para a unidade das duas partes que a compõem. Nos textos postos para estudo, o essencial no processo de análise foi procurar precisamente o sentido histórico daquilo que está sendo implantado via educação escolar. Quem lucra com a educação defendida, a médio e em longo prazo? A quais interesses pode servir o que se pleiteia como novo para a escola?

PRIMEIRA PARTE

PENSAMENTO BURGUEÊS E MARXISMO: PRIMEIROS APONTAMENTOS

O historiador, antes de mais nada, terá de dizer de onde fala, o que pensa, o que procura [...] por essa senha, a sua história toma um significado, um lugar, um título de legitimidade.

François Furet

1. TRABALHO E FILOSOFIA POLÍTICA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Fazer a defesa de que os processos de ordenação da sociedade capitalista se dão de maneira complexa e contraditória é, precisamente, entender a história e não apenas defender um conjunto de idéias abstratas. Teoricamente, parte-se do pressuposto de que a história, entendida como algo mais complexo que o puro estabelecimento de um sistema de idéias ou de fatos que nela se façam presentes, resulta das complexas relações materiais de existência que marcam o movimento contraditório dessas relações e exprimem, na atualidade, um inquestionável e significativo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais na forma da automação do trabalho.

Historicamente, ao se olhar para o passado, mais especificamente para a Antiguidade e a Idade Média, percebe-se que o trabalho, nesses períodos da história, tinha um reconhecimento diferente daquele que se revelou no capitalismo, uma vez que a base de poder sobre a vida em sociedade, nestas épocas, estava centrada no exercício político efetivado pelas classes dominantes. Na divisão social, o trabalho - escravidão na Antiguidade e servidão na Idade Média – era reconhecido como uma atividade caracterizadora das classes subalternas, mesmo quando o escravo era tratado na filosofia política delineada por Aristóteles¹ (384 – 322 a.C.) como um membro da família:

¹ Aristóteles nasceu em 384/383 a.C. em Estagira, na fronteira macedônica. Seu pai chamado Nicômaco era médico, serviu ao rei Amintas, da Macedônia (pai de Filipe da Macedônia). Aos dezoito anos viajou para Atenas e ingressou na Academia platônica. Ficou na academia por uns vinte anos, até a morte de Platão. Em 343/342, Filipe da Macedônia chama-o para a corte, confiando-lhe a educação de seu filho Alexandre. O filósofo permaneceu na corte de Macedônia até Alexandre subir ao trono, por volta de 336 a.C.. Voltou então para Atenas, lá alugou alguns prédios próximos a um pequeno templo sagrado dedicado a Apolo Lício, de onde provém o nome de “Liceu” dado à escola em que ministrava seus ensinamentos. Segundo REALE (1990, p. 175) “foram esses os anos mais fecundos na produção de Aristóteles, o período que viu o acabamento e a grande sistematização dos tratados filosóficos e científicos que chagaram até nós. [...] Com a morte de Alexandre, houve uma forte reação antimacedônia em Atenas, ele foi envolvido por ter sido mestre do grande soberano (formalmente, foi acusado de impiedade, por ter escrito em honra de Hérmiás um poema que só seria digno de um deus). Para fugir aos seus inimigos, retirou-se para Cálcis [...] Morreu em 322 a.C., depois de apenas poucos meses de exílio.”

Os elementos da economia doméstica são exatamente os da família, a qual, para ser completa, deve compreender escravos e indivíduos livres, mas para se submeter a um exame separado as partes primitivas e indecomponíveis, sabendo-se que na família elas são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, os pais e os filhos, seria necessário estudar isoladamente estas três classes de indivíduos para saber o que é e o que deve ser cada uma delas (ARISTÓTELES, s/d, p. 22).

Mesmo na obra desse conhecido filósofo, o trabalho não deixava de marcar a distinção daqueles que se voltavam para a realização de tarefas que dependiam do esforço físico – genericamente chamado de trabalho – e daqueles que podiam dedicar-se à política, ao governo, enfim, ao trabalho intelectual, os chamados cidadãos. A formação das cidades-estados foi definida por Aristóteles como uma sociedade desigual, pautada na honra e na virtude: “[...] é preciso, pois, admitir em princípio que as ações honestas e virtuosas, e não só a vida comum, são o escopo da sociedade política” (ARISTÓTELES, s/d, p. 121). E na mesma direção:

O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado [...] Evidentemente, o Estado está na ordem da natureza e antes do indivíduo; porque, se cada indivíduo isolado não se basta a si mesmo, assim também se dará com as partes com relação ao todo (ARISTÓTELES, s/d, p. 21).

Nesse sentido, a vida estava justificada pela filosofia muito mais que pela economia. A disposição da sociedade nesta forma concebida, para Aristóteles, não só requeria a divisão social do trabalho, ou melhor, solicitava a existência de pessoas que fizessem o trabalho manual e de outras que politicamente comandassem, mas o autor ainda reconhecia a importância destas duas partes na unidade familiar e na sociedade. Valorizando sempre a importância do trabalhador-escravo no conjunto social escreveu o filósofo grego:

Se todas as artes precisam de instrumentos próprios para o seu trabalho, a ciência da economia doméstica também deve ter os seus. Dos instrumentos, uns são animados, outros inanimados. Por exemplo, para o piloto, o leme é

um instrumento vivo. O operário, nas artes, é considerado um instrumento. Do mesmo modo a propriedade é um instrumento essencial à vida, a riqueza uma multiplicidade de instrumentos, e o escravo um propriedade viva. Como instrumento, o trabalhador é sempre o primeiro de todos (ARISTÓTELES, s/d, p. 23).

Vale lembrar que à frente de pensadores de sua época, Aristóteles, na sociedade em que vivia, defendeu a escravidão, mas não a naturalizou como algo dado para sempre na vida dos homens. Numa análise desta defesa do autor, no século XIX, Marx (2001, p. 466) o reconheceu como “o maior pensador da Antigüidade”.

Na produção social da Idade Média, que ainda expressa a sociedade dividida em homens desiguais, o trabalho, no pensamento projetado pela Igreja e ordenado pela fé, se expõe como tarefa dos servos e se impõe justificado pelo poder divino. A maior virtude do homem, no pensamento dominante da época, era a obediência aos mandamentos de Deus, sendo o pecado reconhecido, entre outros, como o exercício da desobediência:

[...] a serpente, mais sagaz que todos os animais selváticos que o Senhor Deus tinha feito, disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda a árvore do jardim? Respondeu-lhe a mulher: Do fruto das árvores do jardim podemos comer, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Dele não comereis, nem tocareis nele, para que não morrais. Então a serpente disse à mulher: è certo que não comereis. Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se vos abrirão os olhos e, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal. Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu, e deu também ao marido, e ele comeu. [...] Disse o Senhor Deus à mulher: Que é isso que fizeste? Respondeu a mulher: A serpente me enganou, e eu comi.[...] E à mulher disse (Deus): Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores dará à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará. E a Adão disse: Visto que atendeste a voz da tua mulher, e comestes da árvore que eu te ordenara não comesses: maldita é a terra por tua causa: em fadigas obterás dela o sustento durante os dias da tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo. No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado: porque tu és pó e ao pó tornarás. [...] O Senhor Deus, por isso, o lançou fora do jardim do Éden, a fim de lavrar a terra de que fora tomado (Gênesis, 3:1-24. In: Bíblia, 1967 p. 9-10).

O trabalho humano, nesse entendimento, era explicado pela fé cristã como castigo pelo pecado da desobediência: o chamado pecado original. Ou melhor: a desobediência do primeiro homem (Adão) e da primeira mulher (Eva) ao mandamento divino de não comer do fruto da “árvore do conhecimento do bem e do mal”. A idéia de trabalho estava ligada ao sofrimento e à punição e que foram apontados por Santo Agostinho como ato educativo:

Mas, por desígnio da divina Providência, que não abandona de todo os condenados e, a despeito de sua ira, não detém o curso de sua misericórdia, nos sentidos dos homens, a instrução e a lei velam contra essas trevas e opõem-se a êsses ímpetos. É ação inestimável, mas não se efetua sem trabalho e dor. Que pretendem as mil e uma ameaças feitas às crianças para retrai-las das inclinações viciosas? Que pedagogos, que os mestres, que as férulas, que as varas, que as correias, que a disciplina, a que a Santa Escritura diz não dever a gente poupar o filho amado, por temor a que cresça indômito e, uma vez endurecido, com dificuldade possa ou talvez já não possa ser corrigido? Que perseguem todos êsses castigos senão destruir a ignorância e refrear a má cobiça, taras com que vimos ao mundo? A que se deve que quanto recordamos com trabalho esquecemos sem êle, quanto aprendemos com trabalho ignoramos sem êle, que nos custe tanto ser trabalhadores e tão pouco ser preguiçosos? Não denota isso claramente a que é proclive e inclinada a natureza, viciada por si mesma, e de quanto auxílio necessita para ver-se livre disso tudo? A desídia, a moleza, a preguiça e a negligência são vícios que fogem o trabalho. O próprio trabalho, por útil que seja, é castigo (AGOSTINHO, 1961, p.374-375).

Assim, através da Igreja instituiu-se socialmente que, por um esforço doloroso, fruto da desobediência, o homem deveria continuar a viver na natureza tirando dela o seu próprio sustento. No pensamento hegemônico, regido pela Igreja Católica, a vida terrena era e, é ainda, considerada passageira. A crença de uma outra vida, melhor que a atual, e a idéia de que era preciso passar pelo sofrimento como pagamento do pecado original moviam e acomodavam as pessoas neste período histórico, garantindo, pela fé, a ordem social. O pecado original marcado pela desobediência da criatura ao Criador justificava ideologicamente o exercício terreno do trabalho na sociedade.

Na Sociedade Moderna, onde a razão se sobrepõe à fé, o trabalho não só toma a forma de trabalho livre, mas ganha toda uma valoração na filosofia política. John Locke² (1632-1704), filósofo inglês de destaque entre os pensadores burgueses no século XVII, ajuda nesta compreensão ao proclamar a capacidade de trabalho pessoal, ou seja, o esforço do corpo e das mãos como propriedade individual e capaz de agregar valores, uma atividade que passa a ser estimada por ser fonte da propriedade privada:

Aquele que se alimenta das bolotas que apanha debaixo de um carvalho ou das maçãs que colhe nas árvores do bosque com certeza delas apropriou-se para si mesmo. Ninguém pode negar que o alimento lhe pertença. Pergunto então quando passou a pertencer-lhe: Quando digeriu? Quando comeu? Quando ferveu? Quando o levou para casa? Ou quando o apanhou? Fica claro que, se o fato de colher o alimento não o fez dele, nada mais o faria. Aquele *trabalho* imprimiu uma distinção entre esses frutos e o comum, acrescentando-lhes algo mais do que a natureza, mãe comum de todos, fizera; desse modo, tornaram-se direito particular dele (LOCKE, 1998, p. 409-410).

Trabalho e liberdade são categorias muito próximas na explicação do homem moderno, manifestadas filosoficamente como uma forma de ser natural do homem: “[...] devemos considerar o estado em que todos os homens naturalmente estão, o qual é um estado de *perfeita liberdade* para regular suas ações e dispor de suas posses e pessoas do modo como julgarem acertado, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir licença ou depender da vontade de qualquer outro homem” (LOCKE, 1998, p. 382).

Foi na aurora da sociedade moderna, momento em que se configurava o processo de criação da ordem produtiva capitalista, que o homem se projetou, na prática social e

² John Locke nasceu em 29 de agosto de 1632, em Wrington, concluiu o bacharelado em humanidades em 1656, obteve o mestrado em humanidades em 1658 e o grau de bacharel em medicina em 1675. Locke, possuidor de uma cultura muito vasta, se dedicou a estudos filosóficos, morais e políticos. Ministrou aula sobre filosofia moral, escreveu ensaios sobre o papel do governo na sociedade e desempenhou como secretário diversas funções públicas. Faleceu em 28 de outubro de 1704.

correspondentemente na filosofia política, como trabalho livre em oposição ao trabalho escravo e/ou servil. No “Segundo Tratado Sobre o Governo” Locke não deixou dúvidas sobre esse novo significado do homem contra o homem da fé, ele defendeu o trabalhador. O trabalho passa a ser explicado, nesse momento, como propriedade pessoal do indivíduo: “Embora a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma *propriedade* em sua pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O *trabalho* de seu corpo e a *obra* de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele” (LOCKE, 1998, p. 407, 409). Como lei da natureza, é sempre visto pelo liberalismo como um dever-ser do homem moderno. Nesta construção teórica Locke (1998, p. 413) escreveu: “Quando deu o mundo em comum para toda a humanidade, Deus ordenou também que o homem trabalhasse, e a penúria de sua condição assim o exigia”.

Parece importante lembrar que, já por volta de 1640, a Inglaterra detinha mais de quatro quintos da produção mundial de carvão. Esta fonte de energia desempenhava um importante papel de expansão de muitas outras indústrias: ferro, estanho, vidro, sabões, construção naval. (Hill, 1985, p. 40.) A manufatura estava em processo de desenvolvimento na Inglaterra nesse período histórico. Pode-se dizer que era a lógica do capital que insistia em materializar-se, levando ao aniquilamento da forma produtiva anterior. Segundo o historiador Hill, “Qualquer coisa como uma revolução industrial teve lugar no século que precedeu 1640, estimulado pelo capital proveniente da dissolução e saque dos mosteiros ou decorridos através do comércio, da pirataria e da pilhagem do novo mundo ou do tráfico de escravos” (1985, p. 39). Entende-se que a Revolução Industrial e a filosofia política inglesa são produtos de uma mesma era: a era burguesa de produção. À sua época, estas idéias representaram uma nova maneira de entender a realidade política e econômica e, ainda possibilitaram expressar um novo homem para uma

nova sociedade: homem como ser de liberdade, identificado, por natureza, como trabalhador livre e como indivíduo proprietário.

Na constituição desta relação entre o trabalho e a propriedade Locke teve dois entendimentos.

No primeiro, proclamou a defesa da posse da terra e do produto que ali possa ter como algo limitado. A ênfase, aqui, era o bem comum e o sustento da vida:

A Terra, e tudo quanto há nela, é dada aos homens para o sustento e o conforto de sua existência. E embora todos os frutos que ela naturalmente produz e os animais que alimenta pertençam à humanidade em comum, produzidos que são pela mão espontânea da natureza, e ninguém tenha originalmente um domínio particular sobre eles à exclusão de todo o resto da humanidade, por assim estarem todos em seu estado natural, é, contudo, necessário, por terem sido essas coisas dadas para o uso dos homens, haver um meio de apropriar delas de um modo ou de outro para que possam ser de alguma utilidade ou benefício para qualquer homem em particular. O fruto ou a caça que alimenta o índio selvagem, que desconhece o que seja um lote e é ainda possuidor em comum, deve ser dele, e de tal modo dele, ou seja, parte dele, que outro não tenha direito algum a tais alimentos, para que lhe possam ser de qualquer utilidade no sustento da vida (LOCKE, 1998, p. 407).

A posse privada não poderia ferir estes princípios:

Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua *propriedade*. Sendo por ele retirada do estado comum em que a natureza a deixou, a ela agregou, com esse trabalho, algo que excluiu do direito comum dos demais homens. Por ser esse *trabalho* propriedade inquestionável do trabalhador, homem nenhum além dele pode ter direito àquilo que esse *trabalho* agregado, pelo menos enquanto houver bastante e de igual qualidade deixada em comum para os demais (LOCKE, 1998, p. 409).

E, mais: “[...] o tomar esta parte ou aquela” do que era bem comum pelo trabalho, era algo natural, ou seja, “não depende do consentimento expresso de todos” (LOCKE, 1998, p. 410).

Na filosofia política do autor a fonte do consentimento da propriedade privada da terra é sempre o trabalho vivo ordenado aos homens por Deus: “Aquele que, em obediência a essa

ordem de Deus, dominou, arou, semeou qualquer parte dela, acrescentou-lhe com isso algo que era de sua propriedade, ao que os demais não tinham qualquer título, nem poderia, tomar-lhe sem causar-lhe injúria” (LOCKE, 1998, p. 413). Na defesa dessa idéia o autor argumentou que o pacto social (para ele o dinheiro se incluiria aí) permitiu a apropriação, pois aquilo que ficava no estado natural e comum não tinha utilidade. Era preciso colocar trabalho sobre a terra para que se pudesse torná-la útil à vida: “[...] a terra que é deixada inteiramente à natureza, que não tem melhorias como pastagem, lavoura ou plantação, é chamada, como de fato é, de ‘inculta’; e veremos que os benefícios que rende são pouco mais que nada” (LOCKE, 1998, p. 422).

No segundo entendimento, ele ampliou esta análise e defendeu que não só a terra deveria voltar-se para a produção dirigida para o comércio, mas que sua posse, através da invenção do dinheiro, passava a ser ilimitada. Locke começou a construir esta defesa a partir do parágrafo trinta e seis do “Segundo Tratado Sobre o Governo”. Nele, escreveu o autor:

A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do *trabalho* e da *conveniência de vida* dos homens. O trabalho de nenhum homem seria capaz de dominar ou apropriar-se de tudo nem poderia o seu desfrute consumir mais que uma pequena parte. [...] Pois suponhamos um homem, ou uma família, no estado em que se encontravam quando o mundo começou a ser povoado pelos filhos de Adão ou de Noé; caso ele plantasse em alguma das terras incultas do interior da América, veríamos que as posses que poderia amealhar para si mesmo segundo as *medidas* que apresentamos não seriam muito grandes e tampouco, mesmo nesses dias, prejudicariam o resto dos homens ou lhes dariam motivo para se queixarem ou se julgarem lesados pela usurpação desse homem, embora a raça dos homens se tenha espalhado para todos os cantos do mundo e exceda infinitamente o pequeno número [que] havia no princípio. (LOCKE, 1998, p. 416-417, destaques do autor)

Locke continuou argumentando que o trabalho permitia agregar um valor maior à terra: “[...] Além disso, *sem trabalho*, a extensão de *terra* é de tão pouco valor que ouvi afirmar que na própria Espanha permite-se que um homem are, semeie e colha sem ser perturbado em terras

sobre as quais ele não tem outro direito além do de fazer uso delas” (LOCKE, 1998, p. 416-417, destaques do autor). Tal questão para ele devia ser reconhecida, pois, ao “[...] contrário, os habitantes sentem-se obrigados para com aquele que, com seu esforço em terras abandonadas e conseqüentemente incultas, tenha aumentado o volume de grãos de que eles tinham necessidade” (LOCKE, 1998, p. 416-417). Por fim, o autor acrescenta outra questão a ser considerada sobre o direito de propriedade:

Contudo, seja como for isso, a que não quero dar maior importância, uma coisa ousou afirmar: que a mesma *regra de propriedade* segundo a qual cada homem deve ter tanto quanto possa usar estaria ainda em vigor no mundo, sem prejuízo para ninguém, conquanto há terra bastante no mundo para o dobro de habitantes, se a *invenção do dinheiro* e o acordo tácito dos homens no sentido de lhe acordar um valor não houvesse introduzido (por consenso) posses maiores e um direito a estas (LOCKE, 1998, p. 416-417, destaques do autor).

Aqui, o trabalho foi compreendido por Locke como algo capaz de atribuir um valor melhorado à terra e de aumentar as reservas comuns da humanidade:

Ao que eu gostaria de acrescentar que aquele que se apropria da terra mediante o seu próprio trabalho não diminui, mas aumenta as reservas comuns da humanidade, pois as provisões que servem ao sustento da vida humana produzidas por um acre de terra cercada e cultivada são (para falar moderadamente) dez vezes maiores que as que rendem um acre de terra em comum inculta de igual riqueza (LOCKE, 1998, p. 418).

Presas, dentre outras, às idéias do mercantilismo, a defesa do trabalho, enquanto fundamento explicativo do direito à propriedade, revelou-se produtora de benefícios para toda a humanidade. Nos limites do valor de uso, nos séculos XVII e inclusive no XVIII, as idéias defensoras do capitalismo emergente vêm no comércio e no trabalho produtor de mercadorias a possibilidade concreta de uma vida melhorada e reconhecida como felicidade. Locke não fugiu desse esquema:

Penso que seria um cálculo bem modesto dizer que, dos *produtos* da terra úteis para a vida do homem, 9/10 *decorrem do trabalho*; ainda mais, se estimarmos corretamente as coisas como chegam para o nosso uso e computarmos as diversas despesas que nelas há, tanto o que nelas é puramente devido à *natureza* e o que decorre do *trabalho*, verificaremos que na maioria delas 99/100 serão devidos ao *trabalho* (LOCKE, 1998, p. 421, destaques do autor).

Na ordenação do pensamento burguês a defesa do trabalho, como produtor de valor de uso, sempre esteve atrelada à idéia de liberdade, de produtividade e de progresso. No século XVIII o sistematizador da economia política Adam Smith (1723-1790), no terreno já plantado de manufatura, demonstrou a importância do trabalho na produção dos avanços técnicos, ao mesmo tempo em que se fez porta-voz da defesa da liberdade de mercado e da comunicação entre os homens neste exercício. O mencionado autor encontra-se analisado no próximo capítulo. No século XIX a liberdade foi um dos centros de estudos de John Stuart Mill³. Numa de suas obras menos conhecidas, o chamado “Ensaio Sobre a Liberdade”, o autor argumentou que a área de liberdade do indivíduo deveria ser a mais ampla possível, defendendo-a como um direito natural e absoluto do ser. O que está em questão, aqui, é o próprio poder da sociedade sobre os homens. Mill explicou detalhadamente o significado, para ele, da liberdade natural ressaltando

[...] em primeiro lugar o foro íntimo da consciência que exige a liberdade dela no mais ilimitado sentido; liberdade de pensamento e sentimento; liberdade absoluta de opinião em todos os assuntos práticos ou especulativos, científicos, morais ou teológicos. A liberdade de exprimir e publicar opiniões pode parecer do domínio de princípio diferente, do momento em que

³ John Stuart Mill nasceu em Londres em 20 de maio de 1806 e veio a falecer em 08 de maio de 1873. Era filho do filósofo James Mill e de Harriet Burrow Mill. De sua biografia consta que ele nunca frequentou escola de qualquer grau ou universidade. Seu pai cuidou do processo de educação, este preparou para o filho um programa educacional modelado nas teorias de Helvetius e Bentam. Aos treze anos Mill iniciou estudos de Economia Política. A partir dessa idade seus estudos passaram a ser auxiliados por amigos paternos como Austin e David Ricardo. Aos dezessete anos Mill já passara a manter-se a si próprio trabalhando para a Companhia das Índias Orientais, da qual seu pai era funcionário. Paralelo a esse emprego ele participava de outras atividades voltadas à formação de opinião pública em função da reforma legislativa da época. Mill, juntamente, com o pai e alguns amigos participava de um grupo conhecido por “filósofos radicais”, que deram uma contribuição para a introdução de reformas legais. Os seus trabalhos mais importantes foram: Sistema de Lógica (1843), Princípios de Economia Política (1848), Ensaio Sobre a Liberdade (1861), Pensamentos Sobre a Reforma Parlamentar, Governo Representativo (1861) e Utilitarismo (1863).

pertence àquela parte da conduta do indivíduo que vai contender com outras pessoas; mas como a sua importância é quase a mesma que da liberdade do próprio pensamento, e como em grande parte se estriba nas mesmas razões, é praticamente inseparável dele (MILL, 1991, p. 61-62).

E mais:

Em segundo lugar o princípio em questão requer liberdade de gostos e ocupações: de formarmos o plano da nossa vida de modo a adaptar-se ao nosso caráter; de fazermos o que for do nosso gosto, sujeitando-nos às conseqüências que possam resultar; isto sem que os nossos semelhantes nos impeçam, enquanto os nossos actos os prejudicarem, ainda mesmo que pensem que a nossa conduta é louca, perversa ou irracional (MILL, 1991, p.62).

Igualmente, a filosofia política clássica, a liberdade pessoal, como um bem supremo, aponta para a possibilidade racional do pacto social e a liberdade de combinação e associação de indivíduos “para qualquer fim que não envolva dano alheio” (MILL, 1991, p. 62). Mill afastou, nesse raciocínio, à moda de Locke, de Toqueville e de outros, toda e qualquer forma de despotismo religioso ou laico. Viu os homens como seres de maioria, entendendo-os como responsáveis e nunca enganados. Esta construção, nos meandros do século XIX, parece apontar para algo já bastante antigo que o autor pretendia, no conjunto dos levantes populares da época, defender em nome de uma almejada tolerância, ordem e progresso: a defesa da liberdade pessoal, inclusive a de trabalho como princípio maior e primordial da existência do homem burguês. Na citação abaixo Mill foi bem claro no seu propósito e pareceu não querer deixar dúvidas sobre o que estava a defender:

A única liberdade digna do nome é a de trabalharmos por conseguir o nosso próprio bem a nosso próprio modo, tanto quanto não tentarmos privar os outros do seu ou impedir os seus esforços para obterem. Cada um é o guarda próprio da sua saúde, quer física, quer mental e espiritual. A humanidade ganha muito mais pela tolerância recíproca se cada um viver conforme para si mesmo acha bom, do que compelindo-o a viver segundo aos demais se afigura bom (MILL, 1991, p. 62).

Para ele, a livre determinação de cada ser, nas suas individualidades, permite o desenvolvimento pleno das habilidades naturais de cada um, o que contribui para o bem da

sociedade. Um pensamento que coloca o esforço pessoal e o mérito como os meios mais adequados para a ascensão econômica.

O livre desenvolvimento da individualidade é entendido sempre como socialmente vantajoso. Nesse entendimento, Mill atribui qualidades ao indivíduo por colocar em ação a sua capacidade pessoal que não só o distingue dos outros, mas o valoriza no conjunto da sociedade. Segundo o mesmo autor, seria preciso, socialmente, incentivar aquilo que cada um possui, ou melhor, as diferenças entre os homens, as suas potencialidades naturais. Assim escreveu no Ensaio acima citado:

Não é convertendo, pelo uso, em uniformidade tudo o que nos seres humanos é individual, mas cultivando-o, e despertando-o dentro dos limites impostos pelos direitos e interesses alheios, que eles se tornam objecto nobre e belo de contemplação [...] Em proporção ao desenvolvimento da sua individualidade, cada pessoa torna-se mais valiosa para si, e portanto é capaz de maior valor para as outras pessoas (MILL, 1991, p. 136-137).

Segundo esse pensamento, cabe ao Estado não o exercício do poder despótico, mas a garantia de liberdade para que cada um consiga progredir através do seu próprio esforço. A diferença social, no limite do direito natural, não representa injustiça, na medida em que a cada indivíduo é garantida a liberdade de esforços para buscar tudo aquilo que ele possa construir de melhor para si e para os seus. Mill, no século XIX, é o grande teórico da defesa do direito privado como conquista individual. Esta parece ser a arma da luta contra os interesses coletivos traduzidos pelas correntes socialistas da época: “[...] ‘a cada um pertence’ é o que em cada um há de inalienável, então a justiça consiste no reconhecimento, na afirmação ou na expressão da singularidade própria de cada ser. A justiça torna-se desse modo um sequaz da liberdade, na mesma realização da liberdade” (MILL, 1991, p. 12-13). Ou, ainda:

Se se estivesse compenetrado de que o livre desenvolvimento da individualidade é uma das coisas essenciais mais poderosas para o bem-estar; de que é não só um elemento de coordenação com tudo aquilo que é designado pelos termos de civilização, instrução, educação, cultura, mas é ele mesmo parte e condição necessárias de todas aquelas coisas, nenhum perigo haveria de que a liberdade fosse menosprezada, e a condição dos limites ente ela e a ingerência social apresentasse dificuldade alguma extraordinária (MILL, 1991, p. 127).

No volume II de sua obra de 1848, “Princípios de Economia Política”, Mill expôs a preocupação da agitação social reinante na Europa da época. A partir desse momento, ele fez a crítica à sua classe, exortando, como Toqueville já na idade avançada, mudanças na sua postura diante da classe trabalhadora. Em presença dos levantes populares, Mill solicitou que a classe dominante reconhecesse a liberdade como um direito universal. Justiça, autogoverno, cidadania individual, liberdade de decisão para os trabalhadores foram palavras de ordem na sua obra:

A partir de agora, o bem-estar e a prosperidade da população trabalhadora terão que fundar-se em bases bem diferentes. Os pobres se libertaram das principais restrições e já não há possibilidade de governá-los ou tratá-los como crianças. Os cuidados pelos destinos dos trabalhadores precisam agora ser entregues a eles mesmos. As nações modernas terão que aprender esta lição: o bem-estar de um povo tem que ser criado por meio da justiça e do autogoverno, a *dikaiosyne* e a *sofrosyne* dos cidadãos individuais (MILL, 1983, v. 2, p. 258).

Nos escritos “Princípios de Economia Política” Mill distinguiu a divisão social capitalista em duas classes, objetivadas com interesses distintos. Também defendeu que este estado de vida não deveria ser permanente: “Quando falo, aqui ou alhures, de ‘classes trabalhadoras’, ou dos trabalhadores como uma ‘classe’, utilizo essas expressões em adesão ao costume e para descrever um estado de relações sociais existentes, mas que de forma alguma é um estado necessário ou permanente (MILL, 1983, v. 2, p. 255). Defensor do progresso para todos, no terreno da liberdade, a condição de classe trabalhadora apreendida fora da contradição capital-trabalho, da contradição imperialismo-nação é apenas uma passagem, um estágio necessário

na evolução: “Começar como trabalhadores assalariados, depois disso trabalhar por alguns anos por conta própria, e finalmente empregar outras pessoas, eis a condição normal dos trabalhadores em um país jovem, que aumenta rapidamente de riqueza e população, como a América ou a Austrália” (MILL, 1983, v. 2, p. 260). Está aqui defendido um dos princípios basilares do seu pensamento: a liberdade individual.

Um pensamento submetido à crítica no seu próprio terreno, nomeado por Friedrich Engels (1820-1895) de “Espírito do século”. Para o pensamento marxiano são os sofismas solicitados por uma determinada época para fugir do exame dos pressupostos reais do Estado:

A política não tem pensado em examinar, em si e por si, os pressupostos do Estado. A economia nem sequer teve a idéia de saber o que justifica a propriedade privada. Por isso, a nova economia não obteve senão um meio progresso: ela viu-se forçada a descobrir e a negar os seus próprios pressupostos, a recorrer ao sofisma e à hipocrisia, a fim de camuflar as contradições em que envolvia, para chegar a conclusões forçadas, não pelas suas próprias hipóteses, mas pelo espírito do século. Assim, a economia desempenhou uma função filantrópica, retirando os produtores o seu apoio, para concedê-lo aos consumidores, afetando um santo horror pelas sangrentas desordens do sistema mercantilista e sugerindo que a ligação, através do comércio, estabelecia a amizade e o entendimento entre as nações e os indivíduos (ENGELS, s/d, p. 7).

Apontando para a miséria do pensamento burguês Mill sugeriu a superação dos inconvenientes do sistema mercantilista pela amizade comercial entre os indivíduos, uma questão que perpassou todo o seu pensamento. A mudança social que ele reconheceu ser necessária deve, antes de qualquer coisa, não só passar pela mudança de opinião que as classes operárias tinham à época sobre os meios para se chegar à independência (a revolução armada), mas levá-las a descobrir o caminho da verdade, ou seja, as condições morais, intelectuais e industriais indispensáveis para se conseguir sem injustiça (o que significa sem quebra do direito privado) a mudança almejada para todos – a vida melhorada. Nesse sentido, seu ponto essencial de partida era moral e universal. A própria crítica, no século XIX, à ordem

burguesa, não foge deste ponto de partida. Mill procurou, pelo caminho da moral e do direito, a natureza e os limites do poder que a sociedade pode legitimamente exercer sobre o indivíduo. No “Ensaio sobre a Liberdade”, voltado para a análise dessa questão, o autor escreveu de forma contundente:

[...] o fim único pelo qual a humanidade é autorizada individualmente ou coletivamente a intervir na liberdade de acção de qualquer dos seus membros constitui a protecção de si mesma: só em caso de necessidade de obstar um membro duma sociedade civilizada prejudique os outros, é que legitimamente pode empregar-se a força contra ele. O seu próprio bem, físico ou moral, não é suficiente justificação. Ele não pode com justiça ser obrigado a fazer ou deixar de fazer uma coisa porque isso há-de ser melhor, porque o há-de fazer feliz, porque na opinião doutros assim seria mais acertado ou mesmo justo. Estas razões são boas para admoestar, ou persuadir, ou rogar, mas não para o compelir ou infligir-lhe algum mal caso ele proceda em contrário. Para isso se justificar é preciso que a conduta de que querem desviá-lo leve em mira o prejuízo de terceiro. Ninguém é responsável pela sua conduta para com a sociedade senão só pelo lado que contende com os interesses alheios. Pelo lado que ao indivíduo simplesmente interessa, a sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu corpo, sobre o seu espírito, é ele soberano (MILL, 1991, 57-58).

Na citação abaixo na qual o autor defendeu a associação de trabalhadores não ficou negado o princípio da liberdade individual:

É antes de tudo com referência à melhoria e à elevação das classes trabalhadoras que é indispensável a liberdade completa nas condições de associação de capital. Associações de capital como as de operários [...] constituem o meio mais poderoso para se chegar à emancipação social dos trabalhadores mediante suas próprias qualidades morais. A liberdade de associação de capital é importante não somente pelos seus exemplos de sucesso, mas é igualmente importante em função das tentativas que não lograriam êxito, pois o fracasso delas proporcionaria uma lição mais marcante do que aquela que adviria de qualquer teoria não experimentada na prática. Deve-se permitir, e até encorajar, testar na prática toda teoria de aprimoramento social cujo valor possa ser submetido ao teste da experimentação prática. Partindo de tais experiências, a parcela ativa das classes trabalhadoras tiraria lições que teria dificuldade em aprender do ensinamento de pessoas que os trabalhadores supõem terem interesses e preconceitos adversos ao bem deles; essas experiências nos dariam meios para corrigir, com nenhum custo para a sociedade, tudo aquilo que atualmente há de errado nos conceitos que as classes operárias têm sobre os meios a adotar para se chegar à independência delas, bem como meios para descobrir as condições morais, intelectuais e industriais que são

indispensáveis para se conseguir sem injustiça – ou para conseguir *tout court* – aquela reforma social à qual aspiram (MILL, 1983, v. 2, p. 369).

Segundo Mill, para se chegar ao estado ambicionado, além da garantia de liberdade, é preciso certa dose de capacidade de iniciativa, de auto-renúncia e de honestidade, qualidades que podem ser postas em prática mediante a associação entre os trabalhadores como uma denominada forma “honesta” de adquirir capital:

[...] há uma capacidade de iniciativa e de auto-renúncia, nas massas da humanidade, que só se chega a conhecer nas raras ocasiões em que se lança um desafio a essas qualidades, em nome de alguma grande idéia ou sentimento elevado. Tal desafio foi lançado pela revolução francesa de 1848. Naquela ocasião, pela primeira vez pareceu às classes trabalhadoras inteligentes e generosas de uma grande nação que haviam conseguido um governo que desejava sinceramente a liberdade e a dignidade da população, e que não encarava essa liberdade e dignidade como instrumentos naturais e legítimos de produção, utilizados em benefício dos donos de capital. Com esse estímulo, cresceram e frutificaram as idéias semeadas por autores socialistas, de uma emancipação do trabalho, a ser realizada por meio da associação dos próprios trabalhadores; muitos trabalhadores chegaram à resolução não somente de trabalharem uns para os outros, ao invés de trabalharem para um comerciante ou manufator patrão, mas também de se libertarem, a qualquer custo de trabalho ou de privação, da necessidade de pagar, com o produto de seu trabalho, alto tributo pelo uso do capital; resolveram que aboliriam esse tributo oneroso, não roubando dos capitalistas aquilo que eles ou os seus predecessores haviam adquirido com o trabalho e haviam economizado, mas adquirindo eles mesmos capital, de maneira honesta (MILL, 1983, v. 2, p. 266).

No esforço de defesa da mudança moral da classe trabalhadora Mill citou, numa longa passagem, a história de uma associação de trabalhadores para fabricar pianos, aos quais chamou: pessoas sem dinheiro e sem crédito, apenas com a fé que não raciocina, mas age:

[...] Catorze trabalhadores [...] resolveram fundar, por conta própria, uma associação para fabricar pianos. O projeto era cheio de riscos, em se tratando de pessoas que não dispunham nem de dinheiro nem crédito; mas a fé não raciocina – ela age.

Os nossos catorze homens começaram a trabalhar; cito, de um excelente artigo escrito pelo Sr. Cochut no *National* – cuja exatidão posso testemunhar – o seguinte relato sobre os primeiros passos dados.

Alguns deles, que haviam trabalhado por conta própria, traziam consigo, em ferramentas e materiais, o valor de aproximadamente 2 mil francos [80

libras]. Além disso, precisava-se de um capital circulante. Cada membro da associação, não sem dificuldade, conseguiu subscrever 10 francos [8 xelins]. Determinado número de trabalhadores, não interessados na sociedade, deram sua adesão, trazendo pequenas contribuições. Em 10 de março de 1849, tendo-se juntado uma soma de 229 ½ francos [£ 9 3 s. 7 ½ d.], declarou-se constituída a associação.

Essa soma não era sequer suficiente para montar uma oficina e para pagar as pequenas despesas exigidas diariamente para a operação dela. Não sobrando nada para o pagamento dos salários, passaram quase dois meses sem que os trabalhadores recebessem qualquer dinheiro. Como conseguiram sobreviver durante esse intervalo? Da maneira em que vivem trabalhadores quando desempregados, partilhando da porção de um companheiro que está empregado, e também vendendo ou penhorando, um a um, os poucos bens que possuíam.

Executaram alguns serviços encomendados. Receberam o pagamento no dia 4 de maio. Aquele dia foi para eles como uma vitória na abertura de uma campanha, e por isso resolveram celebrá-lo. Depois de pagarem todas as dívidas vencidas, os dividendos que sobraram para cada membro foram de 6 francos e 61 cêntimos. Concordaram em dar a cada um 5 francos [4 xelins] por conta de seus salários, e gastar o resto em uma refeição fraterna. Os catorze acionistas, a maioria dos quais não havia provado vinho durante o ano que passara, se encontraram, juntamente com suas esposas e filhos. Gastaram 32 soldos [1 s. 4 d.] por família. Ainda hoje, nas suas oficinas, falam desse dia com uma emoção de que é difícil a gente não partilhar.

Ainda durante um mês, foi preciso contentarem-se com receber 5 francos por semana. No decurso de junho, um padeiro, por amos à música ou para fazer especulação, se ofereceu para comprar um piano, pagando com pão. O negócio foi fechado ao preço de 480 francos. Foi um golpe de sorte para a associação. Tinham agora ao menos o que era indispensável. Resolveram não computar o pão na conta dos salários. Cada um comia segundo seu apetite, ou melhor, de acordo com o apetite da família, pois se permitiu aos acionistas casados levarem pão à vontade, para suas esposas e filhos.

Nesse meio tempo, a associação, por ser compostas de excelentes trabalhadores, gradualmente superou os obstáculos e as privações que haviam complicado seu início. Seus registros contábeis fornecem a melhor prova do progresso que seus pianos fizeram na estima dos compradores. Desde 1849, o que recebiam semanalmente aumentou para 10, 15, e 20 francos por semana; essa última soma não representa todos os seus lucros, pois cada sócio deixou no caixa comum muito mais do que recebeu dele. Com efeito, não é com base na soma que o membro recebe semanalmente que se avalia a condição dele, mas pela parte adquirida na posse de uma propriedade já considerável. A posição da associação, no inventário efetuado a 30 de dezembro de 1850, era o seguinte.

Nessa época, o número de acionistas era 32. Grandes oficinas e depósitos, alugados por 2 mil francos, já não eram suficientes para a atividade. [...] a associação tinha 76 pianos encomendados e em fabricação, e recebia mais encomendas do que as que tinha condições de atender (MILL, 1983, v. 2, p. 267-269).

Com o exemplo acima, o autor tentou mostrar que as privações não passaram de um incentivo para a iniciativa particular e o justo sucesso. “A instrução é apenas um dos desiderato do

aperfeiçoamento mental; outro, quase tão indispensável quanto esta, é um exercício vigoroso das energias vitais: o trabalho, o espírito inventivo, o discernimento e o autocontrole – e o estímulo natural para essas coisas são as dificuldades da vida” (MILL, 1983, v. 2, p. 400). Ou, ainda: “Dificuldades e privações muitas vezes não passam de incentivo à iniciativa; o que é fatal para a iniciativa é a crença de que não se deixará que ela produza seus frutos” (MILL, 1983, v. 2, p. 352). E mais:

Eventualmente – e talvez em um futuro menos longínquo do que se possa supor – poderemos, por meio do princípio de cooperativismo, encontrar o nosso caminho para uma mudança social, que combinaria a liberdade e a independência do indivíduo com as vantagens morais, intelectuais e econômicas da produção agregada, e que, sem violência ou espoliação, ou até sem qualquer perturbação dos hábitos e das expectativas vigentes, realizaria, ao menos no setor industrial, as melhores aspirações do espírito democrático, acabando com a divisão da sociedade em trabalhadores e ociosos, e apagando todas as distinções sociais, afora aquelas que são honestamente conquistadas mediante serviços e iniciativas pessoais. Associações como as que acima descrevemos, pelo próprio processo mediante o qual atingem o sucesso, constituem uma escola de aprendizagem daquelas qualidades morais e ativas que são os únicos meios pelos quais se pode merecer ou atingir o êxito (MILL, 1983, v. 2, p. 277-278).

Para ele, a grandeza do sistema cooperativo residia na tendência explícita ao aumento da produtividade do trabalho posto que o trabalhador nesta forma demonstrava interesse em fazer o máximo possível, já que esse sistema passa a ser também de seu interesse pessoal. Destacando inclusive o caráter educativo dessa organização associativa, Mill escreveu:

A outra maneira de o sistema de cooperação tender, ainda mais eficazmente, a aumentar a produtividade do trabalho consiste no grande estímulo dado às energias produtivas, colocando os trabalhadores, como massa, em uma relação tal com seu serviço, que faria com que o princípio e o interesse deles – já que atualmente isso não ocorre – seja fazer o máximo possível, e não o mínimo possível, em toca da remuneração que recebem. Dificilmente se pode exagerar esse benefício substancial, que no entanto não é nada em comparação com a revolução moral da sociedade que o acompanharia: a cura deste mal que é a hostilidade constante entre o capital e o trabalho, a transformação da vida humana, de um conflito de classes que se batem por interesses opostos, em uma rivalidade amiga na busca de um bem comum a todos, a elevação da dignidade do trabalho, um novo sentimento de segurança e de independência na classe trabalhadora, e a conversão da

ocupação diária de cada ser humano em uma escola em que se aprende a solidariedade social e a inteligência prática (MILL, 1983, v. 2, p. 276-277).

Nesse sentido é preciso, no entender desse autor, que o governo não ultrapasse os limites do poder, mas que, antes, incentive cada um a exercitar o empreendimento próprio, que administre as coisas de seu interesse, que realize coisas por meio de cooperação voluntária, enfim, que exercite aquilo que a filosofia política denomina de espírito público:

Um bom governo dará toda a sua ajuda de uma forma capaz de encorajar e fomentar no povo quaisquer rudimentos que puder encontrar de um espírito de iniciativa individual. Será assíduo em remover obstáculos e desestímulos à ação voluntária, e em propiciar quaisquer facilidades e qualquer guia que possam ser necessários; seus recursos pecuniários serão aplicados, quando exequível, em ajudar os esforços privados, mais que em substituí-los, e acionará seu mecanismo de recompensas e honrarias para suscitar tais esforços. A ajuda governamental, quando ministrada apenas por falta de iniciativa privada, deve ser dada de modo a ser, na medida do possível, um curso de educação para o povo na arte de realizar grandes objetivos por meio da ação individual e da cooperação voluntária (MILL, 1983, v. 2, p. 420-421).

E ainda:

É, pois, de importância suprema que todas as classes da comunidade, até as mais baixas, tenham chance de fazer muito por iniciativa própria; que se exija de sua inteligência e de sua virtude aquilo que são capazes de dar, sob todos os aspectos; que o governo não somente deixe, o quanto possível, que as próprias pessoas e classes, usando de suas faculdades, administrem tudo aquilo que só a elas dizem respeito, mas também que lhes permita, ou melhor, as estimule a administrar o máximo possível de suas tarefas conjuntas por cooperação voluntária – pois essa discussão e administração dos interesses coletivos é a grande escola daquele espírito público, e a grande fonte daquela inteligência das coisas públicas, que sempre são considerados como característica que distingue o povo de países livres (MILL, 1983, v. 2, p. 401).

A classe trabalhadora se tornou, nesse discurso, trabalhadora ou/e cidadã, sendo suas características essenciais: autogoverno, iniciativa, responsabilidade consigo e com os demais

membros da comunidade. No lugar da luta, se impõe a defesa da unidade social traduzida, inclusive, pela educação elementar:

No tocante à educação elementar, penso que a exceção às regras com uns pode, justificadamente, ir ainda mais longe. Há certos elementos primários e certos meios de conhecimento, que é altamente desejável sejam adquiridos durante a infância por todos os seres humanos incorporados à comunidade. Se os pais dessas crianças, ou aqueles de quem dependem, tiverem condições de conseguir essa instrução para elas, e deixam de fazê-lo, faltam a um duplo dever: em relação às próprias crianças e em relação aos membros da comunidade em geral, que estão todos sujeitos a sofrer em consequência da ignorância e da falta de educação de seus concidadãos (MILL, 1983, v. 2, p. 404).

O espaço escolar foi ainda entendido por Mill como o lugar para adquirir os conhecimentos sobre as novas técnicas de trabalho, com vistas a ampliar a produção. Um conhecimento aplicado aos objetivos do trabalho:

O terceiro elemento que determina a produtividade do trabalho de uma comunidade é a habilidade e o conhecimento nela reinantes – quer se trate de habilidade e do conhecimento dos próprios trabalhadores, quer se trate dos que dirigem o trabalho deles. Não há necessidade de nenhuma ilustração para mostrar como a eficiência do trabalho é promovida pela destreza manual daqueles que executam processos meramente rotineiros, pela inteligência dos que se empenham em operações nas quais a mente apresenta uma participação considerável, ou pela soma de conhecimento das forças naturais e das propriedades de objetos que é aplicada aos objetivos do trabalho. É por demais evidente que a produtividade da mão-de-obra de um povo é limitada pelo conhecimento das técnicas profissionais, e que todo progresso nessas técnicas, ou qualquer aplicação mais aperfeiçoada dos objetos ou forças da natureza ao trabalho, permitem uma produção maior com a mesma quantidade e intensidade do trabalho (MILL, 1983, v. 1, p. 108).

A aquisição intelectual solicitada para o trabalhador-cidadão não ultrapassava alguns limites estreitos de melhores hábitos morais. Mill citou o Sr. Escher, em depoimento anexado ao

Report of the poor Law Commission, de 1840, sobre a relação entre aquilo que ele chamou de cultura intelectual e a confiabilidade moral⁴ da classe trabalhadora:

Constatamos que os trabalhadores mais instruídos se distinguem por melhores hábitos morais sob todos os aspectos. Em primeiro lugar, são inteiramente sóbrios; são discretos em prazeres, que são de um tipo mais racional e refinado; apreciam as pessoas de melhor nível social e as abordam com respeito; conseqüentemente são admitidos na sociedade com muito mais facilidade; cultivam a música; lêem; gostam de teatro e participam de excursões ao campo; são econômicos, e sua economia se estende não só própria carteira, mas igualmente ao capital de seu patrão; conseqüentemente, são leais e confiáveis (MILL, 1983, v. 1, p. 110).

Diríamos que, para o pensamento burguês que o autor representa, a educação moral e a preparação para o trabalho eram questões essenciais em torno das quais a sociedade deveria agir. Não por acaso foi desencadeado pelo autor todo um esforço para compreendê-los como questões compatíveis com as leis da natureza humana e com a estrutura natural e necessária do organismo social. No mundo da liberdade para o trabalho, a livre determinação de cada indivíduo cidadão contribuiria para um considerado progresso justo e ordeiro que coloca em suspensão qualquer possibilidade de contradição na sociedade regida pelo capital.

⁴ As qualidades morais dos trabalhadores são tão importantes para a eficiência e o valor de seu trabalho quanto as intelectuais. Independentemente dos efeitos da intemperança sobre as faculdades físicas e mentais e da levandade e inconstância habituais sobre a energia e a continuidade de seu trabalho (aspectos tão facilmente compreensíveis que não há necessidade de insistir neles), bem vale a pena mediar até que ponto o efeito global de seu trabalho depende de sua confiabilidade. Todo trabalho atualmente despendido em garantir o cumprimento de suas funções ou em verificar se as cumpriram realmente, é assim desviado do objeto real da produção, para ser dedicado a uma função subsidiária, que se tornou indispensável não pela necessidade das coisas, mas pela desonestidade das pessoas (MILL, 1983, v. 1, p. 111).

2. PRODUÇÃO INDUSTRIAL, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E ACUMULAÇÃO

Historicamente, na ordenação da produção voltada para a troca a divisão social do trabalho, Marx dispõe a sociedade, basicamente, em duas classes antagônicas diretamente unidas e dependentes: a classe proprietária da riqueza e dos meios de produção e a classe dos trabalhadores, que, identificada à mercadoria, se vende “livremente” no mercado. A relação que as marca foi explicada por Marx mais de uma vez. Ao escrever sobre a mudança do valor do dinheiro em capital como algo que não pode ocorrer no dinheiro em si, ele esclareceu:

Para extrair valor de consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera de circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 2001, p. 197).

No século XIX Marx gastou boa parte dos seus estudos para explicar esta questão. Demonstrou que o processo de transformação do dinheiro em capital não poderia ocorrer no próprio dinheiro enquanto meio de compra ou de pagamento. A metamorfose da transformação do dinheiro em capital, escreveu ele, só poderia ocorrer dentro da esfera de circulação e, ao mesmo tempo fora dela: no processo de produção através do tempo de trabalho não pago.

A mudança tem, portanto, de ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato D – M, mas não no seu valor, pois trocam equivalentes, as mercadorias são pagas pelo seu valor. A mudança só pode, portanto, originar-se de seu valor-de-uso como tal, de seu consumo” (MARX, 2001, p. 197).

O autor foi mais longe, ao mostrar que na relação capital-trabalho está subentendida a pobreza como essência mesma do capital:

A fim de o possuidor de dinheiro encontrar no mercado a força de trabalho como mercadoria, é mister que preencham certas condições. Por si mesma, a troca de mercadorias não implica outras relações de dependência além daquelas que decorrem de sua própria natureza. Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro encontra-se no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e o outro o comprador, sendo ambos, juridicamente, pessoas iguais. A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois, se a vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar à sua propriedade sobre ela.

Sua condição essencial para o possuidor do dinheiro encontrar no mercado a força de trabalho como mercadoria: o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne seu trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho, que só existe nele mesmo (MARX, 2001, p.197, 198, 199).

Na sua origem, esta forma social de produção se mostrou como trabalho-arte e trabalho manufatureiro. A manufatura como produção industrial burguesa se estendeu de meados do século XVI ao último terço do século XVIII e pode ser explicada pela superação do trabalho na forma anterior (o trabalho arte), na qual o trabalhador, como alguém que sabia fazer o trabalho, tinha sobre ele todo o controle e o executava individual ou coletivamente reunindo os membros da família. A reunião de trabalhadores de diversos ofícios e independentes numa oficina sob o mesmo capital marcou a gestação do processo manufatureiro apontando para a divisão técnica do trabalho e para um significativo aumento na capacidade de produção que foi reconhecido por Smith já nas primeiras linhas de sua obra mais conhecida, “A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas”:

[...] a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em indústria específica) nem familiarizado com a utilização ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas [...] Assim, a importante atividade de fabricar alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas são executadas por pessoas diferentes, ao passo que, em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas. [...] Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiram produzir entre elas mais de 48 mil alfinetes por dia (SMITH, 1983, p. 42).

Os produtos em oficinas, como a descrita acima, deviam passar por diversas mãos até a sua finalização. Assim, a mercadoria já não resultava do trabalho de um único artesão, mas da colaboração de um conjunto de trabalhadores que não só passaram a perder o saber sobre o trabalho, mas também, para existir como tais dependiam de seu empregador, o capitalista. A combinação de diferentes ofícios sob o comando do mesmo capital deu origem às manufaturas de panos e muitas outras⁵. O fato de o operário passar todo o seu período de trabalho numa única operação levou-o a especializar-se nessa função, gestando meios de maiores rendimentos para o capitalista. A especialização, por sua vez, contribuiu para o aperfeiçoamento do método de trabalho e dos instrumentos nele usados, levando a um melhoramento da função executada individualmente. Outra particularidade da manufatura foi a diferenciação de ferramentas. Havia um tipo de ferramenta para cada função. Essas ferramentas foram, na verdade, simplificadas, aperfeiçoadas e diversificadas – adaptadas a uma única função.

Quando a finalização de uma operação representou o início de outra, pôde-se economizar tempo com o transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra, com a execução

⁵ Marx, 2001, p. 392.

simultânea de todas as partes que compunham o produto. Contudo, na linha de montagem, isso demandou que cada parte cumprisse determinado trabalho num determinado tempo. Na busca não só da economia de tempo, mas também de aumento de produção na sociedade voltada à acumulação da riqueza, passou-se a contratar o operário cujo tipo físico melhor se adaptasse a cada função na divisão técnica do trabalho.

Buscar o trabalhador certo para a função certa no processo da manufatura levou a sociedade a criar uma classificação de operários em hábeis e inábeis. No mesmo encaminhamento, ou melhor, na sua base organizativa, a manufatura representou a reunião de operários sob o comando do mesmo capital, dividiu o trabalho em partes (a divisão técnica) e os trabalhadores em hábeis e inábeis. Na divisão social do trabalho fez a separação do trabalhador dos seus meios de produção e a conversão destes meios em capital. Marx, apontando para o caráter capitalista da manufatura, escreveu que

[...] as leis das corporações da Idade Média impediam metodicamente, conforme já observamos, a transformação de um mestre artesão em capitalista [...] Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolavelmente unidos, como caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital (MARX, 2001, p. 413-414).

No século XVIII, Smith, na Inglaterra, foi o economista político por excelência do período manufatureiro. Em “A Riqueza das Nações” buscou ensinar aos homens de seu tempo como fazer para aumentar a fortuna. Ressaltou as vantagens da divisão do trabalho na forma da indústria manufatureira. Para tanto, descreveu minuciosamente como se processava a produção coletiva e quanto estas mudanças permitiam revolucionar os meios de produção (invenção de novos maquinários). Demonstrou que as conseqüências advindas da indústria manufatureira, inclusive o poder do conhecimento sobre o trabalho, levaram ao incremento da

capacidade produtiva, ao aumento da destreza e da rapidez do trabalhador, à diminuição da dispersão entre as operações.

O próprio autor, que incorpora as opiniões da burguesia industrial inglesa, reconheceu a perda do conhecimento no trabalho parcelado e tratou de elaborar toda uma crítica ao inútil e amplo tempo de aprendizagem solicitado nos Estatutos das Corporações:

Os longos aprendizados são totalmente desnecessários. As artes que são muito superiores aos ofícios comuns, assim como as de fazer relógios, não contêm tanto mistério de modo a requerer um longo curso de instrução. A primeira invenção de tais belas máquinas, de fato, e mesmo a de alguns dos instrumentos empregados em sua confecção, devem, sem dúvida, ter sido o trabalho de profundo pensar e longo tempo, e pode ser justamente considerado como dos mais felizes esforços da engenhosidade humana. Mas estando ambos bem inventados e compreendidos, explicar a qualquer jovem, de maneira mais completa, como aplicar os instrumentos e como construir as máquinas, não poderá requerer mais que as lições de umas poucas semanas; talvez a de alguns dias possa ser suficiente (SMITH, 1983, p. 88-89).

Avançando sobre o pensamento existente no século XVIII, o autor não deixou de distinguir a sociedade como sociedade de classes. Classificou os trabalhadores e os proprietários em pessoas comuns e pessoas de fortuna, e até falou com certo rubor da vida diferenciada dos homens na divisão social do trabalho: enquanto as pessoas de fortuna podiam dispor de lazer, aperfeiçoar-se em qualquer ramo do conhecimento, em contrapartida, as pessoas comuns contavam com pouco tempo para dedicar-se à educação, pois tinham que se ocupar de atividades para a sua subsistência. Smith, em seus escritos, deixou clara essa distinção social:

Tais pessoas costumam dispor de bastante lazer, durante o qual podem aperfeiçoar-se em qualquer ramo de conhecimento útil ou decorativo para o qual possam ter lançado alguma base ou pelo qual possam ter adquirido certo gosto, no período anterior de sua vida. [...] O mesmo não ocorre com as pessoas comuns. Tais pessoas dispõem de pouco tempo para dedicar-se a educação. Seus pais dificilmente têm condições de mantê-las, mesmo na infância. Tão logo sejam capazes de trabalhar, têm de ocupar-se com alguma atividade, para sua subsistência (SMITH, 1983, p. 215).

Mesmo diante do quadro de riqueza e de pobreza que marcava a sociedade, Smith não se afastou do centro orientador do seu pensamento: a idéia de aumento de produção voltada para o consumo como busca da felicidade. Defendeu esta idéia ao mesmo tempo em que reconheceu as dificuldades da classe trabalhadora para viver no mundo do consumo de manufaturas:

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condição de encomendar ou comprar (SMITH, 1983, p. 63).

Voltaire⁶ (1694-1778), na França, foi mais explícito que Smith no reconhecimento da necessidade de ordenação dos homens em classes diferentes. Defendendo a nova indústria e a divisão social do trabalho que ela comporta, escreveu em seu “Dicionário Filosófico” :

Todos os camponeses não serão ricos, e não é preciso que o sejam. Carecemos de homens que tenham seus braços e boa vontade. Mas até estes homens, que parecem o rebotalho da sorte, participarão da felicidade dos outros. Serão livres para vender seu trabalho a quem quiser pagá-los melhor. A liberdade será a sua propriedade. A esperança certa de um justo salário o sustentará (VOLTAIRE, 1978, p. 272).

⁶ François Marie Arouet (1694-1778), nasceu na França, era conhecido pelo pseudônimo de Voltaire. Era filho de Marguerite Daumard, descendente de uma família da pequena nobreza de Poitou. O pai era tabelião, pagador das especiarias e recebedor das multas na câmara das Contas. Ele desejava que o filho estudasse direito para ser advogado do rei. Nesse objetivo colocou o menino para estudar no colégio Louis, Lê Grand – um colégio jesuíta. Um fato significativo em sua vida foi a sua ida para a Inglaterra: por volta de 1717, se envolveu num incidente com o Duque de Sally, cavaleiro de Rohan, fato esse que lhe custou o exílio na Inglaterra. No tempo de exílio se relacionou com os poetas Young e Pope; com o escritor Swift e o filósofo empirista Berkeley. Ele passou a frequentar o círculo de intelectuais da época. Expressou-se admirador da liberdade de expressão dos ingleses e da filosofia inglesa, que vinha desde o início da modernidade, com Bacon, Hobbes e Locke. Em 1745 foi nomeado historiógrafo real e em 1746 foi eleito membro da Academia Francesa. Entre outras obras escreveu o “Dicionário filosófico” (1764), uma obra utilizada para criticar o Estado e a religião. Voltaire desempenhou importante papel dentro da história das idéias.

A questão de que o capitalismo gestava uma sociedade de classes já estava clara para homens como Smith e Voltaire. Ambos abraçaram a premissa iluminista de felicidade como fundamento legal da ordem social que estava a se constituir. Nesta direção Voltaire defendeu a liberdade e afirmou que a subordinação humana não estava pautada na desigualdade, mas na dependência entre os homens:

Todos os homens seriam, portanto, necessariamente iguais se nada precisassem. A miséria, condição agregada à nossa espécie, subordina um homem a outro homem; não é a desigualdade que é um mal real, mas a dependência. [...] O gênero humano, tal como na realidade é, não pode subsistir a menos que não haja uma infinidade de homens úteis que nada possuam; porque, é mais do que certo, um homem que possua o suficiente e viva ao seu bel-prazer não vai abandonar a sua terra para vir cultivar a vossa; e se tiverdes precisão de um par de sapatos, não será, com certeza, um referendário que vô-lo fará. Por isso, a igualdade é, simultaneamente, a coisa mais natural e mais quimérica que existe (1978, p. 217-218).

Tal distinção foi reconhecida no século XVIII por outro autor, Bernard Mandeville⁷ (1660-1733). No mesmo século de Smith e Voltaire este autor defendeu a necessidade de muitos trabalhadores pobres. Para ele a busca da felicidade, ou seja, a vida cômoda na sociedade, demandava a existência de uma grande quantidade de pessoas habituadas e dispostas a um árduo trabalho. Entendeu que a existência desses trabalhadores pressupunha que eles não poderiam socialmente conhecer a ociosidade e desfrutar as comodidades das coisas que produziam. Uma sociedade civilizada exigia que uma grande parcela da população fosse excluída dessa mesma condição, como forma de concretização do almejado estado civilizatório. Reconheceu a pobreza como necessidade da sociedade voltada para o mercado.

⁷ Bernard de Mandeville (1670-1733), médico holandês, homem cosmopolita que viajou pela Europa e fixou residência em Londres. Fez-se observador das mudanças ali em curso,. Seu pensamento refletiu os problemas que a época estava enfrentando no nível das idéias, fruto das mudanças na forma de organização da sociedade, pois com o desenvolvimento das manufaturas na Inglaterra, o surgimento da classe operária levou a uma nova maneira de entender o homem e o mundo. Ao observar a sociedade de seu tempo, ao apontar as necessidades que o próprio capital impõe, ele falou da importância da produção na forma manufatureira e ensinou aos homens o quanto é necessário a reprodução dos pobres como pobres.

Construiu tal defesa através de um texto intitulado “La Fábula de las Abejas o los vicios privados hacen la prosperidad publica”⁸. Ele afirmou:

La abundancia y la baratura de las provisiones, depende en gran parte del valor que se dé al trabajo y del precio con que se le recompense; por tanto, el bienestar de todas las sociedades, aun antes de estar contaminadas de lujos superfluos, requiere que estas labores la realicen, aquellos de sus miembros que sean, en primer lugar, fuertes y robustos, que nunca hayan conocido las comodidades, ni sepan lo que es la ociosidad; y en segundo lugar, que se conformen con cubrir las necesidades más indispensables de sus vidas; éstos aceptan satisfechos, en todo lo que usan, las manufacturas más deficientes, y, respecto a la comida, no tienen otra pretensión que alimentar su organismo cuando el estómago los impulsa a comer, sin dar importancia al gusto o condimento, y no rehúsan ningún alimento sano que pueda ingerir un hombre hambriento, ni al beber tiene otro objeto que el apagar la sed (MANDEVILLE, 1982, p. 189).

Defendeu, ainda:

El saber leer, escribir y conocer la aritmética, es muy necesario para aquellos cuyos negocios requieren tales conocimientos, pero donde la subsistencia de la gente no depende de ellas, estas artes son muy perjudiciales para el pobre obligado a ganarse el pan de cada día mediante su tarea diaria. [...] cada hora que estos infelices dedican a sus libros es otro tanto tiempo perdido para la sociedad. La asistencia a la escuela, comparada con cualquier trabajo, es holgazanería; cuanto más tiempo continúen los menores en este cómodo tipo de vida, más ineptos serán cuando crezcan, tanto en fortaleza como en disposición para el trabajo al que estén destinados. Los hombres que han de permanecer hasta el fin de sus días en condiciones duras de vida, aburrida y penosa, cuanto antes empiecen a practicarla, más pacientemente se someterán a ella para siempre (MANDEVILLE, 1982, p. 191).

⁸ Esta obra teve tradução em vários idiomas. No presente estudo usou-se a tradução para o Espanhol de José Ferrater Mora, denominado “La Fábula de las Abejas o los vicios privados hacen la prosperidad publica”. A elaboração do texto “Fábula das Abelhas” seguiu por um caminho interessante. Inicialmente (1705) publicou-se um pequeno texto anonimamente, posteriormente, em 1714, o mesmo reapareceu como parte de um livro, também anônimo, intitulado: “Fable of de bees: or private vices, publick benefits”. Nos anos que se seguiram surgiram outras edições. Em 1723 apareceu uma edição com observações aumentadas e mais dois ensaios: “An Essay on Charity and Charity-Schools e A Search into the nature of Society”. A obra nesse momento atraiu a atenção do público e foi alvo de ataques. Foi nessa ocasião que o Grande Jurado de Middlesex denunciou o livro como uma indecência pública, a reação escrita contra o texto apareceu publicada no “London Journal” em 1723. Mandeville manifestou-se dizendo ser essa carta uma injúria a lord C. No mesmo periódico ele publicou uma defesa contra a carta injuriosa, sendo a mesma incluída em todas as subseqüentes edições, junto com a denúncia do Grande Jurado. Outras edições surgiram com apenas algumas pequenas variações verbais. Em 1728 Mandeville colocou ao público uma segunda parte denominada “The Fable of the Bees, Part II”. Em 1733 as duas partes apareceram juntas numa mesma edição e, posteriormente, em dois volumes.

Como poucos de sua época Mandeville expôs a divisão social do trabalho que o desenvolvimento industrial carregava em seu seio. E mais: não se opôs a ela. Argumentou que para o aumento de manufaturas era preciso existir uma grande quantidade de pessoas sem nenhuma ou com baixa instrução. Pessoas pobres, limitadas apenas às necessidades essenciais, dispostas à dura e longa atividade do trabalho como condição, de um lado, para sua própria subsistência e, de outro, para a prosperidade da indústria manufatureira, que se desenvolvia a pleno vapor. Mandeville (1982 p. 174) colocou bem essa questão, ao afirmar que

Para hacer a la sociedad feliz debe haber una gran desproporción entre su parte activa y la inactiva, y donde no se toma esto en cuenta, la multitud de regalos y donaciones pueden pronto resultar excesivos y perjudiciales para la nación. La caridad, cuando es exagerada, rara vez deja de fomentar la pereza y la holganza y su única utilidad en la república es la de multiplicar los zánganos y destruir la industria.

No século XVIII Mandeville entendeu que, para a sociedade capitalista da época, o trabalho exigido era, proporcionalmente, cada vez maior. Numa sociedade voltada para o consumo (civilização) era preciso manter uma multidão de pessoas dispostas ao trabalho sem desfrutar os benefícios produzidos por esta mesma sociedade, mas se acostumando a viver como tais.

Segundo o autor:

Puesto que sobre la tierra toda pesa una maldición y hemos de ganarnos el pan con el sudor de nuestra frente, muchas son las penas que el hombre se ve obligado a soportar para suplir las necesidades de su subsistencia y el mero sostenimiento de su corrompida y defectuosa naturaleza, en tanto que individuo. Pero es infinitamente más difícil hacer la vida cómoda en una sociedad civilizada, donde los hombres se han convertido en animales instruidos y un gran número de ellos, por convenio mutuo, forman un Estado político; y a medida que el conocimiento del hombre, ya en este nuevo estado, ha ido aumentando, mayor es cada vez la labor requerida para procurar su comodidad. Es de todo punto imposible que una sociedad pueda subsistir mucho tiempo y soportar que muchos de sus miembros vivan en la ociosidad, disfrutando de todas las comodidades y placeres que puedan inventarse, sin tener al mismo tiempo grandes multitudes de gentes que, para compensar esta deficiencia, transijan con lo contrario, y a fuerza de costumbre y paciencia, lleguen a habituarse a trabajar, no sólo para ellos mismos, sino también para los demás (MANDEVILLE, 1982, p. 189).

Com a cabeça no terreno da história, Mandeville foi um autor que não escamoteou a realidade de uma sociedade que estava nascendo. Usou da capacidade de escrever para fazer o seu elogio e, neste processo, ajudou a entender como ela demandava uma divisão social entre os homens. Sem qualquer disfarce, apresentou a necessidade de um tempo em que o trabalho, tirado diretamente das mãos dos trabalhadores, precisava ser tradicionalmente reproduzido na forma da pobreza na sociedade da abundância. O autor argumentou, ainda, que para a reprodução dos trabalhadores como tais era imperativo que eles só comessem, sem se importar com o gosto do alimento, e se acostumassem desde a infância com o trabalho e com o ato de levantar-se cedo. A propósito, escreveu:

[...] para hacer feliz a la sociedad y tener contentas a las gentes, aun en las circunstancias más humildes, es indispensable que el mayor número de ellas sean, al tiempo que pobres, totalmente ignorantes. El saber amplía y multiplica nuestros deseos, y cuantas menos cosas ambicione un hombre, mucho más fácilmente se satisfarán sus necesidades (MANDEVILLE, 1982, p. 190).

Mandeville deu um traçado histórico à natureza humana. Explicou com a paciência de quem se quer fazer ouvido, como a sociedade precisava reproduzir homens como mera força de trabalho⁹. Isso demandava uma forma de vida que mesmo “[...] un hombre aun poco educado difícilmente escogería, aunque con esto se librara de la cárcel o de una mujer bravía”. (MANDEVILLE, 1982, p. 190). Reforçando a mesma idéia, ele reconheceu a magnitude do sacrifício que era imposto aos trabalhadores:

⁹ Nas argumentações Mandeville marcou o caráter histórico da natureza humana, quando afirmou que seria preciso investir na multiplicação de um tipo de homem necessário para essa sociedade, o homem-trabalhador: “Por lo que se há dicho queda bien demostrado que en una nación libre, en la que no se permite esclavitud, la riqueza más segura consiste en una multitud de pobres laboriosos; porque además de ser éstos el infalible vivero del ejército y de la marina, sin ellos no podrían existir los placeres, y los productos de todos los demás países serían desconocidos” (MANDEVILLE, 1982, p. 190). Argumentou que para aquelas pessoas que deverão se submeter até o fim de seus dias nas duras condições de vida, estes devem começar bem cedo para acostumarem-se a esse estilo de vida, pois “[...] más pacientemente se someterán a ella para siempre” (MANDEVILLE, 1982, p. 191). E, mais ainda, o “[...] trabajo forzado y la mala alimentación son el castigo indicado para ciertas clases de malhechores, pero la imposición de cualquiera de estas dos cosas a quienes no han sido acostumbrados y criados en ambas, o cuando no existe un crimen de que acusarles, es una de las mayores crueldades” (MANDEVILLE, 1982, p. 190).

Si han existir personas de este género, puesto que una gran nación no puede ser feliz si no dispone de un gran número de ellas, ¿no es deber de un sabio legislador procurar su multiplicación con todo el cuidado imaginable y precaver su disminución lo mismo que debería prevenir la escasez de vituallas? Ningún hombre sería pobre ni se fatigaría para ganarse la vida, si lo pudiera remediar; la necesidad absoluta de alimentos y bebidas, y, en los climas fríos, ropas y albergue, les hacen someterse a cualquier cosa que con paciencia pueda soportarse. Si nadie tuviera necesidades, nadie trabajaría; pero las mayores penalidades se consideran como verdaderos placeres cuando evitan al hombre la muerte por inanición (MANDEVILLE, 1982, p. 190).

No século XIX, com o capitalismo já plenamente desenvolvido, Marx analisou a situação da classe trabalhadora e reconheceu a pobreza como produto da sociedade da troca; e sem perpetuá-la como tal, mostrou a dura vida daqueles que viviam do trabalho. Em longa citação, pode-se ler:

Nos anos de 1858 a 1860, os empregadores de padaria na Irlanda organizaram, à própria custa, comícios contra o trabalho noturno e aos domingos. O público no comício de maio, por exemplo, realizado em 1860, em Dublin, tomou partido deles, com entusiasmo irlandês. Com esse movimento, conseguiu-se realmente estabelecer que só haveria trabalho diurno em Wexford, Kilkenny, Waterford etc. [...] na Escócia, o trabalhador agrícola, o homem do arado, protesta contra sua jornada de 13 a 14 horas, no clima mais rigoroso, com trabalho adicional de 4 horas aos domingos. [...] diante do “Grand Jury” de Londres três ferroviários, um condutor, um maquinista e um sinaleiro. Um grande desastre ferroviário mandou centenas de pessoas para o outro mundo. Aponta-se a causa do desastre a negligência dos ferroviários. Unanimemente, declaram aos jurados que seu trabalho, há 10 ou 12 anos, tinha a duração de 8 horas por dia. Durante os últimos 5 a 6 anos, foi sendo aumentado progressivamente para 14, 18 e 20 horas e, nas ocasiões de maior movimento, nos períodos das excursões e passeios, estendia-se muitas vezes a 40 ou 50 horas sem interrupção. [...] O respeitável júri pronuncia um veredicto, enviando-os ao júízo criminal por homicídio culposo [...] diante do capital, são iguais todos os seres humanos: uma modista e um ferreiro. [...] Tratava-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos, que trabalhava numa renomada casa de modas [...] A velha história tantas vezes contada foi de novo descoberta: moças que trabalham ininterruptamente 16^{1/2} horas, durante a temporada às vezes 30 horas consecutivas, sendo reanimadas, quando fraquejam, por meio de xerez, vinho do Porto ou café. [...] Mary Anne Walkley tinha trabalhado 26^{1/2} horas sem interrupção, juntamente com 60 outras moças [...] À noite, elas se revezavam duas a duas numa cama que ficava dentro de um dos cubículos de madeira em que se dividia um quarto de dormir [...] O médico chamado tarde demais à cabeceira da moribunda, Dr. Keys, testemunhou laconicamente perante o júri de instrução: “Mary Anne Walkley morreu por ter trabalhado em excesso num quarto superlotado e dormido num cubículo mal ventilado” (MARX, 2001, p. 292, 293, 294 e 295).

A avidez pelo trabalho excedente foi descrita por Marx em vários de seus textos. Na obra “O Capital: crítica da economia política”, expressão mais acabada desse estudo, numa significativa passagem Marx explicou o próprio entorpecimento da classe trabalhadora quando escreveu que

[...] nada caracteriza melhor essa situação que a designação dada pelo trabalhador: chama o que trabalha durante toda a jornada de ‘tempo inteiro’ e o que só pode trabalhar legalmente apenas 6 horas, os meninos de menos de 13 anos, de ‘meio tempo. O trabalhador não passa aí de tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças pessoais se reduzem aí às categorias de tempo integral e meio tempo (MARX, 2001, p. 282).

Este entorpecimento pode ser compreendido, ainda, na ignorância manifestada pelos filhos dos trabalhadores. A realidade imposta pela subordinação do processo produtivo ao capital expõe não só as condições a que estavam submetidas as crianças e os professores diante das exigências iniciais das leis fabris, mas também a inviabilidade histórica, na prática, de instrução para essa classe. Marx citou o que os inspetores de fábrica observaram no cumprimento de suas funções oficiais:

Numa segunda escola, a sala de aula tinha 15 pés de comprimento por 10 pés de largura e continha 75 crianças que grunhiam algo ininteligível. Mas, não é apenas nesses lugares miseráveis que as crianças recebem atestados de frequência escolar e nenhum ensino; existem muitas escolas com professores competentes, mas seus esforços se perdem diante do perturbador amontoado de meninos de todas as idades, a partir dos 3 anos. Sua subsistência, miserável, depende totalmente do número dos pence recebidos do maior número possível de crianças que consegue empilhar num quarto. Além disso, o mobiliário escolar é pobre, há falta de livros e de material de ensino e uma atmosfera viciada e fétida exerce efeito deprimente sobre as infelizes crianças. Estive em muitas dessas escolas e nelas vi filas inteiras de crianças que não faziam absolutamente nada, e a isto se dá o atestado de frequência escolar; e esses meninos figuram na categoria de instruídos, de nossas estatísticas oficiais (MARX, 2001, p. 458).

Na mesma linha, o então jovem Engels citou, na sua primeira obra escrita “A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, partes do relatório da “Children’s Employment

Commission” para demonstrar a obliteração em que se encontravam os filhos dos trabalhadores:

[...] um rapaz de dezessete anos não sabia quantos eram 2 vezes 2, quantos *farthings* (1/4 de *penny*) há em 2 pence, mesmo depois de lhe colocarem as moedas na mão. Alguns rapazes nunca tinham ouvido falar de Londres ou de Willenhall, ainda que esta cidade ficasse a uma hora de distância de Wolverhampton e tivesse constante comunicação com ela. Alguns nunca tinham ouvido o nome da Rainha, nem nos nomes como Nelson, Wellington, Bonaparte (ENGELS, 1986, p. 132).

Por outro lado a redução da jornada de trabalho abusiva é, também, resultado de um processo de luta intensa por parte dos trabalhadores.¹⁰ Marx assinalou, ainda, que

[...] a redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetivo e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo (MARX, 2001, p. 470).

Também Engels, na sua obra acima citada, descreveu a situação de trabalho da classe trabalhadora na Inglaterra¹¹, “um país clássico da Revolução Industrial”. Como escreveu ele,

¹⁰ Marx escreveu em “O capital: crítica da economia política” que na sociedade da troca a jornada de trabalho ultrapassa o limite do dia natural de 12 horas: “A partir do nascimento da indústria moderna, no último terço do século XVIII, essa tendência transformou-se num processo que se desencadeou desmesurado e violento como uma avalanche. Todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foram destruídas. As próprias idéias de dia e de noite, rusticamente simples nos velhos estatutos, desvaneceram tanto que um juiz inglês, em 1860, teve de empregar uma argúcia verdadeiramente talmúdica, para definir juridicamente o que era dia e o que era noite. Eram as orgias do capital” (MARX, 2001, p. 320). Segundo Marx ainda, essa tendência só foi interrompida, depois que a classe trabalhadora, atordoada pelo tumulto da produção, recobrou seus sentidos e iniciou sua resistência: “[...] primeiro na Inglaterra, terra natal da grande indústria. Todavia, as concessões que conquista durante três decênios ficaram apenas no papel. De 1802 a 1833, promulgou o Parlamento cinco leis sobre trabalho, mas astuciosamente não votou recursos para sua aplicação compulsória, para o quadro de pessoal necessário a sua execução etc. Eram letra morta” (MARX, 2001, p. 321). Mesmo assim, cabe lembrar, aqui, que só em 1830 a jornada de trabalho foi reduzida, pelo Parlamento inglês, a jornada de trabalho para menores de 13 a 18 anos, em quatro ramos industriais, a 12 horas de trabalho, sendo apenas em 07 de junho de 1844 que entrou em vigor uma nova lei para as mulheres maiores de 18 anos, o tempo de trabalho foi reduzido a 12 horas, sendo vedado o trabalho noturno. Portanto, de 1844 a 1847, vigorou o dia de trabalho de 12 horas em todos os ramos industriais submetidos à legislação fabril, sendo em 1847 estabelecido que o dia de trabalho dos adolescentes de 13 a 18 anos e todas as mulheres seria reduzido a 11 horas e, a partir de 1º de maio de 1848, a 10 horas, a lei fabril de 1850 estabeleceu uma jornada de trabalho para adolescentes e mulheres, os primeiros 5 dias da semana elevada para de 10 para 10 ½ horas, e reduzida a 7 ½ horas aos sábados (MARX, 2001, p. 321 –340).

uma revolução “[...] que foi tanto mais poderosa quanto mais silenciosa se fez” (1986, p.11). Engels (1986, p.11) marcou, já na introdução dessa obra, que a história da classe operária na Inglaterra se inicia, na segunda metade do século XIX, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a trabalhar o algodão. Portanto, segundo esse autor, os “[...] primeiros proletários pertenciam à indústria e foram diretamente engendrados por ela” (ENGELS, 1986, p. 31). Foi pelo caminho da história que ele, partindo do mundo material, buscou explicar as causas da pobreza na classe operária demonstrando, inclusive, os limites da propaganda liberdade, na sociedade em que esta impera, para a classe assalariada:

A desagregação da humanidade em células, das quais cada um tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo.

Disto resulta também que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui declara abertamente. Tal como o amigo Stirner, as pessoas não se consideram reciprocamente senão como sujeitos utilizáveis; cada um explora o próximo, e o resultado é que o forte pisa o fraco e que o pequeno número de fortes, quer dizer, os capitalistas, se apropriam de *tudo* enquanto que ao grande número de fracos, aos pobres, não lhes resta senão a própria vida, e nada mais. (ENGELS, 1986, p. 36-37).

Mais adiante lê-se,

Dado que o capital, a propriedade direta ou indireta das subsistências e dos meios de produção é a arma com que se luta nesta guerra social, é claro como a luz que o pobre suporta todas as desvantagens de tal situação; ninguém se preocupa com ele. Lançado neste turbilhão caótico, tem que se debater como puder. Se tem a felicidade de encontrar trabalho, quer dizer, se a burguesia lhe faz o favor de se enriquecer à sua custa, espera-o um salário

¹¹ Engels descreveu, na década de 1840, Londres como uma cidade “[...] onde podemos andar horas sem sequer chegar ao princípio do fim, sem descobrir o menor indício que assinala a proximidade do campo, é realmente um caso singular” (ENGELS, 1986, p. 35). A sua descrição revela todo o arrebatamento diante do que vê ao subir o rio Tâmisa em direção à ponte de Londres: “Esta enorme centralização, este amontoado de 3,5 milhões de seres humanos *num único* lugar, centuplicou o poder destes 3,5 milhões de homens. Ela elevou Londres à condição de capital comercial do mundo, criou docas gigantescas e reuniu milhares de navios, que cobrem continuamente o Tâmisa. Não conheço nada mais imponente que o espetáculo oferecido pelo Tâmisa quando subimos o rio desde o mar até a ponte de Londres. A massa de casas, os estaleiros navais de cada lado, sobretudo de Woolwich, os numerosos navios dispostos ao longo das duas margens, apertando-se cada vez mais uns contra os outros, a ponto de, por fim, deixarem somente um estreito canal no meio do rio, sobre o qual se cruzam, a toda a velocidade, uma centena de barcos a vapor – tudo isto é tão grandioso, tão enorme, que nos sentimos atordoados e ficamos estupefatos com a grandeza da Inglaterra antes mesmo de pôr os pés em terra” (ENGELS, 1986, p. 35).

que mal chega para o manter vivo; se não encontrar trabalho, pode roubar, se não temer a polícia; ou ainda morrer de fome, caso em que a polícia velará para que morra de forma tranqüila, e nem um pouco chocante para a burguesia (ENGELS, 1986, p. 37).

A Inglaterra, à época de Engels, tinha indústrias que alimentavam o mundo inteiro e que fabricavam quase tudo com a ajuda das máquinas completas; a revolução industrial que ali se operou possibilitou, em poucas décadas, uma concentração de riqueza nunca vista antes:

Na década de 40, a Inglaterra produzia mais da metade de ferro do mundo (e o seu consumo por habitante excedia em 2 vezes o da Bélgica – o país mais industrializado da época –, 3 vezes o dos Estados Unidos, 4 vezes da França). As suas máquinas a vapor tinham uma potência superior a 1.000.000 de HP. Os seus 17.000.000 de fusos mecânicos tratavam uma quantidade de algodão 2 vezes maior que a consumida nos Estados Unidos, 4 vezes maior que a elaborada na França. Apenas a sua indústria têxtil absorvia um capital de 50.000.000 de libras. O valor das suas mercadorias exportadas anualmente era de 170.000.000 de libras. Os seus gastos governamentais já eram, pelo menos, 4 vezes maiores que os da extensa e poderosa Rússia dos czares. Os excedentes de seus capitais eram tão fabulosos que lhe permitiam investir no exterior entre 200 e 300.000.000 de libras. E tudo isto tinha uma história muito recente: cumpria-se no decurso de umas poucas décadas, entre 1780 e 1840, aproximadamente, o tempo da primeira revolução industrial (NETTO, in: ENGELS, 1986, p. iii - iv).

Ao lado de toda a produção ampliada pelas condições postas pela sociedade capitalista constituída na forma industrial-concorrencial¹² Engels percebeu a organização social típica da referida forma de produção: uma urbanização acelerada e uma crescente miséria. Quanto à urbanização, Netto, no prólogo da edição brasileira dessa obra, assim a descreveu:

O crescimento demográfico e a urbanização conectam-se diretamente à industrialização – evidencia-o a hipertrofia das cidades industriais que, em apenas 40 anos (1801-1841), sofrem o seguinte acréscimo no seu número de habitantes: Manchester – 35.000/353.000; Leeds – 53.000/152.000; Birmingham – 23.000/181.000 [...] (NETTO, in: ENGELS, 1986, p. iii e iv).

¹² Netto, in: Engels, 1986, iii.

A miséria, a urbanização e o crescimento populacional estavam intimamente ligados às necessidades e ordenação do capital como relação social de produção:

A população fica tão centralizada como o capital [...] O grande estabelecimento industrial exige numerosos operários trabalhando juntos num mesmo edifício; eles têm que habitar juntos: para uma fábrica média já constituem uma vila. Têm necessidades para cuja satisfação outras pessoas são necessárias; os artesãos: alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros afluem. Os habitantes da vila, sobretudo a geração mais jovem, habitam-se ao trabalho na fábrica, familiarizam-se com ele e, logo que a primeira fábrica, como se compreende, já não os pode ocupar a todos, o salário baixa e, por conseqüência, vêm-se instalar novos industriais. De tal modo que a vila se transforma numa pequena cidade e a pequena cidade numa grande cidade (ENGELS, 1986, p.32).

Ainda em relação à pobreza, o mesmo autor destacou que a Inglaterra tinha, “[...] nos anos 40, 10% da sua população oficialmente classificada como indigente”. Registrou também que a classe trabalhadora, amontoadada em cortiços e à mercê de doenças e epidemias, tinha um alto índice de mortalidade:

A elevada mortalidade que se verifica entre os filhos dos operários, e particularmente dos operários de fábrica, é uma prova suficiente da insalubridade à qual estão expostos durante os primeiros anos. Estas causas também atuam sobre as crianças que sobrevivem, mas evidentemente os seus efeitos são um pouco mais atenuados do que naquelas que são suas vítimas. Nos casos mais benignos, têm uma predisposição para a doença ou um atraso no desenvolvimento e, conseqüentemente, um vigor físico inferior ao normal. O filho de um operário que cresceu na miséria, entre as privações e as vicissitudes da existência, na umidade, no frio e com falta de roupas, aos nove anos está longe de ter a capacidade de trabalho de uma criança criada em boas condições de higiene. Com esta idade é enviado para a fábrica, e aí trabalha diariamente seis horas e meia (anteriormente oito horas, e outrora de doze a catorze horas, e mesmo dezesseis) até à idade de treze anos. A partir deste momento, até os dezoito anos, trabalha doze horas. Aos fatores de enfraquecimento que persistem junta-se também o trabalho (ENGELS, 1986, p. 172-175).

Neste esforço de registro, Engels constatou que em todas as cidades industriais havia uma imensa massa de operários vivendo na miséria total. Seja no proletariado das minas, seja no das regiões agrícolas e dos diferentes ramos da indústria, em suma, em todos os ramos por ele

pesquisados, o autor anotou o mesmo quadro: miséria, exploração do trabalho dos homens, mulheres e crianças, degradação física, moral e cultural dessas pessoas:

[...] quase a totalidade dos 350 mil operários de Manchester e dos seus arredores habita em casas em um mau estado, úmidas e sujas; que as ruas por onde têm de passar estão na maior parte das vezes num estado deplorável e extremamente sujas e que foram construídas sem o menor cuidado de ventilação com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor. Nas habitações operárias de Manchester não há limpeza nem conforto, e portanto não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do ponto de vista intelectual como moral, fisicamente mórbida, poderia sentir-se à vontade e sentir-se em casa (ENGELS, 1986, p. 77).

Esta indústria, pautada no trabalho vivo, para manter o ritmo de crescimento da produção, passou a empregar toda família que se expusesse como trabalho vendido. No início da nova indústria, devido às dimensões das máquinas, eram quase somente crianças que nelas trabalhavam, as quais eram alugadas aos industriais como “aprendizes” pelas casas de assistência (ENGELS, 1986, p. 172). Foi a Revolução Industrial que retirou do trabalhador seus meios de trabalho, portanto, o separou dos seus meios de subsistência, à época existentes, e o converteu em assalariado. O trabalho, nessa forma, assumiu na prática dos homens o sentido de trabalho compulsório, ou, como escreveu Marx: “atividade voltada contra ele mesmo”, que só é mantido por diversas formas de coerção. O trabalho como forma de coerção se efetiva quando os homens, sem ter a possibilidade de se reproduzir pelo trabalho realizado para si mesmos, são levados, como condição para não morrer, a transformarem-se em assalariados.

A automação e a robótica representam, na prática, a negação do emprego assalariado apontando os limites da filosofia política burguesa e a presença da ciência na forma de máquina como ponto alto da produção industrial. A máquina torna-se a virtuosa e o trabalhador, ao seu lado, mero vigia do processo produtivo. Não se trata, ainda aqui, de um

trabalhador que detém o conhecimento sobre o trabalho, posto que este conhecimento está, na forma de ciência, aplicado na máquina.

O próximo capítulo, ao deixar que a pesquisa avance no turbilhão do desenvolvimento das forças produtivas, possibilita a compreensão de como estas imprimem mudanças significativas no processo de trabalho e, conseqüentemente, aponta para os limites da consciência burguesa quando esta vê no trabalho livre a forma mais evoluída e verdadeira de vida dos homens.

3. DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Marx e Engels, no século XIX, ao explicarem o que é o homem pela “Ciência da História”¹³ não só se afastaram das interpretações dadas até então, tomando distância, inclusive, da filosofia e da economia clássicas burguesas, mas recolocaram a questão sob um novo patamar: o próprio terreno objetivo da história compreendida no seu movimento. O ponto de partida para os autores do chamado marxismo é a defesa de que o homem, como um ser histórico, é um ser que se faz humano pelo trabalho, entendendo este último como produção social. O primeiro ato, aquele que distingue o homem dos outros animais, “é que produzem seus meios de vida” (MARX; ENGELS, 1998, p. xxiv). Nessa linha de análise defenderam que o homem se produz como tal não de acordo com a pura vontade, mas, sempre, levando em conta as condições históricas objetivadas, ou seja, como um ser histórico: “os indivíduos humanos são tais como manifestam sua vida”. E mais: “O que são coincide com sua produção, tanto com o que produzem, tanto com o modo como produzem” (MARX; ENGELS, 1998, p. xxiv). Ensinaram, portanto, que o homem não é um ser aprioristicamente dado, mas um ser que se faz produzindo sua existência a partir da materialidade social, historicamente estabelecida. Existe nesta defesa todo um esforço de relação objetiva entre o passado, o presente e o futuro que aponta para questões como transformação social, crise, crítica e necessidade histórica. Como lembrou Túllio:

Para Marx, não existe nenhuma necessidade antes que a mesma seja, pelo trabalho, produzida como necessidade humana, o que significa: não há algo humano que existe antes, acima, ou fora da materialidade do trabalho. Em “A Ideologia Alemã” fica claro a ruptura com todo o pensamento anterior quando se afirma que o homem é aquilo que ele faz, isto é, que ele se

¹³ Marx e Engels (2002, p. 107), em “A ideologia Alemã”, escreveram: “Conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história”.

constrói à medida em que constrói os seus meios de vida [...] Isso significa que as categorias que expressam – num determinado espaço de tempo histórico – o movimento econômico dos homens, expressam, por não ser coisa diferente, a própria forma de ser dos homens, vale dizer, o homem na sua forma histórica possível. [...] dar conta [...] da miséria presente no cotidiano dos homens significa, antes de tudo, compreender que a miséria é produto histórico. Ainda mais, que os homens, historicamente foram capazes de produzir uma sociedade que se estruturou na miséria de grande parte de seus membros, em contraposição à riqueza de uma pequena minoria, os homens também podem dadas determinadas condições de desenvolvimento das forças produtivas – deixar de produzir nessas condições determinadas. Quando se propõe a defender a transformação como necessidade dos homens não está ele a lutar de simples extensão quantitativa das forças produtivas já conhecidas mas, da possibilidade de uma nova fase de desenvolvimento histórico da humanidade (TULLIO, 1989, p. 40-41).

A explicação do caráter histórico do homem também foi a preocupação de Marx quando criticou a obra de Proudhon, em carta a Paul V. Annenkov:

A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil [...] as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento (MARX, 1985, p. 206-207).

Pensar a vida humana sem tirar a cabeça do terreno objetivo da história, ou seja, afirmar que o homem não é outra coisa senão aquilo que ele mesmo historicamente se faz não é um exercício simples, principalmente quando se trata de não abandonar a questão do trabalho como produção social, como fundamento objetivo da relação entre os homens, buscando compreendê-lo não só como processo produtor de valor de uso, mas analisá-lo historicamente no seu movimento de transformação.

Sem destacar as dificuldades que marcam o esforço intelectual para compreender o concreto real como concreto pensado, entende-se que vale a pena tentar, posto que é nesse exercício do método que o pensamento dos organismos internacionais aqui estudados pode ser compreendido no seu significado político, possibilitando a compreensão, inclusive, de seus principais limites. Na verdade, é um velho limite do pensamento dominante que secciona, como coisas distintas e diferentes, o homem e o trabalho. Nessa dicotomia, o trabalho se expõe explicado não só como trabalho concreto, ou seja, como forma absoluta de vida no sentido de desenvolvimento de tarefas que visariam cumprir determinadas necessidades do mundo dos homens, mas, assim procedido, o próprio trabalho fica impossibilitado de ser compreendido como necessidade histórica, o que limita, inclusive, no material analisado, a compreensão de sua transformação no processo de produção da sociedade capitalista.

Como já afirmou Marx, o homem é produto de suas necessidades. Ou melhor, se ele se produziu como escravo, como trabalhador assalariado, como pessoa desempregada ou subempregada, é porque produziu a necessidade da escravidão, depois do trabalho livre e, na atualidade, do desemprego e/ou do subemprego. Suas condições de vida são sempre condições humanas determinadas no processo do trabalho que, a cada momento histórico, não é outra coisa senão uma forma de produção, e não a forma natural de existência dos homens.

Nas palavras de Marx nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos” “[...] a história da *indústria* e a existência objetivada da indústria é o livro aberto das faculdades humanas, a psicologia humana sensível apreensível; até agora, esta história nunca se concebeu com relação a *natureza* humana, mas só de um ponto de vista utilitário e superficial” (MARX, 1989, p. 200). As transformações concretizadas pela ciência que apontaram para o desenvolvimento e mudanças nas formas diferenciadas de fazer o trabalho não é outra coisa senão a própria

história. Sem sair deste terreno, Marx, no século XIX, alertou para o significado transformador do desenvolvimento das forças produtivas na análise do próprio homem quando, numa breve síntese, escreveu, na obra acima citada: “[...] a ciência natural penetrou tanto mais *praticamente* na vida humana através da indústria, transformou-a e preparou a emancipação da humanidade, muito embora o seu efeito imediato tenha constituído em acentuar a desumanização do homem” (MARX, 1989, p. 201).

Rudi Supek, ao introduzir um texto dos manuscritos de Marx que tem por título “Fundamentos da Crítica da Economia Política (Grundrisse)” escreveu que, para o autor,

[...] **o desenvolvimento da indústria** se processaria no sentido de uma diminuição crescente do tempo de trabalho, pois as máquinas – “órgãos do cérebro do homem criados por sua mão” – libertariam a atividade da produção do homem. As máquinas poderão assegurar essa libertação não só pela multiplicação quantitativa da energia mecânica, mas também pelo **aperfeiçoamento do próprio processo tecnológico** de produção. Disso resultará uma tal transformação do papel do homem na produção que este, de “força de trabalho”, isto é, de cavilha entre a natureza e o produto, tornar-se-á controlador, vigilante do processo de produção passando a então o papel de “força de trabalho” ao próprio processo natural. É, bem entendido, uma situação que pressupõe um elevado grau de desenvolvimento da ciência e da técnica, característico da época da automação” (SUPEK, in: MARX, 1980, p. 24 – destaques do autor).

A passagem de Marx a que Supek se refere é a seguinte: “[...] la medida, sin embargo, en que la gran industria se desarrolla, la creación de la riqueza efectiva se vuelve menos dependiente del tiempo de trabajo y del cuanto de trabajo empleados, que del poder de los agentes puestos en movimiento durante el tiempo de trabajo” (MARX, 1982, p. 227). Marx explicou que não é mais o tempo de trabalho direto que custa a produção, mas “[...] que depende más bien del estado general de la ciencia y del progreso de la tecnología, o de la aplicación de esta ciencia a la producción” (MARX, 1982, p. 228). E mais, nesta transformação o “trabalho direto” realizado pelo homem e o “seu tempo de trabalho” deixam de aparecer como o pilar da produção e da riqueza, sendo,

[...] la apropiación de su propia fuerza productiva general, su comprensión de la naturaleza y su dominio de la misma gracias a su existencia como cuerpo social; en una palabra, el desarrollo del individuo social. *El robo de tiempo de trabajo ajeno, sobre el cual se funda la riqueza actual*, aparece como una base miserable comparado con este fundamento, recién desarrollado, creado por la gran industria misma (MARX, 1982, p. 228 – destaques do autor).

Essa foi, também, uma das questões que Marx tratou naquela que é considerada a sua principal obra, “O Capital: crítica da economia política”. No capítulo sobre a maquinaria e a grande indústria, o autor mostrou que é justamente por meio da grande indústria, fundamentada na maquinaria, que a produção capitalista pode romper com as limitações de uma organização técnica da produção na qual o trabalho manual se apresenta como a base de tudo: o “[...] instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais e de rotina empírica pela aplicação consciente da ciência” (MARX, 2001, p. 442). Há que se entender o sentido da transformação social traduzida nessa defesa e o papel do conhecimento como “concreto pensado”¹⁴ na proposição marxiana da história.

Estava ele a explicar que é da natureza do capital, na luta pela acumulação, uma progressiva diminuição do trabalho humano. Mazzucchelli (1985, p. 32), apoiado nos escritos de Marx, observou que o capital, como produção social, se articula numa rede de contradições que aponta para a redução do trabalho vivo:

[...] a natureza contraditória do capital não se revela na tendência à superprodução que lhe é característica. “A produção pela produção”, a acumulação desenfreada, a concentração e a centralização, ao implicarem a contínua ampliação das escalas, a crescente automação do processo produtivo e a recorrente elevação da composição técnica, determinam a progressiva redundância do trabalho vivo.

¹⁴ O termo foi utilizado por Marx na sua obra “Contribuição à crítica da economia política” já citado à pagina 09.

Tal questão foi bastante detalhada por Marx nos Grundrisse, ao dizer que “[...] el aumento de la fuerza productiva del trabajo y la máxima negación del trabajo necesario son la tendencia necesaria del capital” (MARX, 1982, p. 219-220). Uma tendência que é realizada através da “transformação do instrumento do trabalho em maquinaria”. É precisamente na maquinaria que “[...] el trabajo objetivado se enfrenta materialmente al trabajo vivo como poder que lo domina y como subsunción activa del segundo bajo el primero,” (MARX, 1982, p. 220). Assim, o “[...] desarrollo del medio de trabajo como maquinaria no es fortuito para el capital, sino que es la metamorfosis histórica del medio de trabajo legado por la tradición, transformado en adecuado para el capital” (MARX, 1982, p. 220). Diante desses meios o operário é dispensável, porque a produção já não depende da habilidade do trabalhador, antes, “tornou-se numa aplicação tecnológica da ciência” e o “[...] obrero se apresenta como superfluo en la medida en que su acción no está condicionada por la necesidad [del capital]” (MARX, 1982, p. 221).

O capital nega as suas determinações mais simples. Se a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso, de modo nenhum a subordinação às relações sociais capitalistas representa o modo mais adequado desse modo de produção. Marx afirmou que

En la misma medida en que el tiempo de trabajo – el mero cuanto de trabajo – es puesto por el capital como único elemento determinante, desaparecen el trabajo inmediato y su cantidad como principio determinante de la producción – de la creación de valores de uso –; en la misma medida, el trabajo inmediato se ve reducido cuantitativamente a una proporción más exigua, y cualitativamente a un momento sin duda imprecindible, pero subalterno frente al trabajo científico general, a la aplicación tecnológica de las ciencias naturales por un lado, y otro frente a la fuerza productiva general resultante de la estructuración social de la producción global, fuerza productiva que aparece como don natural del trabajo social aunque [sea, en realidad, un] producto histórico. El capital trabaja, así, a favor de su propia disolución como forma dominante de la producción (MARX, 1982, p. 222 - II).

De acordo com o exposto acima, trata-se de um modo de produção não absoluto, mas historicamente determinado¹⁵ e que age, ele mesmo, para a sua dissolução. Conforme escreveu Marx (1982, p.367): “[...] en contra de lo que aducen los economistas, el capital no es la forma *absoluta* del desarrollo de las fuerzas productivas, forma absoluta que, como forma de la riqueza, coincidiría absolutamente con el desarrollo de las fuerzas productivas”.

A consideração de que o capitalismo não é a forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas, aponta para outro aspecto a ser considerado: o fato de o trabalhador tornar-se supérfluo diante da maquinaria não significa que esta, em si mesma, seja a responsável por serem os trabalhadores despojados dos meios de subsistência. Como afirmou Marx, este “[...] é o ponto nevrálgico da apologética econômica. Para ela, as contradições e antagonismos inseparáveis da aplicação capitalista da maquinaria não existem, simplesmente porque não decorrem da maquinaria, mas da aplicação capitalista” (MARX, 2001, p. 503). Ela em si mesma “encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que produzem”. Contudo, o problema está na sua aplicação capitalista, que, segundo Marx (2001, p. 503),

[...] gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores. O economista burguês explica, então, que a observação da maquinaria em si demonstra, sem a menor sombra de dúvida, que todas essas contradições palpáveis são aparências vulgares da realidade, mas que não têm nem existência real nem teórica. Assim, evita quebrar a cabeça com o assunto e, por cima, imputa a seu opositor a estupidez de combater não o emprego capitalista da maquinaria, mas a própria maquinaria.

Se essa defesa, quando foi feita, apontava para a importância do entendimento do próprio avanço das forças produtivas no seio da sociedade vigente, na atualidade, este

¹⁵ Sobre a questão ver Mazzucchelli (1985).

desenvolvimento não só se maximiza de forma inquestionável, apontando para a incapacidade de o capitalismo reproduzir o homem como trabalhador, mas também os seus efeitos não podem passar despercebidos. Em recente publicação da OIT com o título “Tendencias Mundiales del Empleo” pode-se perceber a tendência crescente do desemprego. (tabela 1)

Tabela: 1

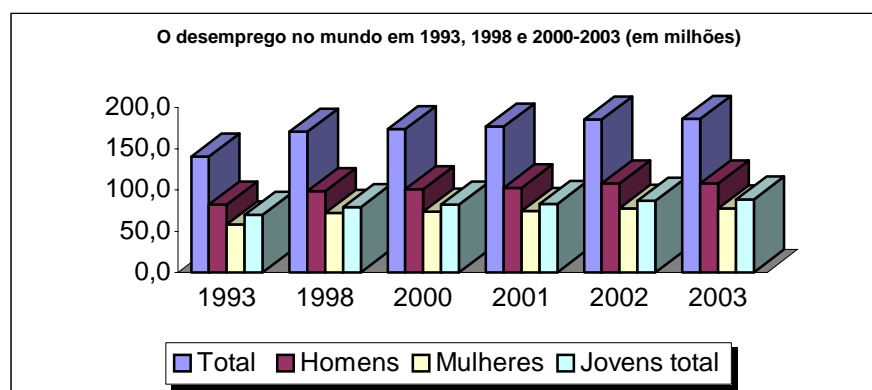
O desemprego no mundo em 1993, 1998 e 2000-2003 (em milhões)

	1993	1998	2000	2001	2002	2003
Total	140.5	170.4	174.0	176.9	185.5	185.9
Homens	82.3	98.5	100.6	102.7	107.5	108.1
Mulheres	58.2	71.9	73.4	74.3	77.9	77.8
<u>Jovens total</u>	69.5	79.3	82.0	82.9	86.5	88.2

Fonte: OIT, tendencias mundiales del empleo 2004.

A OIT, de acordo com o informe acima citado, tinha uma estimativa de desemprego para 2003 de 185,5 milhões de pessoas, ao passo que a realidade apontou para um pequeno aumento; mas mesmo assim esse número é considerado como o mais alto até então registrado. O aumento maior corresponde aos jovens; tendo alcançado, nessa categoria, um crescimento maior que a taxa de desemprego mundial. (gráfico 1)

Gráfico: 1



Fonte: OIT, tendencia mundiales do empleo, 2004.

Questões sobre o emprego ou desemprego têm ganhado destaque na imprensa. Em artigo publicado na Revista ISTOÉ lê-se que “o emprego industrial enfrenta crise em todo o mundo” e que de acordo com uma pesquisa feita pela empresa americana de investimentos – a Alliance Capital Management –, o Brasil “[...] perdeu 20% dos postos de trabalho no setor industrial entre 1995 e 2002. A pesquisa da Alliance analisa dados das 20 principais economias mundiais e estima que a indústria já perdeu um total de 22 milhões de empregos no período analisado – a queda média nos 20 países pesquisados é de 11%” (CHAIM, 2003, p. 82).

Diante dos números do desemprego mundial a questão que deve emergir, acima de qualquer outra, é o entendimento do seu significado histórico. A propósito, afirma Katz (1996, p. 85):

Durante os anos oitenta prevaleceu a idéia de que somente a indústria tradicional perdia empregos em benefício dos escritórios e especialmente dos serviços. Esperava-se que novos postos de trabalho “limpos” acompanhassem a expansão da informática. As estatísticas desmentem esta expectativa. A penetração massiva de computadores nos escritórios – e o conseqüente salto da mecanização para a digitalização do trabalho – corta empregos tão intensamente como as mudanças nos sistemas de comercialização, induzidos pelos novos mecanismos da informatizados (sistema de leitura de barras, postos de vendas eletrônicos etc). A tendência ao aumento do desemprego estrutural já é totalmente indiscutível. O debate gira em torno do significado do fenômeno.

Não por acaso os efeitos do desemprego são apontados por políticos em campanhas que defendem a criação de empregos, por ongs e entidades sociais que buscam minimizar o sofrimento dos pobres e miseráveis no seio da sociedade, por intelectuais que buscam descrever e/ou entender o problema. Rifkin (2004), um atento observador das mudanças no mundo do trabalho na atualidade escreveu, em 2004, abrindo a introdução da segunda publicação de uma de suas obras:

Nos nove anos que se passaram desde que foi publicada a primeira edição de *O Fim dos Empregos*, a economia global seguiu um curso turbulento, alcançando velozmente novas altitudes para, em seguida, precipitar-se com igual rapidez, deixando como lastro uma recessão mundial. Todavia, mesmo no ápice do ciclo econômico, o desemprego estrutural permanecia perigosamente alto em países por todo o mundo, a despeito de aumentos tanto na produtividade global quanto no produto interno bruto. Em 1995, 800 milhões de pessoas estavam desempregadas ou subempregadas. Em 2001, mais de um bilhão delas caíam em umas dessas duas categorias. (RIFKIN, 2004, p. xiii).

Na contramão daqueles que, sem uma análise objetiva, defendem o aumento dos empregos para recuperar a ordem, para eliminar a pobreza ou mesmo para ampliar a felicidade entre os homens, Rifkin lembrou que “[...] Hoje, milhões de trabalhadores pelos Estados Unidos se encontram mal empregados ou sem ocupação alguma, tendo pouca esperança de obter emprego em tempo integral”. (RIFKIN, 2004, p. xiii). O autor observou que essa “[...] realidade é ainda mais dolorosa quando nos lembramos que, apenas alguns anos atrás, empresários e membros do governo faziam exuberantes declarações de que os Estados Unidos haviam resolvido seus problemas de desemprego” (RIFKIN, 2004, p. xiii). No nível descritivo, mostrando que se tratava de “previsões infundadas”, Rifkin, estatisticamente, advertiu que se “o desemprego oficial” caía de 6,6 % em janeiro de 1994 para 4% em janeiro de 2000 “pouco à frente, em 2003, o desemprego oficial dos Estados Unidos voltou aos 6% e tornou-se o mais grave problema a assolar esse país”. Um fato diante do qual “os norte-americanos não estão sozinhos” (RIFKIN, 2004, p. xiii).¹⁶

¹⁶ Até recentemente, quando os números do desemprego oficial nos Estados Unidos começaram a subir, o restante do mundo costumava voltar-se para a América em busca de inspiração e direção. O que os outros países não sabiam é que o desemprego real nos Estados Unidos, mesmo nos anos de alta na segunda metade da década de 1990, época em que o governo norte-americano difundia um índice de 4%, era na verdade muito maior. Um estudo da Universidade de Chicago descobriu que, se o desemprego camuflado fosse levado em conta, o índice real de desemprego estaria próximo, na época, ao da União Européia” (RIFKIN, 2004, p. xv). O autor apontou razões dessa camuflagem do desemprego: “Isso ocorreu porque, embora alguns americanos encontrassem emprego após a recessão de 1989-1992, milhões de trabalhadores desalentados simplesmente desistiram e abandonaram o mercado de trabalho, fazendo com que deixassem de figurar nas estatísticas oficiais. E, ainda, muitos outros foram encarcerados. Em 1980, a população presidiária era de 330 mil internos. Nos anos 2000, quase 2 milhões de pessoas estavam na cadeia. Atualmente, 1,8% dos trabalhadores adultos do sexo masculino se encontra na prisão. Mais importante: muitos dos trabalhadores que encontraram emprego durante a alta do mercado entre 1995 e 2000 eram funcionários temporários ou de meio período, sem benefícios, estando desempregados a maior parte do tempo. Uma grande proporção deles regressou às fileiras dos desempregados no final de 2003” (RIFKIN, 2004, p. xv).

Concordando que não se trata de uma questão isolada, diríamos mais: trata-se de um fenômeno inerente à própria lógica do capital. Na sua obra citada, Rifkin ordenou um quadro mundial do desemprego na contemporaneidade, ajudando o leitor na compreensão de que o fenômeno não é típico de países pouco desenvolvidos. Escreveu:

As nações mais desenvolvidas do mundo continuam a padecer de altos índices de desemprego crônico. O índice da Alemanha, em agosto de 2003, era aproximadamente 10%, e 60% dos desempregados estavam sem trabalho há mais de um ano. O desemprego na França e na Itália em 2003 rondava a casa dos 9%, enquanto o da Espanha era aproximadamente 12%. A média geral da União Européia era de 7,9%, sendo que, na zona européia expandida, ela excedia os 8,7% (RIFKIN, 2004, p. xiii).

Uma questão exposta também por István Mészáros (2003, p.27) em uma de suas obras, “O século XXI – socialismo ou barbárie” foi que “o desemprego crônico hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas ainda empregadas naqueles países têm de suportar a piora de suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais”. Olhando para o Japão, um país do capitalismo mais recente, afirmou Rifkin (2004, p. xiv):

O outro extremo do mundo não está melhor. O desemprego no Japão acometia 3,68 milhões de pessoas no início de 2003, com uma média geral de 5,5%, a maior porcentagem de trabalhadores desempregados desde o início dos registros na década de 50. Também em 2003 a Indonésia apresentou um índice de desemprego de 9,1% de sua população, a Índia 8,8% e no Caribe e na América Latina a fração média era de 10% (RIFKIN, 2004, p. xiv).

O desemprego no Japão foi destaque também da Revista VEJA em artigo intitulado “Os samurais sem patrão”. Nele pode-se ler que a questão do desemprego também abrange aquele país oriental: “[...] as empresas, obrigadas a enxugar custos, simplesmente pararam de contratar – condenando uma geração inteira de jovens ao desemprego. São os primeiros sem-emprego da história recente do Japão, e nenhum deles sabe muito bem como lidar com a

novidade” (OS SAMURAI..., 2003, p. 58). Assim, a única opção passa a ser a dos trabalhos temporários, que naquele país é estimado como uma vergonha: os “[...] freeters, como são chamados no Japão os jovens de até 34 anos que vivem de bico, são um pesadelo num país onde o desemprego é sinônimo de marginalidade social. A carteira profissional é o que há de mais sagrado para os japoneses” (OS SAMURAI..., 2003, p. 58). Este tipo de atividade cresceu muito. Nos anos 1980, “os freeters não chegavam a 500.000 – em sua maioria jovens excêntricos, que desprezavam a cultura corporativa, ou ainda indecisos quanto à carreira profissional. Hoje, eles somam 4,5 milhões” (OS SAMURAI..., 2003, p. 58). E ainda, aponta-se que “o número de suicídios no Japão aumentou desde o início da recessão. É comum o demitido esconder o fato da família até arrumar outro emprego, simulando diariamente a ida ao trabalho” (OS SAMURAI..., 2003, p. 58).

Uma questão que tem desencadeado mais um conflito refere-se ao fato dos jovens adiarem a saída da casa dos pais: “[...] sete em cada dez vivem na casa dos pais. Isso causa outro conflito cultural, desta vez doméstico: muitas famílias não conseguem assimilar a idéia de ter um desempregado dentro de casa” (OS SAMURAI..., 2003, p. 58). Outra questão que tem merecido preocupação naquele país diz respeito à questão do crescimento populacional e do colapso que pode ocorrer com a diminuição da contribuição para a Previdência Social:

A falta de um emprego fixo está levando esses jovens a adiar planos de casamento e, portanto, de ter filhos. Para o Japão, cujo índice de crescimento populacional é próximo do zero, trata-se de um problema sério. [...] Sem emprego formal, eles não contribuem para a Previdência Social e, por tabela, aprofundam o buraco de arrecadação causado pelo envelhecimento da população (OS SAMURAI..., 2003, p. 59).

A França também enfrenta dificuldade em lidar com o desemprego. O país foi pioneiro na aprovação de lei que reduziu a jornada de trabalho de 39 horas semanais para 35, mas a questão do desemprego está longe de ser resolvida. Numa matéria publicada pela Revista

Veja intitulada “Vidão em Perigo” divulgou-se que uma “[...] comissão parlamentar nomeada pelo primeiro-ministro conservador Jean-Pierre Raffarin estuda como fazer com que os franceses voltem a trabalhar um pouco mais. A justificativa é que a redução não está cumprindo os objetivos pelos quais foi criada – combater o desemprego e estimular a produção” (VIDÃO ..., 2003, p. 63).

Para entender o caso: a lei para a redução da jornada de trabalho na França obriga as empresas públicas e privadas com mais de vinte funcionários a contratar mão-de-obra extra para compensar a diminuição da jornada imposta ao quadro fixo de empregados. Objetivava-se com isso que o “aumento do consumo gerado pelos novos empregos se encarregasse de impulsionar a economia e, por consequência, gerasse mais postos de trabalho” (VIDÃO ..., 2003, p. 63). Contudo, na prática, o desemprego continuou a subir e o Estado, agora, encontra dificuldade para arcar com as despesas. Segundo a mesma reportagem,

Os primeiros resultados foram até animadores, mas indicadores mais recentes confirmam o encolhimento da economia francesa – o PIB está em queda pelo terceiro ano consecutivo, o desemprego voltou a subir e o déficit público cresce como uma bola de neve. Na prática, é o Estado que está pagando para que os trabalhadores fiquem mais tempo ociosos – são 15 bilhões de euros por ano em subsídios às empresas, um dinheirão equivalente a três vezes o gasto anual do Brasil com educação. Mas como tornar aceitável um aumento na jornada de trabalho? As empresas estão adaptadas à jornada de 35 horas e não vêem sentido voltar atrás – sobretudo porque não querem perder benefícios obtidos do governo. Os trabalhadores também não reclamam por trabalhar menos, mesmo porque os salários não foram reduzidos (VIDÃO ..., 2003, p. 63).

Como revelador de toda a dificuldade em lidar com a questão do desemprego e, ainda, do esforço por engendrar novas saídas, é que pode ser lido outro artigo, no qual os Estados Unidos estudam medidas para barrar a migração de postos de trabalho mais valorizados:

[...] o Congresso americano aprovou uma medida que se choca com a divisa liberal dos Estados Unidos. Trata-se de uma proposta para proibir que atividades que o

governo federal terceiriza com empresas privadas sejam transferidas para fora do país. A nova regra, sujeita a aprovação do presidente Georg W. Bush, além de resguardar para cidadãos americanos alguns empregos gerados pelo governo, está sendo vista como um recado para que empresas privadas adotem algum tipo de proteção por conta própria (CAETANO, 2004, p. 16).

Diante da tendência do capital pela procura de mais-valia através da transferência de empresas para países¹⁷ cuja mão-de-obra tenha um custo mais baixo, nos Estados Unidos há uma busca para segurar aqueles postos de serviço que respondam pelos melhores salários. Na reportagem destacou-se que este tipo de protecionismo “não atinge a proporção da transferência de atividades e empregos de manufatura já ocorrida, e ainda em curso, para a China e outros países emergentes – incluindo o Brasil” (CAETANO, 2004, p. 17). De acordo com a mesma publicação, a questão volta-se para os

[...] postos de trabalho mais qualificados e, portanto, mais bem pagos. Estima-se que a revoada, nos últimos três anos, tenha alcançado de 250 000 a meio milhão de empregos em serviços. A migração se estende de atendimento ao consumidor a funções mais gabaritadas, como projetista de chips. Quem está ganhando a maioria dos empregos transferidos é a Índia. Lá é abundante a oferta de profissionais bem formados, fluentes em inglês e ávidos por trabalho a salários que correspondem até um décimo dos pagos aos americanos. Há cerca de 350 000 indianos trabalhando em serviços terceirizados e informática, boa parte para clientes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão (CAETANO, 2004, p. 17).

Uma preocupação até justificada, quando cotejadas às tendências de desemprego entre os jovens universitários americanos conforme apontou Rifkin: as empresas “[...] declararam ter planos de contratar 36% menos graduados em 2002 do que em 2001. O recrutamento de MBAs – a mais alta categoria profissional na segunda metade dos anos 1990 – caiu 45%.

¹⁷ Segundo Rifkin, mesmo nesses países há uma crescente perda de empregos no setor de manufaturas: “A maioria dos americanos e muitos europeus se queixam de que os empregos nacionais no setor fabril estão sendo perdidos para a crescente economia chinesa. Embora a China esteja produzindo e exportando uma parcela muito maior de bens manufaturados, o estudo descobriu que tais funções também estão sendo eliminadas em massa entre os chineses. Entre 1995 e 2002, a China perdeu mais de 15 milhões de empregos em fábricas ou 15% de sua força de trabalho manufatureira. A exemplo do que ocorre nas demais regiões, as fábricas chinesas estão aumentando a produtividade e, com isso, requerendo menos gente para a produção de bens. Se o atual ritmo de declínio persistir – e é mais do que provável que ele se acelere –, o nível global de empregos no setor manufatureiro minguará dos atuais 163 milhões de cargos para uns poucos milhões em 2040, encerrando virtualmente a era do trabalho fabril massificado neste mundo” (RIFKIN, 2004, p. xxii).

Previa-se que somente 25% das pessoas com diploma universitário em 2002 encontrariam emprego. A maioria voltou a viver com os pais” (RIFKIN, 2004, p. xviii).

Trata-se de uma questão com que se defronta o propagado discurso de que os trabalhadores é que não souberam atualizar-se profissionalmente para fazer frente às novas necessidades do mercado de trabalho que eram criadas pela tecnologia. A propósito, Kifkin (2004, p. xviii) afirmou que:

Durante anos, economistas e líderes do governo exortaram os trabalhadores a atualizar sua educação de modo a se preparar para as novas e sofisticadas ocupações tecnológicas da “Era do Acesso”. Ironicamente, trabalhadores mais instruídos e capacitados também estão sentindo o tranco nessa nova era sem empregos. Aproximadamente 44% dos desempregados de longa data em 2002 – trabalhadores sem ocupação por mais de seis meses – haviam cursado além de segundo grau. Impressionantes 22,7% dos graduados em universidades, 22% dos executivos, administradores e profissionais especializados demitidos e 25,6% de trabalhadores dispensados em meados da carreira vinham procurando emprego há mais de meio ano. Isso contrasta com os restantes 18% da força de trabalho ainda em busca de ocupação após seis meses de desemprego.

No Brasil o desemprego entre os diplomados também não é novidade. A Revista Época, em recente reportagem, apresentou os estudos do economista Cláudio Dedecca, professor da Unicamp. No referido estudo apontou-se que no Estado de São Paulo “[...] 37% das pessoas com formação superior exercem atividades profissionais que não exigem curso universitário” (COM DIPLOMA..., 2003, p.53). De acordo com o secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, Márcio Pochmann, “[...] há em São Paulo mais desempregados entre os cidadãos com nível superior completo que entre os analfabetos – uma proporção de 45 mil contra 24 mil” (COM DIPLOMA..., 2003, p.53). A reportagem, ao buscar evidências desse fato nas empresas de recolocação profissional, assinalou que “programas de trainee hoje chegam a ter 5 mil candidatos para 30 vagas”, sendo que a maioria das vagas criadas no mercado de trabalho são para atividades de baixo salário: “de 1989 a

2001, em cada dez vagas criadas no mercado de trabalho, sete foram para atividades de baixa remuneração: 3 para serviços domésticos, 2 para ambulantes, 1 para limpeza e 1 para segurança” (COM DIPLOMA..., 2003, p.53).

Pochmann (2002, p. 150), apoiado em pesquisas, apontou que no Brasil não “[...] apenas o desemprego atinge proporções sem paralelo, como também a geração de vagas, além da quantidade insuficiente para todos os que desejam trabalhar, caracteriza-se por ser de baixa qualidade. É emblemática a informação de que nos últimos 10 anos, o serviço doméstico foi a ocupação que mais vagas abriu”. Ainda, para o mesmo autor, “[...] a partir dos anos 80, a ocupação doméstica e uma plêiade de atividades serviçais (cuidadores de cachorros, motoristas particulares, babás, ajudantes e encarregados de limpeza e de segurança etc.) passaram a ganhar maior importância” (POCHMANN, 2002, p. 136).

Estamos a tratar de uma questão de ressonância mundial, que a cada vez mais se impõe à discussão. Rifkin (2004, p. xiv), à sua maneira, contribui para o entendimento de que não só a própria lógica do capital está posta em questão, mas que o processo de entendimento das causas do desemprego não foi ainda alcançado pela maioria daqueles que se propuseram a discuti-lo:

Todas as nações se encontram às vésperas de um grande debate sobre o futuro dos empregos. [...] Enquanto políticos, empresários e sindicalistas discutem veemente sobre a criação de uma política de trabalho flexível, sobre a redução dos impostos e a reformulação das regras que determinaram o bem-estar e a previdência social, a verdadeira causa do desemprego permanece intocada pelo debate que envolve a política pública.

No limite da luta pela regeneração do emprego vale observar o que vem sendo traduzido como solução para a perda do emprego: buscam-se saídas emergenciais para impedir a demissão de trabalhadores. Entre tais medidas, atualmente, podem-se destacar a redução da

jornada de trabalho, a exemplo da França, e a facilidade do crédito com vistas a ampliar o consumo, que sempre apresenta uma inegável diminuição diante do declínio nos salários reais e da diminuição de empregos. Na verdade, são várias as tentativas de freio à crise que, na atualidade, são impetradas por diversos setores da sociedade. Rodrigues (2003) em matéria intitulada “Um Freio na Crise: governo cria Fórum de Competividade para discutir o futuro da indústria automobilística e desencalhar estoques” destacou as chamadas saídas emergenciais¹ à crise da indústria automobilística. O problema é que “[..] o setor deve encerrar 2003 despejando apenas 1,3 milhão de unidades nas ruas. A queda em relação ao ano passado, se confirmada a previsão, será brutal: mais de 350 mil carros deixarão de ser manufaturados, por absoluta falta de compradores” (p. 67).

Segundo os dados colhidos por Rifkin (2004, p. xviii - xix), o que “continua a sustentar a economia americana não é outra coisa senão a dívida dos consumidores [...] O refinanciamento hipotecário e o estímulo dos cortes tributários do governo lançaram anualmente na economia US\$ 300 bilhões”. Em presença deste quadro o mesmo autor faz uma previsão:

A infusão de moeda, contudo, logo se esgota. E, com as dívidas dos cartões de crédito e as insolvências se acumulando, a pergunta na mente de todo o indivíduo em Wall Street é essa: de onde vem o dinheiro para manter os gastos de consumo? David Rosenberg, economista titular da Merrill Lynch, antevê com receios que “uma vez que os asteróides do refinanciamento e das reduções tributárias se esgotarem, a economia provavelmente estancará” (RIFKIN, 2004, p. xix - xx).

Nos Estados Unidos, conforme registrou Kifkin (2004, p. xvi), no final da década de 1920, “a indústria americana operava com apenas 75% de sua capacidade na maioria dos principais setores da economia. Os frutos do novo aumento de produtividade não eram distribuídos suficientemente entre os trabalhadores para sustentar o aumento do consumo e esvaziar os

estoques” (p. xvi). Diante da baixa demanda de consumo¹⁸ “o setor bancário e os varejistas ampliaram o crédito¹⁹ acessível na forma de créditos, procurando incentivar os trabalhadores a comprar mais”. Segundo esse autor, logo mais à frente o sonho foi desfeito:

No final de 1929, a dívida dos consumidores se elevava a ponto de tornar-se insustentável. Mesmo as altas de mercado vinham sendo sufocadas pelo recorde de comprar de ações na margem (que é a importância paga pelo comprador utilizando o crédito de uma corretora para adquirir ou vender títulos). O castelo de cartas acabou por vir abaixo (RIFKIN, 2004, p. xvi).

Rifkin destacou também que o Reino Unido é o único país do G-8 a seguir o exemplo norte-americano de “aumentar dramaticamente o crédito ao consumidor, em um esforço para aquecer sua economia” (p. xvii). O mesmo autor alerta ainda para um outro fato: “O débito familiar encontra-se hoje em um recorde de US\$ 1,4 trilhão. O cidadão britânico médio vem gastando atualmente de 120% a 130% de sua renda anual, graças aos mesmos instrumentos de crédito [...] incluindo cartões de crédito, o refinanciamento de hipotecas, empréstimos e saques a descoberto” (RIFKIN, 2004, p. xvii). Concluiu o referido autor que, na verdade, trata-se de apenas um “[...] reparo provisório, gerando as condições para um período ainda mais profundo de instabilidade econômica, quando a extensão do crédito atingisse seus limites e arrastasse os consumidores à ruína, e a economia, a uma espiral decadente, como já havia feito no final dos anos 20 e início dos anos 30” (RIFKIN, 2004, p. xvii).

¹⁸ “O problema é que praticamente todos os setores vêm se defrontando com uma subutilização global de capacidade e uma demanda insuficiente. Em outubro de 2003, as fábricas norte-americanas declararam estar usando menos de 73% de sua capacidade. Mais uma vez, o crédito ao consumidor tornou-se, nos Estados Unidos, m paliativo ordinário, um meio de manter os motores econômicos em alta rotação, ao menos por algum tempo” (RIFKIN, 2004, p. xvi).

¹⁹ “O crédito ao consumidor está crescendo no ritmo assombroso de 9% ao não, e o número de insolvências vem inflando. E, 1994, 780 mil americanos abriram insolvência. Em 2002 esse número subira para 1.576.133. Até recentemente, alguns economistas afirmavam que a média de poupança de quase 0% não era tão ruim como os números sugeriam, já que milhões de americanos vinham obtendo ganhos recordes no mercado de ações, de modo que seu portfólio de títulos servia como substituto para a tradicional poupança bancária. Como é óbvio, a recente baixa no mercado de ações emudeceu esse tipo de afirmação. De resto, cumpre notar que aproximadamente 90% dos ganhos nos mercados de ação fluíram para os 10% no topo da escala social, enquanto mais da metade dos americanos não obteve benefício algum da alta do mercado, pela razão de não possuir ações” (RIFKIN, 2004, p. xvi e xvii).

Enquanto para a maioria da população o crédito ao consumidor estendido se revelou no passado e está se apontando para o futuro imediato como um beco sem saída, para as agências financiadoras o crédito não deixa de representar um filão de mercado, conforme divulgado na Revista ISTOÉ “o Citibank deixa de priorizar o atendimento às pequenas e médias empresas para centrar fogo numa mina de ouro chamada crédito pessoal”:

O Citi Financial, criado em abril, já conta com três lojas em operação. Outras seis estarão oferecendo financiamento até o fim do ano. Em 2005, serão 60 ou 70. O setor bancário, que chegou a dar emprego a 800 mil pessoas no final dos anos 80 somente em São Paulo, conta hoje com 380 mil funcionários – contingente que permanece praticamente estável desde 1999 (RODRIGUES, 2003, p. 68-69).

Rifkin ajuda a entender o processo do capital no movimento de desenvolvimento das forças produtivas. Se por um lado, a presença das mesmas aponta para a dispensa cada vez maior de trabalhadores isto não significa redução da produção. Pelo contrário, o aumento de produção e o desemprego compõem um movimento único na etapa atual do capitalismo industrial. Sobre esta relação escreveu o autor:

[...] Os empregos no setor manufatureiro declinam em todos os anos e em todas as regiões do mundo. Esse declínio se deu em um período em que a produtividade fabril subiu 4,3%, e a produção industrial do globo aumentou a mais de 30%. O incrível aumento de produtividade permitiu às fábricas produzir muito mais artigos com muito menos trabalhadores. Os empregos do setor caíram cerca de 16% em todo o mundo. Os Estados Unidos perderam mais de 11% de seus empregos fabris (RIFKIN, 2004, p. xxi - xxii).

Continuando sua análise, o autor lembrou que o que na verdade acontece é, digamos assim, a destruição de uma forma de ser – a forma de trabalhadores livres – posto que, junto com a quebra do emprego vem ocorrendo a queda também do salário. Hobsbawm colocou bem o sentido psicológico do empregador sobre o empregado inseguro que busca sobreviver nesta forma: “[...] insegurança do emprego é uma nova estratégia para aumentar os lucros,

reduzindo a dependência da empresa em relação à mão-de-obra humana ou pagando menos aos empregados” (HOBSBAWM, 2000, p. 138).

Em outra obra, Belluzzo amparado pelos estudos do economista americano David Gordon sobre a evolução, nos Estados Unidos, da remuneração dos assalariados diretamente envolvidos na produção (80% da população empregada) afirmou que:

[...] os ganhos reais por hora trabalhada, descontados os impostos, vêm declinando a cada novo ciclo de expansão, entre 1973 e 1992. Em 1973, um trabalhador americano empregado levava, em média, para casa, como recompensa pela hora trabalhada US\$ 10,37; em 1992 apenas US\$ 8,80, tudo calculado em dólares deste último ano. Não por acaso esta queda da remuneração foi acompanhada de um aumento das horas trabalhadas durante o ano, refletindo, sobretudo, o crescimento do número de pessoas, na maioria mulheres, obrigadas a trabalhar para recompor a renda familiar (BELLUZZO. In: OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 13).

Rifkin (2004, p. xix), ainda sobre o declínio dos salários, afirmou: “[...] até recentemente, os ordenados por hora vinham declinando em praticamente todas as categorias salariais, com a exceção dos diretores executivos”. E mais:

Mesmo durante a rápida recuperação econômica do segundo semestre de 2003, a hora de salário média para cargos abaixo do nível de supervisão em escritórios e fábricas subiu somente 3 centavos de dólar, de acordo com o Bureau of Labor Statistics – o que não basta nem para acompanhar a inflação. Este é o menor crescimento salarial nos EUA em mais de 40 anos. Além disso, os empregos perdidos pagavam cerca de 17 dólares por hora, enquanto os que vêm sendo criados pagam somente 14,50. Ao mesmo tempo, os lucros corporativos, como porcentagem da renda nacional, atingiram seus mais altos níveis desde os anos de 60.

Uma reportagem de Pinheiro (2000), com o título “A Velha fábrica vira pó”, ilustra bem a questão quando são destacadas as transformações ocorridas na indústria automobilística brasileira nos últimos anos. As mudanças são explicadas como uma tendência internacional inexorável. De acordo com a mesma matéria, a Volkswagen, na região do ABC, na Grande

São Paulo, ao inaugurar sua nova unidade promete derrubar “um dos últimos pilares do velho Brasil industrial”. Isso, em outras palavras, significa aumentar as forças produtivas e diminuir o trabalho necessário: na década de 1970 a empresa tinha “muitos funcionários e pouca produção”, se em “1980, a Volkswagen chegou a ter 46000 empregados, hoje, com cinco fábricas, tem pouco mais da metade dessa mão-de-obra” (PINHEIRO, 2000, p. 90). Antes, era a maior empregadora do país e tinha uma grande infra-estrutura:

[...] possuía igrejas e também semáforos para controlar o trânsito local, e um motivo de orgulho para os executivos era dizer que ali funcionava a maior padaria da América Latina. Como parte do projeto, um pedaço do terreno de 2 milhões de metros quadrados vai ser vendido, 38 galpões já foram demolidos, o quadro de funcionários encolherá para que a empresa se torne mais produtiva e eficiente. “Essa fábrica é um paradigma: já foi tudo de moderno no conceito da produção em massa e é tudo o que de mais atrasado existe hoje”, comenta o consultor José Roberto Ferro, especialista em indústria de carros e membro do Internacional Motor Vehicle Program do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, MIT” (PINHEIRO, 2000, p. 90).

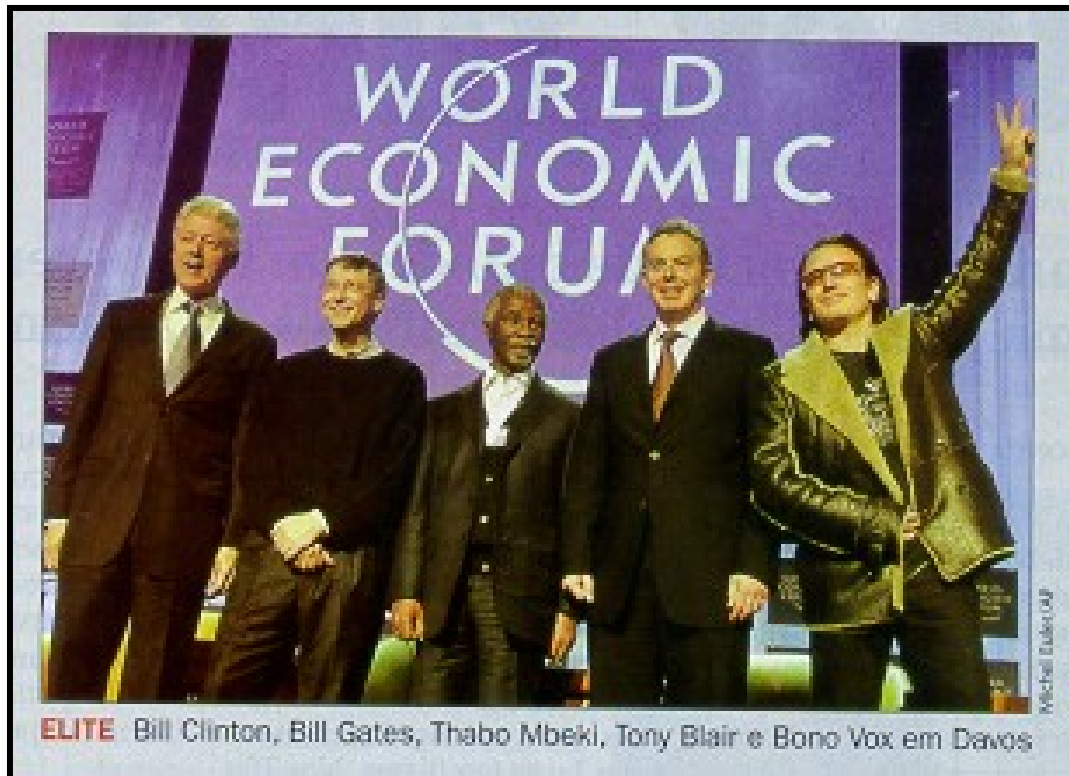
Se a empresa no formato descrito é ultrapassada, na atualidade, a reportagem destaca por onde a empresa deve caminhar: “A automação é um bom exemplo de onde a empresa quer investir. Hoje, há 96 robôs nas linhas de montagem da Volkswagen. A previsão para 2002 é de 480 robôs” (PINHEIRO, 2000, p. 93). E mais, “em 1970, trabalhava-se, em média, 47 horas semanais. O formato atual é de 36 horas. Com isso, os salários acabaram reduzidos em 15%. Pelos cálculos dos executivos da Volks, será necessário um corte de gastos da ordem de 300 milhões de dólares para que a produção passe a ter um padrão internacional de custos” (PINHEIRO, 2000, p. 93). Não há por parte da empresa nenhum apreço em manter a defesa filosófica de que o homem tem direito natural ao trabalho. Antes, há todo um processo de ajustamento de produção justificado pela existência de um padrão internacional de competição entre as empresas. Estas, na pressão para não fechar as portas, para tornarem-se competitivas, procuram adequar-se a um novo padrão de produção, que tem nas ciências a sua

última verdade. A questão é tratada como se o processo fosse incontrolável, no sentido de um sempre buscado progresso.

SEGUNDA PARTE**OIT E BIRD: A NEGAÇÃO DA RAZÃO HISTÓRICA**

Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase.

Marx e Engels



1. Acima. Líderes políticos e empresariais elegem a miséria como tema do Fórum Econômico Mundial.



Juan Somavia, Director General de la OIT

La Oficina Internacional del Trabajo está presidida por un Director General, nombrado por el Consejo de Administración. Desde 1919, la OIT ha sido dirigida por:

- Albert Thomas, de Francia (1919-1932),
- Harold Butler, del Reino Unido (1932-1938),
- John Winant, de los Estados Unidos (1939-1941),
- Edward Phelan, de Irlanda (1941-1948),
- David Morse, de los Estados Unidos (1948-1970),
- Wilfred Jenks, del Reino Unido (1970-1973),
- Francis Blanchard, de Francia (1973-1989),
- Michel Hansenne, de Bélgica (1989-1993), y,
- desde marzo de 1993, por Juan Somavia, de Chile.



Sede de la OIT en Ginebra

2. Juan Somavia, Diretor Geral da Oficina Internacional do Trabalho (OIT), e a sede da OIT em Genebra.

English • Русский • Français • 中文 • Português • otros idiomas Índice • Ayuda • Contactos

Grupo del Banco Mundial

BIRF AIF CFI OMGI CIADI

Buscar VER

Más opciones

<p>Quiénes somos</p> <p>Centro de negocios</p> <p>Regiones y países</p> <p>Datos y estadísticas</p> <p>Documentos e informes</p> <p>Evaluación</p> <p>Aprendizaje</p> <p>Noticias</p> <p>Proyectos y programas</p> <p>Publicaciones</p> <p>Investigación</p> <p>Temas de desarrollo</p> <p>Recursos para ...</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Inversionistas en bonos ▶ Gobiernos clientes ▶ Buscar empleo ▶ Periodistas ▶ Estudiantes ▶ ONG y sociedad civil 	<h3>Desarrollo rural en América Latina y el Caribe</h3>  <h4>Más allá de la ciudad</h4> <p>La contribución del campo al desarrollo es el doble de lo estimado, según un nuevo estudio del Banco. Hay que invertir más y mejor en las zonas rurales. --> Más</p> <p>Gráficos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Fotografías ▣ Mapas <p>Enlaces relacionados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Desarrollo rural en América Latina y el Caribe ▣ Diálogo global sobre crecimiento rural en Centroamérica - 15 de febrero ▣ IV foro Temático Regional con la sociedad civil: Desarrollo rural en el siglo XXI <p>Estudio</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Datos principales ▣ Informe completo <p>Audio</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Entrevista con Daniel Lederman, coautor <p>Charla en directo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Daniel Lederman <p>Jueves, 24 de febrero 10:00 a.m. hora de Este</p> <p>Respuesta al desastre</p>  <ul style="list-style-type: none"> ▣ India: las comunidades se enfrentan a la reconstrucción 	<h3>Noticias y eventos</h3> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Nuevos documentos del Departamento de Evaluación de Operaciones ▣ Nuevo boletín de noticias sobre el trabajo del Banco con la sociedad civil ▣ Líderes centroamericanos y Banco Mundial abordan el clima de inversión en la región ▣ El Banco Mundial abrirá una oficina en San Salvador <p>--> Más noticias</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Suscribirse</p> <h3>Destacados</h3> <ul style="list-style-type: none">  Temas de actualidad: Iraq  El Banco Mundial y la igualdad de género
---	--	---

3. Página eletrônica do Grupo do Banco Mundial.

4. A DEFESA DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL COMO BUSCA DA FELICIDADE E DA ORDEM

Na atualidade, as recomendações educacionais postas por organismos como a OIT e o BIRD são traduzidas como diretrizes globais e tratadas como questões de valor universal para a educação e a formação do homem contemporâneo. O comprometimento dessas organizações com a educação visa oferecer, principalmente aos países em desenvolvimento, os contornos teóricos e práticos para a viabilização de uma definição da escola não só para o presente, mas inclusive, para o futuro. Tais idéias, difundidas no Brasil também através de manuais pedagógicos fornecidos pelo Estado, aparecem como representantes únicas do que pode e deve ser a educação. Nesse sentido, o ideário defendido por organismos mundialmente dominantes ganha uma adjetivação de consenso – por representar a aprovação da maioria de seus países membros – e, por assim ser constituído, carrega em seu bojo a própria expressão da verdade. Como tal, se expõe inquestionável.

Afastando-se um pouco dessa aparência irresistível de verdade estabelecida pelo acordo comum entre um grupo de nações consideradas desenvolvidas pode-se perceber, analiticamente, que reside aí uma questão de fundo: a representação internacional desses órgãos com validade universal nada mais é que a forma de uma tendência do jusnaturalismo. Norberto Bobbio²⁰ (1998, p. 70) ao discorrer sobre o papel da teoria moral traduzida pela idéia de justiça como direito natural, diz que existe uma “função histórica constante do jusnaturalismo” e que nas diferentes formas que este possa assumir se “tem reiterado a

²⁰ Norberto Bobbio, filósofo italiano, é um estudioso do direito natural, analisa temas como o Estado, as formas de governo e a sociedade civil.

afirmação dos limites do poder do Estado” (1998, p. 70). Na atualidade pode-se dizer que o poder estatal, ainda como poder de classe busca, em nome da justiça, e por meios constitucionais, garantias internacionais desse poder que se consolida, dentre outros, pela ideologia dos direitos naturais do homem. Com a universalização dessa ideologia, segundo Bobbio a sociedade capitalista se encontra hoje numa nova fase do poder de classe, “[...] na fase da tendência irresistível no sentido do controle de uma ordenação universal – a comunidade internacional” (1998, p. 70).

É justamente a partir dessa ordenação universal, estabelecida por meio dos organismos internacionais, que se apregoa e se reproduz, ainda que de outra forma, a premissa de lei natural, fazendo com que conceitos de poder, justiça, homem, trabalho, educação, progresso etc. apresentem-se como conceitos eternos ou verdadeiros, ou seja, anistóricos. É por essa via de concepção natural de história, de sociedade, de homem, que a escola posta traduz seus estandartes: educação básica para todos, trabalho e formação para o trabalho como um direito, inclusão da tecnologia na forma da Internet como recurso didático, maior participação (incluindo a financeira) da família e comunidade na escola, descentralização e flexibilização na educação, indivíduo como centro do processo de aprendizagem, auto-aprendizagem. São idéias que fazem parte de uma mesma totalidade e traduzem o fazer da educação como aquele que precisa dotar o homem das habilidades necessárias para ser um bom trabalhador na sociedade marcada pelo desenvolvimento tecnológico. Trata-se de um fazer educacional voltado para a educação moral e para um saber imediatamente aplicável à produção social, com ênfase no conhecimento técnico e na luta pela empregabilidade, pelo êxito do mercado.

Para o pensamento burguês em geral e para os intelectuais da OIT, representantes teóricos do poder constituído, os princípios da educação e da empregabilidade compõem os fundamentos

necessários para um almejado progresso e mundialização do capital como ordem produtiva. Existe nesse pensamento a crença de que, como as teorias dos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento do capitalismo traria ao mundo abundância na esfera da circulação e felicidade social. A defesa e o desenvolvimento do comércio, à moda de Adam Smith, estão sempre subentendidos, de forma mais clara ou menos clara, no pensamento projetado pela OIT e o BIRD. A crença num desenvolvimento sem crise e extensivo de forma mundial é uma das premissas do liberalismo clássico que estes organismos incorporam. Trata-se não só de uma questão econômica, mas, principalmente, de uma questão traçada no terreno da filosofia política. É por esse caminho que a OIT e o BIRD constroem suas defesas na atualidade.

Na voz dos intelectuais da OIT, por exemplo, é preciso, em nome da justiça, propiciar aos países em desenvolvimento condições para aproveitarem as oportunidades advindas de uma economia entendida em processo de integração mundial acelerada. Acreditando que nos países secundários o que falta para progredir é, antes de qualquer coisa, a preparação de uma mão-de-obra qualificada para a indústria e o comércio vigentes, a OIT tem defendido o acesso a determinado conhecimento de base para a classe trabalhadora. É precisamente aqui que ganha relevo o discurso sobre a importância e o fazer da escola. Acredita que por meio de um novo saber técnico o sujeito poderia fazer-se produtivo na sociedade e incluir-se socialmente como cidadão. Parece ser esta a idéia que a OIT assume como fundamento para afirmar o que segue abaixo:

La instrucción básica, que tan fundamental resulta en el mundo actual para el aprendizaje y la capacidad de aprendizaje, así como para la empleabilidad y el acceso al trabajo decente, no llega a una proporción importante de adultos del Africa Subsahariana y del Asia Meridional. Los países industrializados invierten por lo menos 30 veces más en educación y formación por estudiante que los países menos adelantados. El desarrollo de los recursos humanos y la formación contribuyen a mejorar la productividad de la economía, a reducir los desajustes de las capacitaciones en el mercado

laboral y a promover la competitividad internacional del país de que se trate (OIT, 2004a, p. 3).

Aprendizagem, empregabilidade, trabalho decente, ou seja, trabalho nas condições que o desenvolvimento tecnológico hoje oferece, é, para a OIT, uma questão já resolvida nos países “industrializados” e torna-se o desafio a ser vencido nos países “menos adiantados”. A formação do indivíduo trabalhador como “desenvolvimento dos recursos humanos” é o ponto de partida do pensamento liberal e da OIT para defenderem, na atualidade, o progresso para os países ainda atrasados, objetivando-se, sobretudo, três coisas: “a melhora da produtividade da economia”, o ajustamento do trabalhador à produção automatizada, ou melhor, a redução dos desajustes das capacidades da classe trabalhadora no mercado de trabalho e, por fim, a capacitação dos países periféricos (o singular) para a competição internacional (o geral). A defesa do progresso sem contradição está aqui consolidada pela “velha” ideologia dominante.

No plano do desenvolvimento do indivíduo, a educação básica recebe uma atenção toda especial e passa a ser considerada como elemento-chave, determinante do êxito ou do fracasso, da inclusão ou da exclusão social do indivíduo no processo de construção do caminho que devem trilhar todos aqueles que não alcançaram, por diferentes motivos, o estado de desenvolvimento idealizado.

Se no século XVIII, no apogeu da manufatura industrial, a preocupação da classe dirigente era colocar a classe trabalhadora na fábrica, onde o trabalho parcelado e simples exigia pouco conhecimento e preparação, na atualidade, a questão se inverte. Diante da tecnologia que comanda hoje o trabalho, a preocupação é conseguir um trabalhador que saiba agir na produção diante da tecnologia já instalada. A luta da burguesia é para fazer com que o trabalhador esteja, ao se apresentar para o emprego, familiarizado com a informática de uma

forma geral. O conhecimento pleiteado é técnico, a linguagem, ou seja, a redação desta solicitação é sofisticada. Juan Somavia ajuda a entender isso.

Como Diretor Geral da Oficina Internacional do Trabalho, em discurso intitulado "La economía del saber y el futuro del trabajo", o citado autor afirma: "La educación, la adquisición de calificaciones y el aprendizaje han estado siempre entre las primeras prioridades. En la economía del saber se convierten en el principal determinante del éxito o del fracaso, de la inclusión o de la exclusión". Termos como economia do saber, "sociedade do conhecimento", se expõem fartamente nos textos da OIT. Chega-se inclusive a defender, como fez Somávia, que a posse de determinado conhecimento é a coisa primeira e maior do êxito ou do fracasso do indivíduo. Sem negar ou minimizar a necessidade desta formação para o trabalho, temos que lembrar que muitas outras questões fundamentais para o entendimento do processo produtivo vigente ficam negadas neste discurso reducionista. Os limites da defesa, aqui analisada só se manifestam se entendida sob outro patamar teórico, ou melhor, num processo histórico mais amplo do que aquele traçado pelas organizações internacionais estudadas.

É importante destacar que esses organismos, ao se expressarem sobre a organização da sociedade e ao se manifestarem sobre a educação, não só captam e expõem as transformações operadas no mundo do trabalho, mas também encaminham a concretização das relações econômicas, comandando, inclusive, a harmonização entre interesses distintos. Assumem, nesses termos, o papel de coordenar e direcionar a política de Estado dos diferentes países entendidos como em processo de desenvolvimento. No bojo da defesa da justiça, o aumento de conhecimentos técnicos para as massas trabalhadoras eliminaria a pobreza e estabeleceria de forma mundial uma forma de vida marcada pela competição e produtividade infinita:

[...] ¿Un mundo dividido o un mundo integrado? ¿Un mundo con pobreza o libre de ella? La adopción de medidas simultáneas en apoyo de la oportunidad, el fortalecimiento y la seguridad puede ofrecer una nueva dinámica en favor del cambio, capaz de acabar con la privación humana y de crear sociedades justas que sean al mismo tiempo competitivas y productivas. Si el mundo en desarrollo y la comunidad internacional suman sus fuerzas para adjuntar a esta visión unos recursos reales adecuados, tanto financieros como personales e institucionales — experiencia, conocimientos e imaginación —, el siglo XXI conocerá un rápido progreso en la lucha contra la pobreza (BIRD, 2000, p. 15).

Quiroga (1991, p. 51) sintetiza o significado que assume essa tendência: “O desenvolvimento histórico dá-se, portanto, pela evolução organizada, regida por leis naturais, ou seja, progresso histórico é ordem”. A preocupação com a ordem como meio para se alcançar o progresso já estava marcada no preâmbulo da Constituição da OIT, de 1919, ao conceber a sua atuação principal como a luta pela justiça social: “[...] a Declaración de la Filadelfia de 1944 afirma que ‘la pobreza, em qualquer lugar, constituye un peligro para la prosperidad de todos’ ” (OIT, 2004a, p. 17).

Quando a luta de classes que marca a produção regida pelo capital fica negada, no plano da consciência, o discurso, pretensamente justiceiro, estrutura-se num patamar de conhecimento sobre o trabalho almejado para que todos os indivíduos e nações possam evoluir e, assim, viver melhor. Na prática, os países em desenvolvimento, dominados, são, sem possibilidade de escolha, chamados a priorizar a meta da educação básica centrada nas idéias de cidadania e empregabilidade²¹. A segunda será tratada detalhadamente no próximo capítulo.

O que parece importante destacar aqui é que nesse raciocínio contemporâneo fica posto um “antigo” entendimento filosófico do homem como um ser naturalmente voltado para a venda

²¹ Estudos do BIRD confirmam “[...] la importancia de la educación, especialmente de la primaria, para el crecimiento. Los estudios comparados entre países sugieren la posibilidad de que exista un nivel de acumulación del capital humano, más allá del cual los países pueden experimentar un crecimiento acelerado (Azariadis y Drazen 190; Lau, Jamison y Louat 191). Este concepto es esencialmente una reconfirmación de la

do trabalho. Uma das marcas desse raciocínio é a explicação do processo de transformação das forças produtivas do trabalho vivo para trabalho passado para as máquinas, entendido apenas como mudanças na forma de produzir; como uma sucessão de mudanças meramente técnicas no processo do trabalho. A concepção de história que daí deriva é a de que o índio, por exemplo, era um selvagem ou um homem não civilizado porque utilizava um instrumento de trabalho bastante rudimentar. Ou ainda, que o trabalhador atual não encontra no mundo da liberdade a oportunidade para se traduzir nesta forma porque lhe faltam conhecimentos para ser um trabalhador empregável no mundo da automação.

Se a primeira afirmativa, relativa ao entendimento do ser como naturalmente voltado para o trabalho, é a explicação presente nos documentos de cunho voltado para o ensino básico, a segunda afirmativa – aquela que aponta para a necessidade constante e inexorável de (re)qualificação do trabalhador como fonte de oportunidade no trabalho vivo é o eixo explicativo e valorizador da vida em sociedade nos documentos da OIT e do BIRD.

Explicando esse direcionamento pode-se ler, nos textos da OIT, um determinado entendimento da cidadania como ação do sujeito que contribui para a economia com o exercício de um trabalho “decente”:

Ahora más que nunca, las personas desean dirigir sus propias vidas y esperan contribuir a la economía y a la sociedad. El desarrollo de las personas como ciudadanos y miembros activos de la sociedad ocupa un lugar cada vez más importante en las declaraciones de objetivos en materia de aprendizaje, educación y formación. Según el Memorándum sobre el aprendizaje permanente de la Comisión de las Comunidades Europeas, “el concepto de ciudadanía activa alude a la oportunidad y la manera de participar en todas las esferas de la vida económica y social, las posibilidades y riesgos que supone intentar hacerlo y la medida en que ello aporta el sentimiento de pertenecer a la sociedad en que uno vive y gozar en ella de voz y voto”. El

hipótese inicial, que formalizó una relación de tipo umbral entre el capital humano y el crecimiento económico (Bowman y Anderson 1963; Easterlin 1981)” (BIRD, 1995, p. 5).

trabajo decente es la base para la independencia, la autoestima y el bienestar de las personas, y constituye por lo tanto la clave de la calidad de vida en general de la gente (OIT, 2004a, p. 4).

A adjectivação do trabalho como algo “decente”, pela voz da OIT, representa o esforço de justiça no tratamento do ser humano. Para nós, um exercício ideológico não só para eliminar a discussão da contradição motivada entre capital e trabalho, mas para tentar dar continuidade à ordem social estabelecida.

Sem perder de vista a adjectivação do sujeito que contribui para a economia com o exercício do trabalho, outro aspecto defendido pelos organismos internacionais aqui considerados é a formação do trabalhador que colabora para a realização da ordem, ou seja, de uma sociedade sem conflitos. Em recente relatório intitulado “Organizarse en pos de la justicia social”, de 2004, a OIT descreve os caminhos para a justiça social. O discurso gira em torno da aceitação formal de diferentes opiniões e interesses legítimos e, explica: os trabalhadores se associam com o objetivo de corrigir aquilo que se percebe como injustiça; de outra parte, deve haver também o reconhecimento do direito dos empregadores de se organizarem livremente para defender as suas aspirações. Esse é considerado pela OIT um passo importante rumo a uma sociedade democrática. O diálogo é o recurso para equilibrar os interesses e evitar atritos, porque - defendem eles - só num estado de ordem seria possível o desenvolvimento de um sistema de livre-mercado. Segundo a OIT, no relatório acima citado, alguns países ainda não alcançaram o almejado estado democrático porque estão impregnados de características das relações feudais:

[...] en la transición desde una economía controlada por el Estado a un sistema de libre mercado. Para la mayoría de los países las relaciones feudales son algo que pertenece al pasado, pero ciertas características de las sociedades en que las personas eran súbditos con obligaciones respecto de la Corona en lugar de ciudadanos con derechos siguen influyendo en el presente (OIT, 2004f, p.10).

Para evitar rebeliões sociais e distúrbios que causam instabilidade na vida dos homens e atingir o rumo almejado, a democracia proposta defende a conciliação de interesses por meio do diálogo. Este se efetivaria através de instrumentos democráticos, na busca de uma solução sem incomodar, ou negar, a ordem estabelecida. Assim, a liberdade sindical, a associação e o direito de negociação coletiva representariam um caminho correto neste processo:

En vez de distorsionar el mercado de trabajo, la negociación colectiva puede mejorar el proceso de clarificación y ajuste. En una relación continua de confianza entre trabajadores y empleadores, ninguna de las partes utiliza plenamente su fuerza de mercado para obtener resultados unilaterales. Los sindicatos no llevarían sus exigencias salariales más allá de un punto en el que sus miembros perderían sus empleos. Los empleadores, a su vez, no decidirían recortar los salarios y los empleos tanto cuanto pudieran para que los trabajadores sufragasen íntegramente el costo de un hundimiento de la economía. “Este comportamiento no indica ni una imperfección del mercado ni una benevolencia, sino un uso de las ventajas que conllevan la acción colectiva y la confianza mutua” (OIT, 2004f, p. 17).

A intenção seria resolver conflitos motivados por diferentes interesses por meios pacíficos. Segundo a OIT, “Sólo puede crearse una estabilidad real cuando los intereses divergentes pueden ser expresados de modo legítimo y se inicia un procedimiento de búsqueda de una solución razonable. La negación de esto abre la vía a disturbios y rebeliones, lo cual fomenta la inestabilidad en vez de impedirla” (OIT, 2004f, p. 12). Não se pode esquecer que a referência desse raciocínio é a concepção jurídica do contrato entre as partes e que os fundamentos são os preceitos liberais de direito natural, liberdade e propriedade. De forma geral, a retórica situa-se num patamar acima do interesse de classes.

Não se pode perder de vista que à medida que há um crescimento da concentração de capital, na mesma proporção crescem os esforços da burguesia na disseminação da idéia de solidariedade das classes sociais. Essa parece ser a tônica do PCN (Parâmetro Curricular Nacional) sobre ética. Lá se faz uma ampla defesa da solidariedade. Os conteúdos de ética,

sempre priorizando o convívio escola, são: “[...] respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade” (BRASIL, 1997b, p. 102). Explicitando o que se entende por solidariedade, mostram que a idéia que se aproxima é a generosidade: “[...] doar-se a alguém, ajudar desinteressadamente” (BRASIL, 1997b, p. 111). Como o caráter desse manual é auxiliar o professor na atuação em sala de aula, ele explica também como ensinar os alunos a serem solidários:

[...] Não é solidário apenas ajudando pessoas próximas ou engajando-se em campanhas de socorro a pessoas necessitadas (como depois de um terremoto ou enchente, por exemplo). Essas formas são genuína tradução da solidariedade humana, mas há outras. Uma delas, que vale sublinhar aqui, diretamente relacionada com o exercício da cidadania é a da participação no espaço público, na vida política. O exercício da cidadania não se traduz apenas pela defesa dos próprios interesses e direitos (embora tal defesa seja legítima), mas passa necessariamente pela solidariedade (por exemplo, atuar contra injustiças ou injúrias que outros estejam sofrendo). É pelo menos o que se espera para que a democracia seja um regime político humanizado e não mera máquina burocrática (BRASIL, 1997b, p. 112).

Nesse sentido, a questão da formação para o trabalho se expõe conjugada com o exercício da ética, do convívio social, da participação, da justiça, da equidade, da tolerância e do direito, que aparecem com freqüência nos discursos dominantes na literatura escolar não só como uma grande inovação na educação, mas também como um gerador de grande benefício à sociedade:

Por último, y por encima de cualquier consideración de orden económico, la educación y la formación suponen grandes beneficios para la sociedad. La formación y el desarrollo de los recursos humanos ponen de relieve los valores fundamentales de una sociedad, a saber, la equidad, la justicia, la igualdad de trato entre hombres y mujeres, la no discriminación, la responsabilidad social y la participación de todos en la vida económica y social (OIT, 2004a, p.3).

A despeito do discurso da falta de qualificação, criatividade, flexibilidade e outros, no limite proposto não se alcança nunca o entendimento da dificuldade histórica que se opera na prática

social. A imprensa, de uma forma geral, tem divulgado um repertório de elementos que apontam para a dificuldade do homem em se fazer trabalhador na sociedade da automação. Um assunto já tratado no capítulo anterior, mas que vale ser, ainda, abordado aqui: a dificuldade de conseguir o primeiro emprego foi destaque do artigo publicado na Revista Veja (17/12/03), com o título “O desafio de arranjar emprego”. Nele pode-se mostrar através de dados, entre outras coisas, que o desemprego deixou de ser um fenômeno ligado à estagnação:

No teste de seleção do ano passado para computação na Universidade de São Paulo, das mais concorridas do vestibular, havia 232 candidatos por vaga. Na empresa de cosméticos Natura, a disputa do concurso de trainees deste ano foi dez vezes maior. [...] Pela primeira vez, há indicações de que a economia mundial começa a destruir empregos num ritmo mais intenso do que é capaz de criar. [...] O trabalho mostra que os cortes ocorreram numa fase em que o total de empresas abertas nesses países aumentou 30%. Perceba: mais fábricas, menos empregos. [...] Na China, onde a economia cresce a um ritmo de 8% ao ano, o governo advertiu que não há vagas para acomodar os jovens que saem da faculdade. [...] Estudo preparado pela Fundação Getúlio Vargas informa que apenas na década de 1990 a produção cresceu 25% nos diversos setores da economia brasileira. Quando se analisam os setores mais vibrantes, colhem-se dados igualmente impressionantes. Em 1980, a indústria automobilística tinha um empregado para cada quinze carros que produzia. Hoje, mantém um a cada 100 veículos que fabrica. (WEINBERG; BRASIL, 2003, p.170-179).

Segundo números do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), o desemprego atinge a todos, até os com instrução mais elevada. Este Departamento, ao estudar o mercado de trabalho no Brasil, aponta que “Em todas as localidades pesquisadas, o desemprego não escolheu vítimas, ou seja, aumentou para jovens, homens, mulheres, trabalhadores com menor nível de instrução que, tradicionalmente, já tendem a ter mais dificuldades para encontrar uma ocupação [...] e até os que tinham níveis de instrução mais elevados (ensino médio completo ou ensino superior) (DIEESE, 2001, p. 4)”. A OIT também não deixou de observar a questão do desemprego. Segundo esta organização, o desemprego mundial tem alcançado, hoje, marcos históricos, registrando 185,8 milhões de pessoas desempregadas (OIT, 2004e, p. 1).

Sem negar o crescente desemprego, a OIT defende a educação permanente como aquela que pode garantir qualificações profissionais dos trabalhadores como meio para aumentar a produtividade e a equidade social:

Según la OIT, “la educación permanente garantiza que las calificaciones y competencias de la persona se mantengan al día y mejoren en función del cambio laboral, tecnológico y de los requisitos en materia de calificaciones; garantiza el desarrollo personal y de la vida profesional de los trabajadores; conduce a aumentos en la productividad y los ingresos agregados, y mejora la equidad social” (Conclusiones sobre la formación y el desarrollo de los recursos humanos, párrafo 5) (OIT, 2004a, p. 11).

Tal pensamento valoriza o homem pela sua capacidade contínua de aprender e de adequar-se, como trabalhador, às novas formas do processo técnico do trabalho. Essa é uma das maneiras de mostrar-se cidadão. De um lado cobra-se do Estado mais recursos para a educação; de outro, procura-se sensibilizar a emoção do sujeito para não só querer aprender a trabalhar, mas a aprender a criar oportunidades de trabalho. A defesa pela aprendizagem durante toda a vida da pessoa é acompanhada pela idéia de que o indivíduo deve ser seu próprio arquiteto de aprendizagem, de suas próprias capacitações, já que, segundo a OIT, a economia tende a apoiar-se no capital humano, mais que no capital material, conforme é exemplificado: “En 1989, por ejemplo, el capital humano de Alemania (medido en términos de educación y formación) representaba algo más del doble del valor de su capital material en comparación con el decenio de 1920, cuando la proporción entre capital físico y capital humano era de 5 a 1 (Bosch, 1996)” (OIT, 2004a, p.4).

Seguindo o mesmo raciocínio, a OIT, no texto “Aprender y formarse para trabajar en la sociedad del conocimiento”, defende que, hoje, a responsabilidade de selecionar, utilizar e transformar a informação para a criação de conhecimentos cabe ao indivíduo. Nesse entendimento, faz-se a crítica da escola como aquela que, até então, estava voltada à

preparação de pessoas receptoras passivas de informação, faltando voltar-se para a formação do indivíduo autônomo, para a auto-aprendizagem, como pode ser lido no referido documento:

Mientras el volumen de información disponible crece a un ritmo sin precedentes, la responsabilidad de seleccionar, utilizar y transformar la información para la creación de conocimientos recae cada vez más sobre el individuo. Se espera de éste que organice su propio aprendizaje. En lugar de limitarse a ser un receptor pasivo de información, el individuo debe participar de forma activa e interactiva en el proceso de aprendizaje. [...] Así pues, las calificaciones esenciales que se obtienen en la escuela y que se aprovechan en el lugar de trabajo son la capacidad de aprendizaje (aprender a aprender) y la creación de conocimiento. [...] De hecho, en todos los países y en todas las disciplinas profesionales es considerable el número de trabajadores cualificados (hasta ahora principalmente en las profesiones relacionadas con las TIC) que llevan a cabo un autoaprendizaje o que combinan algún tipo de formación oficial con el aprendizaje autónomo (OIT, 2004b, p. 12).

Ignorando o desenvolvimento das forças produtivas que estão a expressar o desemprego como uma questão do próprio movimento histórico, tratando-o como uma questão passageira e/ou de falta de conhecimento do indivíduo e ignorando a noção de quebra de salário, os documentos do BIRD chamam a atenção para as mudanças que ocorrem na forma de fazer o trabalho, as mudanças técnicas, e afirmam: as tarefas na produção passam a ser mais abstratas e menos manuais e representam conseqüências diretas para os sistemas de educação:

Las tareas relacionadas con el trabajo se están haciendo más abstractas y más distanciadas de los procesos físicos de la producción, que requiere cada vez menos participación manual. Estos cambios tienen dos consecuencias importantes para los sistemas de educación. En primer lugar, la educación debe estar concebida para satisfacer la creciente demanda por parte de las economías de trabajadores adaptables, capaces de adquirir fácilmente nuevos conocimientos, en lugar de trabajadores con un conjunto fijo de conocimientos técnicos que utilizan durante toda su vida activa. Esta necesidad aumenta la importancia de las capacidades básicas adquiridas en la enseñanza primaria y secundaria (BIRD, 1995, p.7).

E ainda:

Los avances tecnológicos están acelerando, y junto con ellos se aceleran los cambios en las estructuras económicas [...] Esos cambios subrayan la necesidad de que la fuerza de trabajo posea un nivel medio de especialización y conocimientos aun más alto y que esa especialización esté distribuida en forma pareja entre la población. Los países de Asia oriental, que generalmente han realizado fuertes inversiones en capital humano básico tanto masculino como femenino son ejemplos sobresalientes de lo que se puede lograr cuando el sistema de educación se reforma conjuntamente con el económico (BIRD, 1995, p.29).

Uma dificuldade objetiva no pensamento dominante ganha outro entendimento: falta de capacidade de improvisação do indivíduo trabalhador para a nova forma de fazer o trabalho, ou mesmo, de criatividade para fazer frente, com êxito, à complexidade de um mundo em rápida evolução. Volta-se, então, para a redescoberta da escola, para a idéia de que o problema deve ser corrigido por meio da educação básica. Tal discurso ganha hoje apoio dos órgãos de comunicação, de educadores, de governantes. Antes preparava-se o jovem para uma carreira linear, ele não era ensinado a reorientar a sua carreira; hoje, esta deve ser a direção da educação. Buscando sempre aproximar a classe trabalhadora do trabalho, a OIT defende:

La educación debería preparar a los jóvenes para seguir trayectorias profesionales no lineales y para la eventualidad probable de que tengan que reorientar sus carreras varias veces a lo largo de su vida laboral. Debería ofrecerse una imagen positiva de la empresa y del espíritu empresarial, acabar con los estereotipos sexuales y fomentar la sensibilidad respecto de las cuestiones de género. Además, debería desarrollar la capacidad de improvisación y la creatividad de los jóvenes y, en general, equiparlos para que puedan hacer frente con éxito a la complejidad de un mundo en rápida evolución. Inculcar estas calificaciones para promover la empleabilidad de cada persona constituye, hoy más que nunca, un cometido esencial de la educación básica (OIT, 2003a, p. 2).

A educação básica passa a ser entendida como aquela que deve desenvolver qualificações, socializar conhecimentos. Para essa tarefa os organismos internacionais aqui analisados defendem, também, as iniciativas informais no sentido de contribuírem para ajudar as pessoas menos favorecidas a se integrarem na sociedade e no mercado de trabalho:

Se ha desarrollado una amplia gama de iniciativas informales para proporcionar a diversos grupos (entre los que se incluyen los jóvenes, los trabajadores con pocos estudios, los trabajadores rurales, las mujeres, los migrantes y los grupos desfavorecidos) la educación básica y las calificaciones que les permitan mejorar su empleabilidad y facilitar su integración en la sociedad y en el mercado de trabajo (OIT, 2003a, p.10).

Por esse pensamento, a formação profissional atualizada aos novos tempos é considerada aquela que propicia a educação contínua integrada no mercado de trabalho. A OIT exemplifica o sentido dessa modernização com o caso do Brasil:

En el Brasil, el Ministerio de Educación está modernizando la formación profesional, adoptando un enfoque basado en las competencias y desarrollando sistemas de homologación para propiciar la educación continua y la integración en el mercado laboral.

La ley sobre directrices básicas para la educación, de 1996 (núm. 9394), y el decreto sobre directrices curriculares nacionales para la educación profesional, de 1997 (núm. 2208), prevén el desarrollo de los programas de educación profesional. La educación profesional complementa a la educación básica, y puede adquirirse en escuelas, instituciones especializadas o en el lugar de trabajo. Para promover la continuación de los estudios, la ley prevé otras vías entre los diversos niveles de educación, así como la posibilidad de obtener certificados por los que se reconocen los conocimientos y las calificaciones adquiridos en el trabajo. La educación profesional se ha vuelto más genérica, y se ha renunciado a la definición de los oficios. Las autoridades docentes locales pueden elaborar planes de estudios con arreglo a las necesidades y circunstancias locales, sobre la base de las áreas profesionales definidas en las directrices (OIT, 2003a, p. 6-7).

Para o pensamento dominante, sem qualquer sombra de dúvida, a tarefa principal da educação proposta deve ser a naturalização da sociedade capitalista e a negação – em nível do discurso, pelo menos – dos conflitos e contradições essenciais que ela carrega no seu seio.

5. A DEFESA DA TECNOLOGIA NO TRABALHO E O DOGMA DA EMPREGABILIDADE

Os fundamentos teóricos do pensamento ordenado pelo BIRD e pela OIT se expressam numa pluralidade de conceitos apanhados na filosofia e na economia políticas ao longo da construção da sociedade capitalista. A defesa do trabalho livre como a forma natural e melhor de ser do homem se expõe ao lado da necessidade da preparação do trabalhador-cidadão para novos tempos, como condição de empregabilidade²². O sinal desse tempo, em processo de mudanças, é assim traduzido nos documentos da OIT:

‘La sociedad humana se enfrenta, en este umbral del siglo XXI, con el reto esencial de conseguir el pleno empleo y un crecimiento económico sostenible en la economía mundial, así como la inserción social’ (Conclusiones sobre la formación y el desarrollo de los recursos humanos, resolución adoptada en la 88.^a reunión de la CIT, párrafo1). Este reto se ha hecho últimamente más complejo y exigente. El cambio económico, social y tecnológico está forzando el ritmo, y requiere una continua adaptación política e institucional para responder a las nuevas necesidades y para aprovechar las oportunidades que se abren en una economía mundial en proceso de integración acelerada. Hay un acuerdo cada vez mayor en cuanto a que la adquisición de capacitaciones y la inversión en educación y formación constituyen la clave del desarrollo económico y social. Las capacitaciones y la formación aumentan la productividad y los ingresos, y facilitan la participación de todos en la vida económica y social (OIT, 2004a, p. 1).

Sobre a mesma questão, assim se expressa o BIRD:

²² Empregabilidade, por esse raciocínio, é traduzida como a realização da própria essência humana que diante das mudanças econômica, social e tecnológica que estão forçando o ritmo e impondo ao homem-trabalhador a necessidade de novos conhecimentos que o (re)qualifique de capacitação para ser continuamente trabalhador. A construção da defesa da aquisição de treinamentos e o investimento em educação e formação como chave para o desenvolvimento econômico e social coloca como ponto de partida e de chegada para a vida melhorada, sempre, o indivíduo particularmente compreendido.

Una revolución tecnológica está cambiando la economía mundial al aumentar la función de los conocimientos como fuerza impulsora de las innovaciones y del aumento de la productividad. Los adelantos tecnológicos y los cambios en los mercados de trabajo han producido aumentos de los salarios para casi todos los trabajadores en los países en desarrollo. La apertura de los mercados en todo el mundo y rápida corriente de bienes y ideas de un país a otro están creando muchas oportunidades nuevas para la gente. Esos cambios han dado origen a enormes transformaciones en los mercados de trabajo y han planteado nuevas exigencias a los sistemas educacionales (BIRD, 1995, p. xxxi).

Para a OIT, num mundo modificado pela ciência burguesa aplicada à produção, pela globalização econômica e pelas relações internacionais que ela acarreta aos homens, sobretudo os países em desenvolvimento devem se modificar para que consigam chegar ao patamar dos já dominantes. Este é o eixo do discurso ordenado sob a ideologia do direito natural. A idéia de que para a nação se desenvolver é preciso investir em educação (formar o cidadão) e em formação (formar o trabalhador habilitado à empregabilidade no mundo tecnológico) marca sempre e continuamente os textos do BIRD e da OIT. As descobertas das capacidades naturais (um velho discurso ideológico) e a formação para o trabalho carregado de ciência propiciariam o ingresso da classe trabalhadora no mercado do trabalho e, correspondentemente, “facilitaria a participação de todos na vida econômica e social”.

“Democracia” e “trabalho decente” são alguns dos fins defendidos nesse discurso. A defesa da relação entre desenvolvimento, formação de recursos humanos e direito à educação e à formação é enfaticamente repetida pelo BIRD e pela OIT. Para o primeiro:

La importancia de la educación está reconocida en varias convenciones internacionales y en muchas constituciones nacionales. La educación produce conocimientos, capacidades, valores y actitudes. En ese sentido, es esencial para el orden cívico y la ciudadanía y para un crecimiento económico sostenido y la reducción de la pobreza. Esos propósitos múltiples hacen de la educación una esfera fundamental de la política oficial en todos los países (BIRD, 1995, p. xi).

E mais:

Los importantes cambios ocurridos en las economías y los mercados de trabajo ponen de relieve la relación que existe entre la política macroeconómica, la inversión en activos físicos y en capital humano, y exigen que se preste renovada atención a la inversión en el elemento humano. La educación es fundamental para lograr un desarrollo sostenible y a largo plazo y para reducir la pobreza (BIRD, 1995, p. iv).

Para a segunda:

Las Conclusiones sobre la formación y el desarrollo de los recursos humanos afirman que todos tienen derecho a la educación y a la formación. Asimismo, muchas constituciones nacionales subrayan este derecho, por ejemplo en el caso de Alemania, Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, España, Guatemala, Italia y México. Además, este derecho se reconoce en el plano internacional, por ejemplo en la Declaración Universal de Derechos Humanos (1948) y en la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre (1948). En el plano regional, este derecho se reconoce en la Declaración Sociolaboral del MERCOSUR (1998) y en la Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea (2000) (OIT, 2004a, p. 3-4).

A educação básica estendida a todos é universalmente valorizada. Não só permite desvendar nos cidadãos aquelas qualificações (vocações naturais) que possibilitem às instituições democráticas funcionarem eficazmente, mas representa um elemento fundamental da aprendizagem permanente, para adaptar o homem às novas tecnologias e levá-lo à empregabilidade:

La educación básica es el elemento primero y fundamental del proceso de aprendizaje permanente, pues es el que inculca las “calificaciones de base” como son la alfabetización, el cálculo elemental, el civismo, las calificaciones sociales, la capacidad de “aprender a aprender” y la disposición para resolver los problemas en colaboración. Tales calificaciones resultan fundamentales para vivir y trabajar en la sociedad actual, adquirir calificaciones superiores (capacidad para recibir formación) y aprovechar las nuevas tecnologías. Es probable que la educación básica, en particular, de las muchachas, tenga importantes repercusiones a efectos de su empleabilidad futura, de su capacidad para obtener ingresos y de su emancipación social (OIT, 2004a, p. 10).

A idéia de qualificação básica²³ para todos é defendida, pela OIT, como uma questão já reconhecida pela comunidade internacional:

Estas calificaciones, que se conocen con los nombres de “capacitaciones clave” (Reino Unido), “calificaciones fundamentales para la capacitación” (Singapur), “calificaciones básicas” (Unión Europea) y “calificaciones esenciales” (Egipto), son las calificaciones distintas de los conocimientos técnicos, de las que todos han de disponer para actuar satisfactoriamente en el trabajo y en la sociedad, dondequiera que trabajen y vivan (OIT, 2004a, p. 10).

Ao converter a prioridade da educação em instrumentalizar as pessoas para que possam criar novas oportunidades de emprego, o objetivo da educação inicial não se limita mais à preparação dos jovens para o ensino superior, mas, antes, busca fixar o “alicerce” de sua empregabilidade, para a transição do ser não preparado para o ser preparado para o mundo do trabalho:

Cada vez más, los niveles inferiores de la educación secundaria forman parte de la educación básica obligatoria, y el objetivo ya no se limita a la preparación de los jóvenes para acceder a la educación superior. Corresponde a la enseñanza básica “garantizar a cada persona el pleno desarrollo de la personalidad humana y de la ciudadanía, así como asentar los cimientos de su empleabilidad”. La formación inicial “mejora la empleabilidad con la adquisición de calificaciones esenciales para el trabajo, conocimientos complementarios y competencias profesionales centradas en la industria que sean transferibles y faciliten la transición al mundo del trabajo”

²³ No documento encontram-se exemplos de conteúdos que podem fazer parte da educação básica: aprender a aprender, alfabetização, cálculo elementar, capacidade para resolver problemas, capacidade de comunicar-se oralmente, criatividade, capacidade de trabalhar em equipe, capacidade de negociação, capacidade de buscar emprego, eficácia organizativa, capacidade de liderança, de reconhecer e avaliar as oportunidades de emprego, familiarizar-se com a Internet. Eis um dos exemplos citado: “En Singapur, por ejemplo, estas calificaciones incluyen las calificaciones para el aprendizaje (aprender a aprender), la alfabetización y el cálculo elemental (leer, escribir y calcular), la capacidad de escuchar y de comunicarse oralmente, la aptitud para solucionar los problemas, la creatividad, la eficacia personal (autoestima, fijación de objetivos y motivación, calificaciones para el desarrollo personal y de la carrera), la eficacia de grupo (interpersonal, trabajo en equipo y capacidad de negociación), la eficacia organizativa y la capacidad de liderazgo. También puede considerarse que las capacitaciones esenciales en el trabajo incluyen además las que podrían denominarse “calificaciones de navegación”. Entre éstas figuran la capacidad de buscar empleo, la de presentarse a posibles empleadores, la de definir las propias opciones y oportunidades de carrera y la de reconocer y evaluar las oportunidades de empleo, educación y formación; también se incluye el estar familiarizado con la Internet, ya que son muchos (y serán cada vez más) los empleos, oportunidades de carrera y servicios de orientación a los que se puede acceder en conexión directa” (OIT, 2004a, p. 11).

(Conclusiones sobre la formación y el desarrollo de recursos humanos, párrafo 5) (OIT, 2003a, p. 1).

Uma questão que fica marcada nesse entendimento é que, independentemente da resposta que se dê a pergunta “o que você quer ser quando crescer?”, a questão que deve ficar, segundo a OIT, “cimentada” para a maioria da população, é que os trabalhadores devem querer, para si, ser bons trabalhadores; porque encontrar trabalho, ser um trabalhador, significa afirmar-se como pessoa no reino da liberdade e tornar-se cidadão²⁴. Ainda, nessa perspectiva, defende a OIT:

El desarrollo de las calificaciones, apoyado por otras medidas económicas y sociales, reforzará su empleabilidad, les ayudará a desarrollar actividades productivas y generadoras de ingresos (ya sea mediante un empleo asalariado, ya por medio de un empleo independiente) y fomentará su integración en la corriente principal de la vida económica y social (OIT, 2004a, p. 10).

Nesse percurso do pensamento as organizações internacionais aqui analisadas defendem que, a exemplo da revolução econômica, é preciso fazer a revolução intelectual:

La educación y la formación son instrumentos fundamentales (cuando no el instrumento) para impulsar la empleabilidad, la productividad y la capacidad de obtener ingresos de muchas personas desfavorecidas en el mercado de trabajo, promoviendo así la equidad en los resultados del empleo. La formación y la educación para el empleo pueden contribuir a corregir los desajustes que existen entre las capacitaciones y conocimientos de grandes sectores de la fuerza de trabajo a consecuencia de la importante reestructuración económica que ha tenido lugar especialmente en las economías de transición pero también en muchas economías en desarrollo (OIT, 2004c, p.2).

²⁴ O diretor geral da OIT traduz o significado do emprego para o cidadão: “[...] Cuando estaba organizando la Cumbre Mundial le pregunté a la gente en general: “¿cuáles son sus principales problemas?” La mayoría me contestó: “la pobreza y la exclusión social”. Y cuando les pregunté qué solución veían para ello, me contestaron: “el trabajo, ya sea como empleo independiente, empleo asalariado u otras formas de modos de vida”. En esencia, lo que querían era la dignidad del trabajo. Tenemos que lograr una toma de conciencia de que el trabajo es la base de la dignidad personal y uno de los pilares de la estabilidad de la familia” (SOMÁVIA, 2000, p.1).

Num primeiro momento, na leitura dos documentos analisados, esses documentos parecem inovadores pela defesa do conhecimento; entretanto, submetidos à análise histórica, fica a dúvida quanto a essa inovação quando é entendido o papel que eles cumprem na educação escolar. O conteúdo mais importante passa a ser aquele que possibilite ao indivíduo, sempre como trabalhador, melhor assimilar as mudanças tecnológicas em curso, como também, melhor adaptar-se às mudanças de emprego:

La educación básica proporciona los conocimientos, capacidades y aptitudes esenciales para funcionar eficazmente en la sociedad, razón por cual tiene prioridad en todas partes. Esos atributos incluyen un nivel básico de competencia en esferas generales como expresión oral, conocimientos de computación, aptitud para relacionarse con los demás, y aptitud para resolver problemas, que se pueden aplicar en una amplia gama de medios laborales y permitir a la gente adquirir capacidades y conocimientos propios del empleo en el lugar de trabajo (Becker 1964). Ese nivel básico comprende normalmente alrededor de ocho años de instrucción. De hecho, en muchos países se está combinando la enseñanza secundaria de primer ciclo con la primaria para conformar un período de educación obligatoria conocida como “educación básica” (BIRD, 1995, p.71).

Ao lado dessa idealização de capacidades e aumento da produtividade se expõe a idéia de combate à pobreza, reconhecida pelo diretor geral da Oficina Internacional do Trabalho, que assim descreve a desigualdade: [...] 1.200 millones de personas viven con menos de un dólar por día; 250 millones de niños trabajan; el 20 por ciento de la población mundial consume el 80 por ciento de los recursos del mundo, y más de 1.000 millones de personas están desempleadas o subempleadas.” (SOMÁVIA, 2000, p. 4). Também o BIRD em um recente “Informe sobre o desenvolvimento mundial, 2000/2001” apresenta os seguintes dados:

Nuestro mundo se caracteriza por una gran pobreza en medio de la abundancia. De un total de 6.000 millones de habitantes, 2.800 millones — casi la mitad — viven con menos de US\$2 diarios, y 1.200 millones — una quinta parte — con menos de US\$1 al día; el 44% de este grupo se encuentra en Asia meridional (Gráfico 1). En los países ricos, los niños que no llegan a cumplir cinco años son menos de uno de cada 100, mientras que en los países más pobres una quinta parte de los niños no alcanza esa edad. Asimismo, mientras que en los países ricos menos del 5% de todos los niños menores de

cinco años sufre de malnutrición, en las naciones pobres la proporción es de hasta el 50% (BIRD, 2000, p. 3).

Ou, ainda:

Esta situación de miseria persiste a pesar de que las condiciones humanas han mejorado más en el último siglo que en todo el resto de la historia de la humanidad: la riqueza mundial, los contactos internacionales y la capacidad tecnológica son ahora mayores que nunca. Pero la distribución de esas mejoras ha sido extraordinariamente desigual (BIRD, 2000, p. 3).

O reconhecimento inevitável dessa desigualdade, mas não a sua compreensão histórica, leva diretamente à idéia de governabilidade (poder de classe) com ordem e segurança. Leher (1999) analisa o significado da atuação do BIRD nos sistemas educacionais e defende a tese de que a redefinição da educação proposta por este organismo, voltada aos países periféricos, está situada no bojo das reformas estruturais, e ainda guarda uma “íntima relação com o par governabilidade-segurança”. Segundo Leher (1999, p. 19):

O caráter determinante das ideologias que informam a reforma educacional fica melhor evidenciado quando a investigação apresenta concretamente como as concepções ideológicas se materializam nas instituições. Para compreender as ideologias que transtornam a educação da América Latina, da África e de parte da Ásia, é preciso examinar os encaminhamentos do Banco Mundial, o ministério mundial da educação dos países periféricos. Para tornar pensáveis a instituição e as reformas por ela encaminhadas, a consideração da relação da educação com as doutrinas de segurança é um tema chave. Infelizmente, com a pueril crença no fim das ideologias, esta conexão cada vez é menos considerada no debate educacional.

A OIT, nas suas defesas, segue a trilha do BIRD. Ao fazê-las, levanta um prognóstico: se medidas certas deixarem de ser tomadas para conter o avanço da pobreza, esse estado de injustiça representa, hoje, uma real ameaça à paz e à harmonia universais. O prognóstico pode ser lido no preâmbulo da constituição da OIT : “Considerando que existen condiciones de trabajo que entrañan tal grado de injusticia, miseria y privaciones para gran número de seres humanos,

que el descontento causado constituye una amenaza para la paz y armonía universales; y considerando que es urgente mejorar dichas condiciones [...]” (OIT, 2003b, Preâmbulo).

Neste discurso a melhora das condições dos países pobres aparece sempre dependente de uma luta pela empregabilidade que pressupõe, no mundo tecnológico, a preparação do homem trabalhador para a vida traduzida como liberdade e , de modo bastante vago, conhecimentos:

El motor principal del crecimiento es la acumulación de capital humano, es decir, de conocimientos. Si bien la acumulación de capital humano se produce también en las organizaciones de investigación y en el curso de la producción de bienes y de la participación en el comercio, la producción de conocimientos en las escuelas e instituciones educacionales es lo que interesa para este informe. El rápido desarrollo económico de sociedades enteras no es posible sin una inversión suficiente en la preparación y educación de los muy pobres e de las minorías étnicas. El desarrollo económico no es sostenible si no se hace un esfuerzo concentrado por educar a los pobres (BIRD, 1995, p. xxxii).

Em poucas passagens a defesa do conhecimento é clara como na que segue abaixo:

Es cada vez más evidente que para tener éxito en este nuevo mundo los países deben poner en práctica reformas basadas en el mercado y continuar invirtiendo en conocimientos. La tecnología de la información confiere gran importancia a la educación. Para que los países en desarrollo saquen provecho de la economía basada en los conocimientos, necesitan sistemas de educación que impartan conocimientos tecnológicos a la gente y la haga receptiva a las innovaciones. Al mismo tiempo, la tecnología ofrece a los países oportunidades de producir trabajadores adaptables (BIRD, 1995, p. xxxii).

Educar os países ricos, ou melhor, incluí-los como seres de direito e como trabalhadores adaptados à sociedade, torna-se uma questão de ordem na contemporaneidade para o pensamento dominante:

La educación es un importante instrumento de promoción del crecimiento económico y de reducción de la pobreza. Es el elemento fundamental de la estrategia aplicada por el Banco Mundial para reducir la pobreza mediante:

a) una mayor utilización productiva del trabajo, que es el bien principal de los pobres, y b) la prestación de servicios sociales básicos a los pobres (BIRD, 1995, p. xiv).

Os professores dessas novas exigências educacionais, propagadas como uma verdade a ser seguida pelo mundo todo, formatando um pensamento único e inquestionável em sua defesa, são, de maneira especial, os dois organismos aqui estudados. Na verdade, um discurso não só que divide o mundo em países portadores de capital e países portadores de trabalho, mas que vê os primeiros como aqueles capazes de ajudar os segundos. A defesa de uma dada educação para a empregabilidade faz parte desta ajuda e marca a relação dos países pobres com os países ricos.

6. EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DE CONHECIMENTO: A CIÊNCIA BURGUESA REDUZIDA À DIDÁTICA

Como pensamento único, as propostas educacionais do BIRD e da OIT impõem-se repetitivas e dominam os princípios e métodos de educação e instrução da atualidade. Pedagogicamente, o encaminhamento diz respeito ao uso da tecnologia da comunicação e informação como um poderoso recurso didático²⁵ no cumprimento das entendidas necessárias tarefas que devem cumprir a educação. Nessa direção, a tecnologia da informação passa a conferir grande importância à democratização da educação. Defende-se que a educação transponha os muros da sala de aula e do professor presente. A tecnologia, assim entendida, visa à possibilidade de formação de trabalhadores para o futuro e aprovar e defender a democracia durante toda a vida. As formas da educação no processo de sua democratização romperiam com os alicerces da escola até então constituída para tomar a forma de instrução por rádio e Internet. Fatores econômicos e fatores de qualidade se confundem nessa alegação. Sem um discurso fundamentado, passam a existir palavras de ordem: redução de custos com a educação, aumento do acesso, eficiência e qualidade. O que estará o BIRD a entender por eficiência e qualidade? Mediante o cotejamento com outras citações do BIRD pode-se dizer que nesse discurso a eficiência e a qualidade estão intimamente relacionadas com a produtividade:

La instrucción por radio y la simulación por computadora son sólo dos de las formas en que puede utilizar la tecnología para preparar a los trabajadores para el mundo del mañana y apoyar el proceso de educación durante toda la vida. Muchos de esos métodos se pueden utilizar para reducir los costos unitarios de la educación, y a la vez aumentar el acceso, la eficiencia y la calidad (BIRD, 1995, p. xxxii).

²⁵ No documento do Banco: “Prioridades y estrategias para la educación” assim são classificados os instrumentos didáticos: “Instrumentos y tecnología: materiales de enseñanza. Los materiales de enseñanza comprenden toda a variedad de instrumentos didáticos, desde a tiza hasta la computadoras” (BIRD, 1995, p. 60).

Ao explicar o desenvolvimento da ciência aplicada à máquina como tecnologia de comunicação e informação, a OIT quer na escola²⁶; e esse desenvolvimento, que contribuiu para que os clássicos do marxismo entendessem a transformação social como necessidade histórica no século XIX, passa a ser defendido como criação de condição para a ordenação de recursos didáticos e melhoramento do processo ensino-aprendizagem. O Diretor da OIT afirma que este é o maior desafio da instituição: aproveitar o potencial da economia do saber para eliminar a pobreza. Para isso, ensina ao mundo que é preciso novas políticas públicas para assegurar que as escolas e as comunidades tenham acesso à Internet, já que a tecnologia, nesse entendimento, pode contribuir para melhorar a vida dos pobres: “[...] mejorando la prestación de los servicios de salud y ayudando a la gente a acceder al conocimiento que necesita para afirmar sus derechos de propiedad” (SOMÁVIA, 2000, p. 7).

A OIT explica a evolução na forma de fazer o trabalho e de adquirir conhecimentos, chamando a atenção para as novas tecnologias da informação e comunicação. Nessa perspectiva, o eixo de compreensão da ciência é sempre, e simplesmente, o de valoração do instrumento pedagógico – a Internet –, um recurso para o trabalhador aprender a ser um novo e bom trabalhador. A Internet aumentaria as oportunidades de trabalho na sociedade:

Las modernas tecnologías de la información y la comunicación (TIC), y en particular las tecnologías que se basan en la Internet, ofrecen grandes oportunidades. Cada vez hay más gente que recurre a las TIC como instrumento de aprendizaje, porque el acceso a ellas se está difundiendo con rapidez en los países de ingresos altos y medios, y en la Internet existen

²⁶ De acordo com Landes (1994) foi em meados do século XIX que se desenvolveu uma estreita aliança entre a ciência e a tecnologia. Uma união que, segundo esse autor, é complexa, não foi consagrada num dado momento do tempo e desenvolveu-se lentamente e de maneira desigual. Um casamento complicado que só foi possível mediante um elo de ligação entre elas: [...] A ligação é fornecida por dois intermediários: a ciência aplicada, que tem por meta o controle, mais do que o saber, e que transforma as descobertas da ciência pura em formas adequadas para o uso prático; e a engenharia, que toma as generalizações da ciência aplicada, juntamente com uma multiplicidade de outras considerações, econômicas, legais e sociais, e extrai os elementos necessários para solucionar um problema técnico específico – seja ele a construção de uma ponte, o projeto de uma fábrica ou a regulação de uma máquina (LANDES, 1994, p. 333).

cursos gratuitos a los que se puede acceder fácilmente. Una encuesta reciente de los trabajadores de las TIC en Viet Nam llegó a la conclusión de que un 70 por ciento de los que tenían calificaciones informáticas, las habían aprendido por CD-ROM o por Internet (OIT, 2004a, p. 4 – 5).

O Diretor Geral da Oficina Internacional do Trabalho vê tanto oportunidades como perigos.

Quanto às primeiras:

El poder de la revolución de la información reside en su capacidad de ofrecer servicios básicos, como son la educación y la formación, de manera más eficiente e innovadora. De hecho, la incapacidad de utilizar estas tecnologías en favor de las poblaciones más pobres ocasiona un costo considerable que no cesa de aumentar. Supone la pérdida de oportunidades económicas y el aumento de las desigualdades en los propios países menos adelantados, puesto que las zonas rurales quedan cada vez más aisladas y rezagadas. La OIT²⁷ y el Banco Mundial, entre otras organizaciones, han hecho un llamamiento para que la comunidad internacional intensifique sus esfuerzos para colmar la brecha informática que amenaza con ahondarse aún más, tanto dentro de los países como entre ellos. La movilización de las tecnologías de la información y de la comunicación en el ámbito de la educación y la formación podría convertirse en uno de los campos más importantes de la cooperación internacional (OIT, 2004d, p. 9).

Em segundo:

El peligro: las nuevas tecnologías ejercen presiones cada vez más fuertes sobre los trabajadores para que trabajen en cualquier parte y en todas partes. Las TIC fragmentan el mercado de trabajo, pueden implicar remuneraciones más bajas y acabar con la seguridad del empleo. Las TIC también pueden llevar al aislamiento y al estrés dado que el trabajo se realiza en horarios y lugares diferentes, y los trabajadores están pegados a la pantalla del computador, sobrecargados con información y exigencias (SOMÁVIA, 2000, p.3.).

A OIT, com ênfase nas chamadas questões positivas, defende que pelo uso da Internet se alcança um melhor acesso ao conhecimento direcionado à profissionalização do trabalhador.

O argumento de órgãos que hoje dominam o discurso sobre a escola volta-se para a

²⁷ http://www.ilo.org./public/spanish/employment/skills/recomm/report/ch_s_end.htm#2

necessidade de se assegurar – inclusive por meio do Estado – às escolas e comunidades o acesso à Internet, uma vez que essa é entendida como um recurso importante para a educação planejada:

[...] El programa del Centro Internacional de Formación de la OIT (Centro de Turín) sobre educación a Distancia y Tecnología de la Formación (DELTA) proporciona asistencia técnica y cursos de formación para docentes sobre la educación a distancia y la utilización de las TIC y los multimedia en la educación y la formación. En América Latina, el BIB ha brindado apoyo a la utilización de métodos de formación basados en la correspondencia, la televisión, la radio e Internet. El Banco Mundial financia la Universidad Virtual Africana (AVU), que imparte programas científicos y técnicos (formaciones no universitarias) utilizando la televisión e Internet en colaboración con universidades e institutos de 15 países. Sin embargo, la interactividad sigue siendo el punto débil de la AVU, dado que los usuarios africanos están conectados únicamente con instituciones de países desarrollados, mientras que no hay conexión entre los países africanos participantes. La Iniciativa de creación de redes de enseñanza para los docentes africanos, creada por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), estimula a las instituciones educativas a convertirse en centros de formación y aprendizaje para sus comunidades. Es muy probable que se multipliquen en el futuro las actuales iniciativas bilaterales cuya finalidad es colmar la “brecha informática” como, por ejemplo, la iniciativa “Imfundo”, financiada por el Reino Unido, una asociación entre el sector público y el privado que se propone extender el uso de las TIC en la formación de los docentes y la educación en África.” (OIT, 2004d, p. 9).

O BIRD e a OIT ressaltam o uso da tecnologia tanto como um melhor meio de oferecimento de serviços como, na esfera escolar, um recurso didático a serviço do treinamento dos homens, inclusive com a perspectiva de redução dos custos. O espaço escolar é ocupado com o desafio de dotar o indivíduo de novos conhecimentos para o trabalho, que nada mais são que a própria necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumento de trabalho, traduzida pelo BIRD como conhecimentos tecnológicos:

Es cada vez más evidente que tener éxito en este nuevo mundo los países deben poner en práctica reformas basadas en el mercado y continuar invirtiendo en conocimientos. La tecnología de la información confiere gran importancia a la educación. Para que los países en desarrollo saquen provecho de la economía basada en los conocimientos, necesitan sistemas de

educación que impartan conocimientos tecnológicos a la gente y la haga receptiva a las innovaciones (BIRD, 1995p. xxxii).

A OIT vê os trabalhadores como polivalentes: “[...] la economía del saber está ampliando y perfeccionando las calificaciones. La mayoría de las empresas que utilizan las TIC de manera intensiva necesitan trabajadores polivalentes” (SOMÁVIA, 2000, p. 2). Se a apologia à máquina se ressalta pela capacidade de dotar o homem daquelas capacidades essenciais para trabalhar junto aos novos instrumentos de trabalho, cumpre não se perder de vista que é cada vez menor o número de trabalhadores nas fábricas automatizadas. Landes, em sua conhecida obra “Prometeu desacorrentado”, afirma que o virtuosismo do trabalhador é incompatível com o princípio fundamental da tecnologia industrial:

[...] Avaliado pelos modernos métodos de tempo e movimento, o trabalho especializado tendia a ser menos eficiente do que o trabalho semi-especializado ou não especializado, feito sob supervisão direta; e isso era perfeitamente esperável, pois o operário especializado estabelecia seu próprio ritmo, em vez de se ajustar ao da máquina. Além disso, esses mestres artesãos eram orgulhosos, melindrosos e, em geral, bem organizados. Seus interesses adquiridos no *status quo* eram um obstáculo à inovação, ainda mais que sua habilidade e virtuosismo eram incompatíveis com o princípio fundamental da tecnologia industrial – a substituição do toque e do esforço humanos pela exatidão e a infatigabilidade de inanimados (LANDES, 1994, p. 316).

Excetuando um pequeno grupo de trabalhadores de alto nível, os demais, a grande maioria, têm sua função restrita ao ato de vigiar a máquina, tal como fora descrito por Marx, ao dizer que o virtuosismo, na grande indústria, está na máquina, e não no homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação no presente estudo não se limitou a tentar contribuir para aumentar a literatura sobre a história da escola. Ao contrário, debruçou-se sobre o discurso da defesa escolar para compreendê-la no conjunto da sociedade e, nesse sentido, colocou-se compromisso com a transformação social, compreendida como a própria história na qual a escola aparece como uma de suas manifestações. É dessa forma que, por meio da análise do pensamento do BIRD e da OIT, a pesquisa se inclui no debate sobre a instituição escolar afirmando sempre a necessidade de explicá-la na sua significação real. Enfim, compreender suas possibilidades e limites como instrumento de transformação social.

Antes de qualquer coisa é preciso dizer que, de um modo geral, o pensamento educacional posto para estudo não se expõe como um pensamento unitário, compacto, como se procura apresentar. Na realidade é um discurso cheio de ambigüidades e de paradoxos. É preciso, então, compreendê-lo como uma singularidade remetida a uma totalidade histórica, não ficando na sua análise preso a um ou outro de seus aspectos. Nesse legado intelectual é possível encontrar nas proposições de defesa da educação afirmações bastante diversas quando se desconecta do conjunto produzido pelos organismos internacionais em que os mesmos formulam a luta que se procura travar. Nesse limite, a coisa não foi fácil. A todo o momento lembrava quanto, por exemplo, Locke, Descartes demoraram a ordenar algumas de suas principais obras. Entender e defender uma realidade que se ordenava como algo novo era o propósito desses autores. Hoje, na pós-graduação, terminar a pesquisa num tempo dado, cumprindo os prazos oficiais, vem ganhando foros da direção principal.

Assim, no percurso de dois anos, a presente pesquisa foi abordada de modo fundamental sob os ângulos da história e da filosofia e as reflexões foram aglutinadas em duas partes que se articulam. Na delimitação do problema pretendia ir ao ponto central: a questão do trabalho. É nesse sentido que aparece, hoje, no texto final, aquilo que se chamou de primeira parte. Preocupou-se, ali, com a compreensão da transformação prática do trabalho como produção social e sua representação na cabeça dos homens. É dessa forma, por exemplo, que se foi ao pensamento de Locke para compreender a explicação filosófica de um momento de passagem de uma forma de vida para outra forma de vida. No processo de gestação da nova ordem social – a produção regida pelo capital – o filósofo inglês defendeu, de forma admirável, uma luta contra a Igreja, que a existência humana, no seu devir, derivava, antes de qualquer coisa, da própria atividade produtiva, ou seja, do trabalho. Assim ele defendeu que não era pelo nascimento que os indivíduos teriam direito aos bens. Os mesmos foram explicados como produto da atividade humana. Na valorização da ação individual Locke trouxe a explicação do trabalho para o plano humano: o trabalho perdeu seu caráter divino (castigo) e assumiu um caráter terreno (fonte objetiva da vida melhorada).

No século XVIII autores como Adam Smith e Mandeville já podiam registrar a divisão social do trabalho inerente à produção social burguesa. A filosofia e a economia política apresentavam ao mundo a sociedade na sua polaridade. Existia nesse século todo um esforço dos homens para dar conta da produção burguesa naquilo que ela é. Os dois autores citados são, nesse sentido, mais científicos que Stuart Mill, economista do século XIX, que dogmatizou a propriedade como fundamento do trabalho vivo e defendeu o cooperativismo como a forma da classe trabalhadora poder entrar no mercado sob o fetiche do empreendedorismo e de um eterno progresso.

No caminhar do estudo percebeu-se que a explicação do trabalho se apresenta de forma dominante, na atualidade, à cabeça dos homens pelos caminhos traçados por autores como Stuart Mill. Um pensamento com fortes tendências conservadoras. Quando a discussão do trabalho se impõe à escola lá estão as defesas de Stuart Mill; as idéias do autor, à moda de uma força suprema, se expõem ordenadas no pensamento de representantes do mesmo em juízos e diretrizes emanados sobretudo de documentos da OIT e do BIRD, corporações de grande porte na representação do poder burguês que se estabelece do chamado primeiro mundo para o resto como globalização. O Estudo de documentos desses organismos deu origem à segunda parte da pesquisa.

A perspectiva crítica assumida possibilitou, em primeiro lugar, a compreensão de que a política do BIRD e da OIT não pode ser enquadrada na luta pela superação das relações sociais de produção capitalista. Se por um lado esses organismos se impõem de forma clara a favor da ordem social, politicamente, apenas como figura de linguagem eles apresentam ideais igualitários, quando defendem a educação como meio, por excelência, da formatação da chamada “sociedade do conhecimento”. O grande argumento em favor do saber para a classe trabalhadora não é um real compromisso com a existência humana, mas, com reformas na escola objetivando uma (re)qualificação da classe trabalhadora para um suposto melhoramento no exercício do trabalhador na divisão social que aponta para a contradição capital-trabalho.

Se hoje a falta de trabalho vivo e a marca crescente da desigualdade social se mostram como fenômenos dominantes abrindo toda uma tentativa de análise da sociedade, numa apreensão precipitada até pode parecer haver aí um avanço. Na verdade, o retrocesso se estabelece à

cabeça dos homens na forma da luta para resolver estes fenômenos inerentes à sociedade vigente:

- em lugar de luta de classes fala-se em aumento de empregos e em progresso com “dependências recíprocas”;
- na abstração do trabalho produtor de mais-valor fala-se em trabalho produtor de emprego, produtor de valor de uso e produtor de felicidade;
- no processo de naturalização da essência humana, traduzida por este prisma, prioriza-se o homem trabalhador em detrimento da unidade de contrários que move as classes sociais, que move o desenvolvimento das forças produtivas;
- confunde-se conhecimento (atividade reflexiva) com aperfeiçoamento técnico do trabalho (operar máquinas, lidar com a Internet).

Neste processo, as contradições próprias à essência do capital – maximização da riqueza privada, desenvolvimento absoluto das forças produtivas – não ficam compreendidas. A questão do desenvolvimento desigual e dominado pelos países do primeiro mundo passa então a ser atribuída à incapacidade de um povo, à falta de recursos humanos qualificados para o trabalho. No plano da racionalidade são as categorias da contradição e da totalidade que se impõem negadas como categorias de análise. Enfim, a centralidade da defesa do atraso recai ainda no indivíduo. Parece derivar deste limite teórico a luta presente e enfática da classe trabalhadora ao conhecimento sobre o trabalho compreendido como direito do homem e dever da escola. (Re)qualificar os conhecimentos técnicos do trabalhador passa a ser uma palavra de ordem.

Não se está a tratar aqui de um erro ou de uma falta de conhecimento que o BIRD e a OIT possam apresentar na defesa da educação escolar. A questão é que a ideologia do direito ao

trabalho, do direito à felicidade, da defesa ao desenvolvimento eterno para um futuro sem data marcada apontam para o irracionalismo traduzindo o limite da consciência burguesa nesta fase da sua existência e a própria crise dessa consciência que, na sua gênese, lutou contra velhos paradigmas para que a história pudesse avançar.

Uma das dificuldades de superar essa leitura no interior da escola reside no fato de que os documentos desses organismos internacionais se impõem como verdade e, nesse sentido, como algo a ser seguido pelos professores. Ao fazê-lo nesta forma, o BIRD e a OIT, através de seus documentos delimitam novas funções para o Estado e para a escola na perspectiva de um propagado desenvolvimento global e ininterrupto do capitalismo como ordenação social. A idéia de crise, um dos baluartes do método marxiano – na teoria da história – fica inexoravelmente à morte, dando lugar à velha idéia de progresso infinito, à velha idéia de felicidade, ao pensamento de Stuart Mill. Uma questão que deve ser entendida pelos educadores quando a palavra de ordem é o conhecimento. Pior ainda, quando o conhecimento imposto pelos países dominantes não é liberado à reflexão em países dominados.

Tomando distância dessa tendência que na atualidade se impôs de forma marcante no discurso educacional entende-se que o conhecimento compreendido como o esforço para sistematizar de forma reflexiva a prática social nada mais é que a necessidade de compreendê-la nas suas múltiplas relações enquanto condição para encaminhar soluções mais conseqüentes aos problemas que nela se manifestam. É o que explicou Marx, em 1873, ao descrever seu próprio processo de estudo:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de

mistificação, há quase 30 anos, quando estava em plena moda [...] (MARX, 2001, p. 28).

Não existe para a teoria marxiana um modo espiritual à parte do mundo material. Tal perspectiva descarta, de forma definitiva, qualquer possibilidade de um pensamento único numa sociedade de classes; descarta, igualmente, não só a neutralidade como método de análise, mas, também, a idéia de um capitalismo “humanizado” e/ou distributivo. Marx, ao demonstrar que existe uma conexão necessária ou lógica entre os diversos componentes do conjunto da sociedade, a chamada unidade dos contrários, dedicou grande parte de seus escritos à explicação de que já no século XIX, período em que escreveu, não era mais possível, no terreno da ciência da história, uma ruptura entre o espírito e a matéria, entre a teoria e a prática, porque, com o desenvolvimento das forças produtivas objetivado pela ciência burguesa, a materialidade da vida econômica torna-se compreendida, nas suas múltiplas relações, pelo pensamento. Não foi outro o entendimento de Marx e Engels quando escreveram nas teses sobre Feuerbach (tese oito): “Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis” (MARX; ENGELS, 1998, p. 100). Ou ainda na tese dez: “O ponto de vista do velho materialismo antigo é a sociedade “*civil*”. O ponto de vista do novo materialismo é a sociedade *humana*, ou a humanidade social” (MARX; ENGELS, 1998, p.103)

No século XXI os organismos internacionais, aqui estudados, dentre outros, se fecham – tomando ainda emprestadas as palavras de Max e Engels – no “materialismo antigo” e, nesse sentido, carregam a mesma preocupação que os faz não abandonar a ordem social como uma das questões fundamentais para o ponto de chegada almejado: a sociedade “civil”. A defesa do direito ao conhecimento nesse encaminhamento se refere sempre a um conhecimento técnico sobre o trabalho, o que naturaliza a classe trabalhadora sempre como tal, buscando

apenas (re)qualificá-la para o trabalho já subordinado à máquina. É nesse limite teórico que a defesa do emprego é plausível, impondo-se como um dos pontos de partida – e de chegada – da concepção da história abraçada pelo BIRD e pela OIT. Pedagogicamente fica a mensagem de que os pobres não precisam pensar, mas, apenas aprenderem, sempre, a fazer o trabalho técnico que lhes cabem como destino inerente a sua natureza de homem-trabalhador.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo Bispo de Hipona. **A cidade de Deus**. Parte II. Tradução P. Antonio C. Charbel, S. D. B. São Paulo: Imprimatur, 1964.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. Introdução Ivan Lins. São Paulo: Editora Tecnoprint, s/d.

BANCO MUNDIAL (BIRD). **Informe sobre el desarrollo mundial, 2000/2001**. Versión resumida. Washington, 2000. Disponível em:
<<http://www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/spoverv.pdf>>. Acesso em: 14. abr. 2004.

BANCO MUNDIAL (BIRD). **Prioridades y estrategias para la educación**: estudio sectorial del Banco Mundial. Versión Preliminar. Washington, D.C., 1995.

BANCO MUNDIAL (BIRD). **Qué es el Banco Mundial**. Disponível em:
<<http://www.bancomundial.org/banco.html>>. Acesso em: 23. abr. 2004.

BELLUZZO, Gonzaga de M. Prefácio. In: OLIVEIRA, Eduardo de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Orgs.). **Crise e trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

BÍBLIA Sagrada: antigo e novo testamento. Tradução João Ferreira de Almeida. Edição Revista e atualizada no Brasil. Sociedade Bíblica do Brasil. Brasília – DF, 1967.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos Temas Transversais e Ética** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b

CAETANO, José Roberto. A Guerra do Emprego. **Exame**, ano 38, n. 4, p. 16-17, fev. 2004.

CHAIM, Célia. Na Roda Viva: a cada dia útil 210 milhões de latino-americanos andam em busca de emprego. **ISTOÉ**, n. 1778, p. 82-83, out. 2003.

COGGIOLA, Osvaldo, KATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

COM DIPLOMA e sem Emprego. **ÉPOCA**, 281. ed.. p. 53-55, out. 2003.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). **Mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2004.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1986.

ENGELS, Friedrich. **Economia política**. Tradução Regina Guimarães. Coleção substância, Edições Rés Limitada, s/d.

FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1983.

HILL, Christopher. **A Revolução de 1640**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

HOBBSAWM, Eric J.. **O novo século: entrevista a Antonio Polito**. Tradução Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LANDES, David. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEHER, Roberto. Um novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro – Revista dos estudos socialistas**, n. 3, 1999.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. Tradução Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MANDEVILLE, Bernard de. **La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad publica**. Tradução José Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura, 1982.

MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la critica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. México: Siglo Veintiuno Editores, v. 1 y 2, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 1, v. 1, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução Jacob Gorender. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1963

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, v. 1, s/d.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Tradução e prefácio Orlando Vitorino. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política**: com algumas de suas aplicações à filosofia social. Introdução W. J. Ashley. Apresentação Raul Ekerman. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, v. 1 e 2, 1983.

NETTO, José Paulo. Prólogo à Edição Brasileira. In: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1986.

OFICINA INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Tendências mundiales del empleo**. Primera edición enero 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Aprender y formarse para trabajar en la sociedad del conocimiento**. Sector de Empleo. Revisión de la Recomendación sobre desarrollo de los recursos humanos. Capítulo III. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/employment/skills/recomm/report/ch_1.htm>. Acesso em: 9 mar. 2003a.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Aprender y formarse para trabajar en la sociedad del conocimiento**. Sector de Empleo. Revisión de la Recomendación sobre desarrollo de los recursos humanos. Capítulo I. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/employment/skills/recomm/report/ch_1.htm>. Acesso em: 9 mar. 2004a.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Aprender y formarse para trabajar en la sociedad del conocimiento**. Sector de Empleo. Revisión de la Recomendación sobre desarrollo de los recursos humanos. Capítulo II. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/employment/skills/recomm/report/ch_2.htm>. Acesso em: 9 mar. 2004b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Aprender y formarse para trabajar en la sociedad del conocimiento**. Sector de Empleo. Revisión de la Recomendación

sobre desarrollo de los recursos humanos. Capítulo IV. Disponível em:

<http://www.ilo.org/public/spanish/employment/skills/recomm/report/ch_4.htm>. Acesso em: 9 mar. 2004c.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Aprender y formarse para trabajar en la sociedad del conocimiento**. Sector de Empleo. Revisión de la Recomendación sobre desarrollo de los recursos humanos. Capítulo V. Disponível em:

<http://www.ilo.org/public/spanish/employment/skills/recomm/report/ch_5.htm>. Acesso em: 9 mar. 2004d.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Comunicados de prensa** - Jueves 22 de enero de 2004 (OIT/04/01). El desempleo se mantuvo en niveles históricos en 2003 Sin embargo el informe anual sobre empleo de la OIT revela síntomas de recuperación. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/index.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2004e.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Constitución de la OIT**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/>> Acesso em: 29 set. 2003b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Historia de la OIT**.

Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/about/history.htm>>. Acesso em: 29 set. 2003c.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Organizarse em Pos de la Justicia Social**: informe global com arreglo al seguimiento de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo. Conferência Internacional Del Trabajo 92ª reunión 2004. Informe I (B). Oficina Internacional Del Trabajo, Ginebra. Disponível em:

http://www.ilo.org/dyn/declaris/declarationweb.download_blob?var_documentid=2518>. Acesso em: 20 maio 2004f.

OS SAMURAI sem Patrão. **Veja**, ano 36, n. 41, p. 58-59, out. 2003.

PINHEIRO, Daniela. A Velha fábrica Vira Pó. **Veja**, ano 83, n. 10, p. 90-93, mar. 2000.

POCHMANN, Marcio. **E-trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da filosofia**: antiguidade e Idade Média. São Paulo: PAULUS, 1990. (Coleção Filosofia)

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. Tradução Rute Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 2004.

RODRIGUES, Lino. Um Freio na Crise: governo cria fórum de competitividade para discutir o futuro da indústria automobilística e desencilhar estoques. **ISTOÉ**, n. 1765, p. 67-69, jul. 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOMAVIA, Juan. **La economia del saber y el futuro del trabajo**. Discurso pronunciado por Director General de la Oficina Internacional del Trabajo ante el foro sobre el estado del mundo. Nueva York, 7 septiembre 2000. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/dgo/speeches/somavia/2000/nysep.htm>>. Acesso em: 06 out. 2003.

SUPEK, Rudi. Apresentação. In: MARX, Karl. **Fundamentos da crítica da economia política (Grundrisse)**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

TULLIO, Guaraciaba Aparecida. **Afinal, Proudhon venceu?** São Paulo: Editora UNIMEP, 1989.

VIDÃO em Perigo. **Veja**, ano 36, n. 42, p. 63, out. 2003.

VOLTAIRE, François Marie Arout de. **Dicionário filosófico**. Seleção de textos Marilena de Souza Chauí. Tradução Marilena de Souza Chauí et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

WEINBERG, Mônica e BRASIL, Sandra. O desafio de arranjar emprego. **Veja**, ano 36, nº 50, p. 168-179, dez. 2003.

ANEXO I**DECLARACIÓN RELATIVA A LOS FINES Y OBJETIVOS DE LA ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO**

La Conferencia General de la Organización Internacional del Trabajo, congregada en Filadelfia en su vigésima sexta reunión, adopta, el día diez de mayo de 1944, la presente Declaración de los fines y objetivos de la Organización Internacional del Trabajo y de los principios que debieran inspirar la política de sus Miembros.

I

La Conferencia reafirma los principios fundamentales sobre los cuales está basada la Organización y, en especial, los siguientes:

- a) el trabajo no es una mercancía;
- b) la libertad de expresión y de asociación es esencial para el progreso constante;
- c) la pobreza, en cualquier lugar, constituye un peligro para la prosperidad de todos;
- d) la lucha contra la necesidad debe proseguirse con incesante energía dentro de cada nación y mediante un esfuerzo internacional continuo y concertado, en el cual los representantes de los trabajadores y de los empleadores, colaborando en un pie de igualdad con los representantes de los gobiernos, participen en discusiones libres y en decisiones de carácter democrático, a fin de promover el bienestar común.

II

La Conferencia, convencida de que la experiencia ha demostrado plenamente cuán

verídica es la declaración contenida en la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo, según la cual la paz permanente sólo puede basarse en la justicia social afirma que:

- a) todos los seres humanos, sin distinción de raza, credo o sexo tienen derecho a perseguir su bienestar material y su desarrollo espiritual en condiciones de libertad y dignidad, de seguridad económica y en igualdad de oportunidades;
- b) el logro de las condiciones que permitan llegar a este resultado debe constituir el propósito central de la política nacional e internacional;
- c) cualquier política y medida de índole nacional e internacional, particularmente de carácter económico y financiero, deben juzgarse desde este punto de vista y aceptarse solamente cuando favorezcan, y no entorpezcan, el cumplimiento de este objetivo fundamental;
- d) incumbe a la Organización Internacional del Trabajo examinar y considerar, teniendo en cuenta este objetivo fundamental, cualquier programa o medida internacional de carácter económico y financiero; y
- e) al cumplir las tareas que se le confíen, la Organización Internacional del Trabajo, después de tener en cuenta todos los factores económicos y financieros pertinentes, puede incluir, en sus decisiones y recomendaciones, cualquier disposición que considere apropiada.

III

La Conferencia reconoce la obligación solemne de la Organización Internacional del Trabajo de fomentar, entre todas las naciones del mundo, programas que permitan:

- a) lograr el pleno empleo y la elevación del nivel de vida;

- b) emplear trabajadores en ocupaciones en que puedan tener la satisfacción de utilizar en la mejor forma posible sus habilidades y conocimientos y de contribuir al máximo al bienestar común;
- c) conceder, como medio para lograr este fin y con garantías adecuadas para todos los interesados, oportunidades de formación profesional y medios para el traslado de trabajadores, incluidas las migraciones de mano de obra y de colonos;
- d) adoptar, en materia de salarios y ganancias y de horas y otras condiciones de trabajo, medidas destinadas a garantizar a todos una justa distribución de los frutos del progreso y un salario mínimo vital para todos los que tengan empleo y necesiten esta clase de protección;
- e) lograr el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva, la cooperación de empleadores y de trabajadores para mejorar continuamente la eficiencia en la producción, y la colaboración de trabajadores y empleadores en la preparación y aplicación de medidas sociales y económicas;
- f) extender las medidas de seguridad social para garantizar ingresos básicos a quienes los necesiten y prestar asistencia médica completa;
- g) proteger adecuadamente la vida y la salud de los trabajadores en todas las ocupaciones;
- h) proteger a la infancia y a la maternidad;
- i) suministrar alimentos, vivienda y medios de recreo y cultura adecuados;
- j) garantizar iguales oportunidades educativas y profesionales.

IV

La Conferencia, convencida de que la utilización más completa y amplia de los recursos productivos del mundo, necesaria para el cumplimiento de los objetivos enunciados en esta Declaración, puede obtenerse mediante una acción eficaz en el ámbito internacional y nacional, que incluya medidas para aumentar la producción y el consumo, evitar fluctuaciones económicas graves, realizar el progreso económico y social de las regiones menos desarrolladas asegurar mayor estabilidad de los precios mundiales de materias primas y productos alimenticios básicos y fomentar un comercio internacional de considerable y constante volumen, ofrece la entera colaboración de la Organización Internacional del Trabajo a todos los organismos internacionales a los que pudiere confiarse parte de la responsabilidad en esta gran tarea, así como en el mejoramiento de la salud, de la educación y del bienestar de todos los pueblos.

V

La Conferencia afirma que los principios enunciados en esta Declaración son plenamente aplicables a todos los pueblos, y que si bien en las modalidades de su aplicación hay que tener debidamente en cuenta el grado de desarrollo social y económico de cada pueblo su aplicación progresiva a los pueblos que todavía son dependientes y a los que ya han llegado a gobernarse por si mismos interesa a todo el mundo civilizado.



El Presidente Roosevelt recibe a una delegación de la Conferencia Internacional del Trabajo, al término de la Conferencia de Filadelfia, 1944

ANEXO II

Tecnologia



4. À esquerda.
 “Mecanização - a substituição dos homens na colheita de cana será gradativa”.

HELENA, Letícia. Doce da Amazônia. **ISTOÉ**, ago. 2000. 1 fotografia da colheita mecanizada. Disponível em: <

<http://www.terra.com.br/istoe/>>. Acesso em: 17 fev. 2005.

5. Abaixo. A moderna fábrica da montadora de automóveis no Paraná.
 PINHEIRO, Daniela. A velha fábrica vira pó: a Volkswagen anuncia uma reforma geral em sua maior unidade para enterrar conceitos usados por 40 anos. **Veja**, ano 33, n. 10, p. 90-93, mar. 2000. 1 fotografia.



6. Abaixo. “Componentes eletrônicos mais baratos dão impulso às pesquisas robóticas e ajudam a criar o futuro”.

BARBOSA, Bia. Robo Sapiens: uma nova geração de máquinas espertas. **Veja**, ano 33, n. 43, p.86-89, out. 2000. 1 fotografia.



Desemprego



7. Acima. Multidão que tentava se inscrever para trabalhar como gari no Rio de Janeiro. CHAIM, Célia; MELO, Liana. Colaboração de João Paulo Nucci. Queremos emprego: a praga da desocupação se alastra como nunca e engaveta os sonhos de uma geração inteira de profissionais brasileiros. **ISTOÉ**, edição 1762, p. 56-61, jul. 2003. 1 fotografia.



8. À esquerda. Desempregado em São Paulo: maioria tem qualificação e curso superior. MAGELLA, Geraldo. Cadê o meu emprego? **ISTOÉ**, mar. 2004. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/>>. Acesso em: 17 fev. 2005.

BRASIL.com

Você está em: **Economia**

28 de fevereiro, 2003 - Publicado às 10h21 GMT

Desemprego no Japão volta a bater recorde



Janeiro foi o 40º mês de deflação

O desemprego no Japão voltou a atingir níveis recordes, e a economia do país está dando poucos sinais de retomada do crescimento.

A taxa de desemprego chegou a 5,5% em janeiro, comparada à de 5,3% registrada em dezembro. Já a produção industrial deu os primeiros sinais positivos e cresceu 1,5% no mês, mas o resultado veio depois de quatro meses de declínio.

As condições de mercado de trabalho

9. À esquerda. Desemprego no Japão volta a bater recorde. **DESEMPREGO** no Japão volta a bater recorde. **BBC Brasil**, fev. 2003. 1 fotografia. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/030228_japaomla.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2004.

10. Abaixo. Crescimento não está criando novos postos de trabalho. **STEFANO, Fabiane; MENDES, Renato**. Onde Estão os Empregos? Acendeu o alarme. A retomada do crescimento não está criando novos postos de trabalho. **ISTOÉ**, nov. 2003. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/>>. Acesso em: 18 fev. 2005.

ECONOMIA Quarta-feira, 05 de Novembro de 2003

ONDE ESTÃO OS EMPREGOS?
Acendeu o alarme. A retomada do crescimento não está criando novos postos de trabalho

 [Clique aqui para comentar esta reportagem](#)

Fabiane Stefano e Renato Mendes

Existe crescimento econômico sem empregos? Na terça-feira passada, quando a Fiesp divulgou suas estatísticas mensais de atividade industrial, a questão subitamente tornou-se pertinente. Os dados da federação das indústrias de São Paulo mostram um salto de 6% na produção de setembro, o melhor desempenho para um mês de setembro desde 1994, quando se implantou o Real. Esses números estão perfeitamente encaixados no roteiro econômico traçado para 2003: houve redução de 7.5 pontos percentuais nos juros desde o início do ano.



Em um ano perdeu-se 1 milhão de empregos. Muitos podem não voltar

11. Abaixo. Manobras para redução do desemprego. “A redução da jornada de trabalho na França para 35 horas semanais é a iniciativa mais divulgada e emblemática adotada no país para combater o desemprego”.

FERNANDES, Daniela. Redução de Jornada Ainda Provoca Controvérsias na França. **BBC Brasil**, abr. 2004. 1 fotografia. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/04/040428_desempfrancadf.shtml>.

Acesso em: 18 fev. 2005.

Atualizado às: 28 de abril, 2004 - 20h15 GMT (17h15 Brasília)

Envie por e-mail Versão para impressão

Redução de jornada ainda provoca controvérsias na França

Daniela Fernandes
de Paris

A redução da jornada de trabalho na França para 35 horas semanais é a iniciativa mais divulgada e emblemática adotada no país para combater o desemprego.



Na França, desemprego voltou a subir

Uma pesquisa do Ministério do Trabalho revelou que 66% dos franceses aprovam a lei, mas o seu impacto ainda não está claro, e a medida causa controvérsia no país.

Ela foi implementada pelo governo anterior, socialista, que declara que a medida permitiu a criação de 200 mil empregos.

O atual governo, de direita, já questionou a redução da jornada, mas prometeu “não fazer nenhuma nova mudança no curto prazo” após a divulgação de um estudo sobre o tema.

Medidas

A redução da jornada de trabalho não seria, segundo especialistas, a principal iniciativa para lutar contra o desemprego na França.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- ▶ Atraso em vôos da Europa terá indenização
- ▶ China ultrapassa EUA como maior consumidor mundial
- ▶ Vinte clubes devem faturar R\$ 10 bi em 2005
- ▶ PCs em rede economizam 4 mil anos de cálculos

BBC BRASIL.com OUÇA A BBC BRASIL
ABRA O RADIO PLAYER

Atualizado às: 02 de setembro, 2004 - 14h59 GMT (11h59 Brasília)

Envie por e-mail Versão para impressão

Desemprego cresce na Alemanha e na Espanha

O desemprego em duas das maiores economias da Europa – Alemanha e Espanha – continua grande apesar de sinais de crescimento econômico, segundo novas estatísticas divulgadas nesta quinta-feira.



O número de desempregados na Alemanha totaliza 4,41 milhões

O número total de desempregados subiu em 24 mil em agosto na Alemanha, e o percentual da população economicamente ativa sem trabalho se manteve em 10,6%.

Segundo o Escritório Federal do Trabalho alemão, há agora no país 4,41 milhões de desempregados.

Uma série de medidas do governo para tentar estimular a criação de novos empregos parece ter surtido pouco efeito na prática até agora.

Otimismo

NOTÍCIAS RELACIONADAS

- ▶ Zona do euro cresceu 2% nos últimos 12 meses 13 de agosto, 2004 | Economia
- ▶ Economias francesa e alemã crescem no segundo trimestre 12 de agosto, 2004 | Economia
- ▶ Número de desempregados na Alemanha chega a 4,3 milhões 05 de maio, 2004 | Economia
- ▶ Na Alemanha, taxa de desemprego bate recorde e chega a 10% 28 de abril, 2004 | Economia
- ▶ Alemanha anuncia crescimento de 0,2% em 2003 12 de fevereiro, 2004 | Economia

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- ▶ Atraso em vôos da Europa terá indenização
- ▶ China ultrapassa EUA como maior consumidor mundial
- ▶ Vinte clubes devem faturar R\$ 10 bi em 2005

12. À direita. Desemprego cresce na Alemanha e na Espanha.

DESEMPREGO cresce na Alemanha e na Espanha. **BBC Brasil**, set. 2004. 1 fotografia. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/09/040902_desempregoms.shtml>.

Acesso em: 18 fev. 2004.